

-----**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA**-----

-----**Mandato 2013-2017**-----

----- **QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA – SEGUNDA REUNIÃO REALIZADA EM 2 DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E CATORZE.**-----

-----**ATA NÚMERO CINQUENTA E UM**-----

----- Ao segundo dia do mês de Dezembro de dois mil e catorze, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo sétimo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sexto do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, em sessão ordinária, segunda reunião, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão e pela Excelentíssima Senhora Rosa Maria Carvalho da Silva, respetivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária, em exercício. -----

----- (A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra, Segunda Secretária da Mesa da Assembleia, foi substituída nessas funções pela Senhora Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva) -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, André Moz Caldas, André Nunes de Almeida Couto, António Manuel de Freitas Arruda, António Modesto Fernandes Navarro, Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Cristina Maria da Fonseca Santos Bacelar Begonha, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Diogo Feijó Leão Campos Rodrigues, Fábio Martins de Sousa, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Hugo Miguel Mateus Gaspar, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, João Luís Valente Pires, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, Joaquim Maria Fernandes Marques, José Manuel Rodrigues Moreno, José António Cardoso Alves, José Alberto Ferreira Franco, José António Nunes do Deserto Videira, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Elisa Madureira de Carvalho, Maria Irene dos Santos Lopes, Margarida Maria Moura Alves da Silva de Almeida Saavedra, Maria Luísa de Aguiar Aldim, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves,

Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo Amaral Robles, Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus, Sandra da Graça Lourenço Paulo, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Isabel Cristina Ruas Pires, Patrícia de Oliveira Caetano Barata, João Ricardo Ponte Sousa Vasconcelos, Rui Manuel Moreira Vidal Simões, Nelson Pinto Antunes, Natacha Machado Amaro, António José Amaral Ferreira de Lemos, Luís Graça Gonçalves, Romão da Conceição Batuca Lavadinho, José Roque Alexandre, Idália Maria Jorge Poucochinho Morgado Aparício e David Manuel Amado.-----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Lúcia Alexandra Pereira de Sousa Gomes.-----

----- Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira.-----

----- Tiago Miguel de Albuquerque Nunes Teixeira.-----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciada e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos do artigo 77º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual, *a contrário*, se mantém em vigor por força do disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 3º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Fernando José da Silva e Nunes da Silva (IND), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Rui Manuel Moreira Vidal Simões.-----

----- João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Roque Alexandre.-----

----- Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Idália Maria Aparício.-----

----- Carlos de Alpoim Vieira Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luís Graça Gonçalves.-----

----- Mafalda Ascensão Cambeta (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Patrícia Caetano Barata.-----

----- Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Pinto Antunes.-----

----- Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal António José Amaral Ferreira de Lemos.-----

----- Miguel Afonso da Silva Ribeiro Reis (BE), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Isabel Cristina Rua Pires.-----

----- Mariana Mortágua (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal João Ricardo Ponte Sousa Vasconcelos.-----

----- Deolinda Carvalho Machado (PCP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Lúcia Alexandra Pereira de Sousa Gomes.-----

----- Miguel Tiago Crispim Rosado (PCP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Natacha Machado Amaro.-----

----- Carlos José Pereira da Silva Santos (PCP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Romão da Conceição Batuca Lavadinho.-----

----- A Câmara esteve representada pelos Senhores Vereadores: Duarte Cordeiro, Jorge Máximo, Manuel Salgado e Rui Franco.-----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: Fernando Seara e Carlos Moura.-----

----- Às quinze horas e vinte um minutos, constatada a existência de quórum, a **Senhora Presidente** declarou aberta a reunião.-----

----- **A Senhora Presidente:**-----

----- “Senhores Deputados Municipais gostava de vos dar aqui algumas informações e avisos preliminares.-----

----- Em primeiro lugar, nós na última Sessão apreciámos uma quantidade substancial de Atas e tinha sido distribuída mais uma Ata, que era a Ata nº25 do dia 6 de Maio.-----

----- Senhores Deputados Municipais agradecia o vosso silêncio, por favor.-----

----- Na última reunião tinha sido distribuído um pacote de Atas para aprovar, tinha sido distribuída uma Ata de 6 de Maio. Eu por lapso, quando pus as Atas à votação não identifiquei a Ata nº25, e portanto, ela não foi aprovado uma vez que quando eu formulei o que é que ia votar, não referenciei esta Ata.-----

----- E foram distribuídas entretanto mais três Atas, a nº34, a nº35 e a nº37, e portanto, a Mesa entende que sendo isto uma continuação de uma Sessão Ordinária, embora não haja PAOD, podemos aprovar Atas porque adiantamos serviço e temos então essas quatro Atas para aprovar.-----

----- Também temos não havendo PAOD, mas havendo uma circunstância extraordinária que a Assembleia Municipal poderá sempre querer utilizar esta possibilidade. A circunstância extraordinária é ter sido reconhecido como Património Imaterial da Humanidade pela Unesco o Cante Alentejano e há um Voto de Saudação apresentado pelo PCP sobre esta matéria, e portanto, eu penso que será oportuno aprová-lo hoje naturalmente, e portanto, iria também pôr à vossa consideração esse Voto de Saudação. Portanto, isto é antes de entrarmos depois nos pontos que estão agendados na Ordem de Trabalhos.-----

----- Informar-vos que o pacote das freguesias que estava agendado para hoje, terá que transitar para o dia 9, de hoje a oito dias, porque não houve tempo materialmente para a 5ª Comissão apreciar este pacote todo, e portanto, o pacote todo das freguesias não vai ser apreciado hoje. Está agendado, mas terá que ser continuado noutra Sessão.-----

----- Informar-vos também que há um pedido da Senhora Juíza Presidente do Tribunal da Comarca de Lisboa, para que a Proposta 707/CM/2014 que está no final dos nossos trabalhos de hoje, seja dada alguma prioridade hoje porque é a nomeação dos Juízes Sociais para o biénio 2015/2016. A Senhora Juíza lembra-me de que desde 2002 que o Município de Lisboa não aprova a lista de Juízes Sociais e os Juízes Sociais que estão em funções já tinham sido nomeados em 1990. Portanto, não podemos manter a situação nestes termos e ela pede-nos prioridade para a votação desta proposta, penso que isso também será pacífico, mas desde já vos anúncio.-----

----- Ainda uma última chamada de atenção para a Proposta 112/CM/2014, Plano de Urbanização de Alcântara, haverá três apresentações em audiovisual. Uma do Senhor Vereador Manuel Salgado, uma do PSD e uma do BE.-----

----- Quando forem as apresentações em audiovisual eu vou mandar reduzir um bocadinho as luzes na sala. Os Senhores Deputados Municipais ficarão prejudicados na leitura de documentos que queiram ler enquanto estão a ver as apresentações, mas é que as apresentações com esta luz toda, não se conseguem ver no ecrã, e portanto, baixaremos as luzes enquanto estão as apresentações e depois voltaremos, naturalmente, a aumentar as luzes da sala. -----

----- Finalmente dizer-vos, mas isso posso dizer na altura não tem problema. -----

----- E portanto sendo assim, iríamos começar então pelos assuntos que temos para decidir e a primeira questão que coloco à vossa consideração é a aprovação das Atas n.º25, n.º34, n.º35 e n.º37. -----

----- Senhores Deputados Municipais pedia o vosso silêncio, a Mesa está a pôr à votação as Atas n.º25, n.º34, n.º35 e n.º37. -----

----- Não vejo pedidos de palavra, vamos votar. -----

----- Vou pôr à votação as **Atas n.º25, n.º34, n.º35 e n.º37** da Assembleia Municipal. As Atas n.º25, n.º34, n.º35 e n.º37 foram **aprovadas por unanimidade**. -----

----- E mais uma vez agradeço ao Núcleo de Atas, já estamos com as Atas em dia até 22 de Julho e brevemente ainda avançamos mais um pouco, portanto, tem sido um esforço grande de recuperação. -----

----- Temos então agora à vossa consideração o Voto de Saudação apresentado pelo PCP, Voto de Saudação 1/51. A Mesa daria a palavra ao Grupo Municipal do PCP para apresentar o voto, se assim o entenderem. Dispensam apresentação. Pergunto se querem a leitura do voto ou se dispensam a leitura do voto? A leitura sim. -----

----- O Senhor Primeiro-Secretário vai ler o voto.” -----

----- (O Senhor Primeiro-Secretário fez a leitura do Voto de Saudação “**Pelo Reconhecimento do Cante Alentejano como Património Cultural Imaterial da Humanidade**”, apresentado pelo PCP, o qual fica anexado à presente Ata como Anexo I e dela faz parte integrante) -----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “Senhores Deputados Municipais foi lido o voto. -----

----- Há pedidos de palavra. O Senhor Deputado Municipal Ferreira de Lemos está a pedir a palavra. -----

----- Microfone ao Senhor Deputado Municipal.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ferreira de Lemos (CDS-PP):** -----

----- “Apenas para dizer que o CDS não concorda nem se revê no preâmbulo desta Moção e que votará favoravelmente apenas as suas conclusões e os pontos deliberativos, não se revendo de todo, antes pelo contrário, em todo o preâmbulo da Moção.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves (PSD):** -----

----- “Nós lamentamos que este voto de congratulação seja aproveitado da forma como o PCP o está a aproveitar. -----

----- Nós devemos ficar orgulhosos pelo cante alentejano ser galardoado como Património Imaterial da Humanidade. Foi um esforço muito grande, quer da Câmara

de Serpa, quer daqueles que ao longo de vários anos tentaram e desenvolveram um conjunto de iniciativas com essa finalidade. -----

----- Nós próprios também nos orgulhámos de o Fado ser Património Imaterial da Humanidade.-----

----- Nós aqui na Assembleia Municipal estamos a desenvolver esforços para que os bairros históricos possam vir a ser considerados também, no âmbito de um galardão idêntico da UNESCO, mas sinceramente, aproveitar esta circunstância para dizer coisas que não vêm a propósito, acho que é lamentável.-----

----- Por isso o PSD vota favoravelmente, porque vota favoravelmente o cante alentejano, mas só, à congratulação pelo cante alentejano ser considerado Património Imaterial da Humanidade, mais nada.” -----

----- **A Senhora Presidente:**-----

----- “A Mesa informa entretanto que há uma retificação no primeiro parágrafo e que pode ser relevante, ainda antes de dar a palavra aos outros Senhores Deputados Municipais inscritos. Na segunda linha estava “nos últimos trinta e oito anos” e retirase a palavra trinta e oito, portanto, é “nos últimos anos”.-----

----- Quem é que mais pretende usar da palavra Senhores Deputados Municipais?” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo (PS):**-----

----- “Apenas e só para formalizar em voz alta, aquilo que já tinha pedido aqui em voz baixa ao Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro, e portanto, prescindindo de continuar a intervenção, uma vez que já foi retirado a expressão “nos últimos trinta e oito anos”.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP):** -----

----- “O corte que fizemos tem em conta obviamente criar a maior unidade possível em relação a este acontecimento, mas um acontecimento deste tamanho, não pode levar-nos a esquecer a história. -----

----- Guardamos de facto os últimos anos, porque efetivamente têm sido talvez os mais destruidores da realidade social, económica e política do nosso País.” -----

----- **A Senhora Presidente:**-----

----- “Senhores Deputados Municipais estamos em condições então de votar... -----

----- Eu vejo uma senhora funcionária no meio dos Senhores Deputados Municipais, vai ter que sair porque vamos votar. -----

----- Vai ter que sair senhora funcionária, depois fará isso. No momento das votações só podem estar Senhores Deputados Municipais no Plenário. -----

----- Vamos então pôr à votação, com tudo o que foi dito pelos Senhores Deputados Municipais que intervieram, o Voto de Saudação 1/51 “**Pelo Reconhecimento do Cante Alentejano como Património Cultural Imaterial da Humanidade**”.-----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Voto de Saudação nº1/51, “Pelo Reconhecimento do Cante Alentejano como Património Cultural Imaterial da Humanidade”,** apresentado pelo PCP. O Voto foi **aprovado por unanimidade e aclamação**. -----

----- A Mesa aguardou pela vossa votação, para dar um esclarecimento que é importante e que é o seguinte. As deliberações resultantes de Votos, Moções e Recomendações que vão para o boletim municipal, é apenas a parte deliberativa.

Portanto, as Moções, Recomendações e Votos ficam integralmente no *site* da Assembleia Municipal e nos processos originais desta casa conforme foram apresentados, mas o que vai para publicação em boletim municipal e o que nós mandamos para as entidades naturalmente é a parte deliberativa, porque consideramos que é isso que é a deliberação da Assembleia Municipal. -----

----- Portanto, era para dar esta informação que responde a algumas questões que foram aqui suscitadas. Em qualquer caso o original, sempre com a sua fundamentação, fica na Ata, fica no *site* da Assembleia Municipal e fica nos originais do processo.-----

----- Senhores Deputados Municipais sendo assim, estando resolvido o problema das Atas e o Voto de Saudação, a Mesa, relativamente à prioridade pedida para a Proposta 707/CM/2014, a Mesa vai aguardar que esteja o Senhor Vereador João Afonso porque nos parece que era relevante, ele fazer a apresentação da proposta e da metodologia que foi utilizada para a proposta, Portanto, não vamos desde já pôr em consideração essa possível prioridade”-----

#### **CONTINUAÇÃO DO PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **A Senhora Presidente:**-----

----- “Portanto, o que temos na nossa ordem de trabalhos de pontos pendentes, o ponto nº1, relativamente às propostas das grandes opções do plano e orçamento de 2015, será agendado para o dia 16 de Dezembro e para o dia 17 a proposta de novas taxas e da alteração concomitante ao regulamento geral de taxas, preços e outras receitas municipais, serão portanto, apreciadas no dia 16 e 17 sendo que as votações ocorrem no dia 17, terça e quarta, as votações na quarta. É intenção da Mesa que as votações sejam no fim do debate das duas matérias, porque o orçamento está profundamente ligado às taxas, e portanto, será difícil votar uma coisa sem ter votado a outra, tem que se discutir as duas matérias extensamente e só depois é que se vota. Ficam desde já os Senhores Deputados Municipais avisados, que essa será a ordem de trabalhos de dia 16 e 17 e se não houver nenhuma emergência, será mesmo exclusivamente essa a matéria.”-----

----- **PONTO 2 – APRECIAR A PROPOSTA 599/CM/2014 - AFETACÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DA PARCELA DE TERRENO CEDIDA AO MUNICÍPIO, A TÍTULO GRATUITO, SITA NA RUA AMÉLIA REY COLAÇO, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA Q) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS APROVADO PELA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO (GRELHA BASE – 34 M).**-----

----- (A Proposta 599/CM/2014 “*Afetação ao domínio público municipal da parcela de terreno cedida ao Município, a título gratuito, sita na Rua Amélia Rey Colaço, nos termos da proposta*” e o Parecer da 1ª Comissão Permanente sobre a mesma proposta, ficam anexados à presente Ata como Anexo II e Anexo II.I respetivamente e dela fazem parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente:**-----

----- “Temos então o Ponto nº2, Proposta 599/CM/2014, uma afetação ao domínio público municipal da parcela de terreno na Rua Amélia Rey Colaço. Tem um parecer da 1ª Comissão Permanente que eu não consigo decifrar.-----

----- Quem é o Deputado Relator?-----

----- Pergunto à Senhora Presidente da 1ª Comissão Permanente se quer fazer uma apresentação do parecer? -----

----- Não pretende fazer uma apresentação do parecer. -----

----- Senhores Deputados Municipais isto era uma matéria que já estava agendada para a reunião anterior, portanto, terão tido ocasião de a ver e pergunto se alguém se quer pronunciar sobre a Proposta 599/CM/2014?-----

----- Não vejo pedidos de palavra, a Mesa vai pôr à votação a Proposta 599/CM/2014.-

----- A Mesa vai pôr à votação a **Proposta nº 599/CM/2014, “Afetação ao domínio público municipal da parcela de terreno cedido ao Município, a título gratuito, sita na Rua Amélia Rey Colaço, nos termos da proposta”,** apresentada pela Câmara Municipal de Lisboa. A Proposta foi **aprovada por maioria**, com votos a favor de PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PNP, IND e abstenção do PAN.”-----

----- **PONTO 3 – APRECIAR A PROPOSTA 112/CM/2014 – PLANO DE URBANIZAÇÃO DE ALCÂNTARA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA H) DO N.º1 DO ARTIGO 25.º DO RJAL, PUBLICADO EM ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO (GRELHA G PARCIAL – LIMITE 2 X GRELHA B – 2 HORAS).**-----

----- (A apresentação de imagens do PUA, da Proposta 112/CM/2014 “*Plano de Urbanização de Alcântara, nos termos da proposta*” utilizadas pelo Senhor Vereador Manuel Salgado, ficam anexadas à presente Ata como Anexo III e dela fazem parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente:**-----

----- “Entramos então na ordem de trabalhos, o aditamento que foi posto para hoje e não estando ainda presente o Senhor Vereador João Afonso, a Mesa proporia que começássemos pelo Plano de Urbanização de Alcântara, e portanto, começamos com o Senhor Vereador Manuel Salgado que tem uma apresentação a fazer e quando for a apresentação em imagens, eu pedirei aos serviços que reduzam um pouco a luz para se poder ver as imagens. -----

----- Eu pedia aos serviços que me reduzissem a luz da sala, porque vamos ter uma apresentação agora de imagem.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado:**-----

----- “Eu vou fazer uma brevíssima apresentação do PUA, não propriamente uma apresentação do PUA, uma vez que ele mais do que uma vez foi apresentado aqui na Assembleia Municipal, mas fazer uma breve resenha de todo este processo. -----

----- É importante referir que a aprovação dos termos de referência é de Março de 2008, e na altura, discutiu-se muito quais é que deveriam ser os limites deste plano.” --

----- **A Senhora Presidente:**-----

----- “Senhor Vereador espere só uns momentos, não tenho a apresentação visível no ecrã. Pergunto o que é que se passa?-----

----- Se não houver apresentação queremos luz, se houver apresentação queremos a apresentação. -----

----- Mas há pouco estávamos a testá-la e estava bem. Só uns segundos Senhor Vereador desculpe. -----

----- Peço desculpa destas questões tecnológicas, estávamos a testar no início da Sessão e estava a correr bem, portanto, não percebo o que é que se passou.-----

----- Bem Senhores Deputados Municipais estamos aqui com um problema técnico. ----

----- Consegue-se resolver ou não se consegue resolver? -----

----- Se não se consegue resolver, vamos passar a outro ponto e depois passamos aqui.

----- Se precisarem de tempo para resolver o problema, nós passamos a outro ponto da ordem de trabalhos e regressamos aqui daqui a um bocado. -----

----- É que tinha sido tudo testado, não sei se estão a perceber. Os testes realmente não funcionaram.-----

----- Senhores Deputados Municipais temos duas soluções ou o Senhor Vereador prescinde das imagens e vamos começar a apresentação, mas há mais imagens para apresentar também pelos Grupos Municipais, ou saltamos este ponto e o ponto seguinte. Podemos entrar no ponto seguinte que não há imagens, no Ponto da 404/2014, enquanto os serviços tentam resolver isto, é a versão final da revisão do Plano de Pormenor do Mercado de Benfica.-----

----- Se não vissem inconvenientes, para estarmos aqui a fazer perder tempo a todos os Senhores Deputados Municipais, Vereadores e todos nós. -----

----- Vou pedir novamente luz para a sala, por favor. Pedia luz para a sala por favor. ---

----- Temos luz para a sala. Peço desculpa ao Senhor Vereador e aos Senhores Deputados Municipais por este pequeno incidente, vamos tentar repará-lo.” -----

----- (A DISCUSSÃO DO PONTO 3 FOI INTERROMPIDA POR FALHA TÉCNICA, SENDO RETOMADA POSTERIORMENTE) -----

----- **PONTO 4 – APRECIAR NA ESPECIALIDADE A PROPOSTA 404/CM/2014 - VERSÃO FINAL DA REVISÃO DO PLANO DE PORMENOR DA ZONA ENVOLVENTE AO MERCADO DE BENFICA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO N.º1 DO ARTIGO 70.º DO REGIMENTO, CONJUGADA COM A ALÍNEA H) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO I À LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, O N.º 1 DO ARTIGO 79.º DO REGIME JURÍDICO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL, ESTABELECIDO PELO DECRETO-LEI N.º. 380/99, DE 22 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO ATUALMENTE EM VIGOR; (GRELHA G PARCIAL – LIMITE 2 X GRELHA B – 2 HORAS E O PARECER DA 3ª COMISSÃO PERMANENTE SOBRE A PROPOSTA.** -----

----- (A Proposta 404/CM/2014 “*Versão final da revisão do Plano de Pormenor da Zona Envolvente ao Mercado de Benfica, nos termos da proposta*” e o Parecer da 3ª Comissão Permanente sobre a mesma proposta, ficam anexados à presente Ata como Anexo IV e Anexo IV.I respetivamente e dela fazem parte integrante) -----

----- **A Senhora Presidente:** -----



----- “Temos então em consideração a Proposta 404/CM/2014, que é a versão final do Plano de Pormenor da Zona Envolvente ao Mercado de Benfica.-----

----- Como se recordarão, esta proposta já cá esteve para uma apreciação na generalidade, foi aprovada na generalidade, baixou à 3ª Comissão para ser apreciada na especialidade e o que está hoje em causa, é portanto, essa apreciação na especialidade e uma votação final da proposta. -----

----- Pergunto ao Senhor Vereador Manuel Salgado se quer fazer uma apresentação da Proposta 404/CM/2014? -----

----- Como é na especialidade não necessita porque ela já foi apresentada por si. -----

----- Pergunto então ao Relator da Proposta 404/CM/2014, que foi a Senhora Deputada Municipal Rita Neves, para fazer uma apresentação da análise que fizeram da proposta na especialidade. -----

----- Entretanto informo os Senhores Deputados Municipais, que no parecer da Senhora Deputada Municipal Rita Neves, não foi anexada a posição da Junta de Freguesia de Benfica. Já vos foi distribuído em papel essa posição e será posteriormente colocada no *site* porque faz parte do Parecer.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Rita Neves (PS):** -----

----- “Muito sinteticamente como aliás o parecer também o foi, dizer o seguinte. Verificou-se que da discussão na especialidade desta revisão de plano, com este novo figurino de apreciação de propostas pela Assembleia Municipal, não divergiu no essencial da discussão havida aqui mesmo na generalidade de algumas sessões atrás. --

----- Com efeito, em sede de 3ª Comissão, verificou-se o esperado consenso sobre a necessidade de dotar a área envolvente ao Mercado de Benfica de um instrumento de gestão eficaz, que coordene as necessárias ações de qualificação nos domínios do espaço público, dos equipamentos, do estacionamento ou da circulação, sem esquecer a valorização do património. -----

----- Mas essencialmente verificou-se um consenso sobre a necessidade e os objetivos programáticos da revisão deste plano, atualizarem a tradução da realidade social, económica e espacial da sua área de implantação, razão pela qual a ampliação da área do plano para Nordeste levando-o até aso limites da CRIL, infraestrutura não prevista no plano anterior, não mereceu qualquer questão por parte dos Senhores Deputados Municipais. -----

----- A solução preconizada por esta proposta mereceu uma opinião de sentido favorável por parte da comissão, sentido reforçado pelas garantias dadas por parte dos técnicos responsáveis pela revisão do plano, quando ouvidos em sede de comissão nas seguintes questões:-----

----- “Que área comercial afeta ao Clube de Futebol Benfica já existente, cuja representação na planta de implantação deixa dúvidas quanto à sua manutenção, será para manter a par com uma nova área comercial prevista?” -----

----- “Que tipologia dos equipamentos propostos será objeto de concertação com a Junta de Freguesia de Benfica, observadas as necessidades presentes de apoio social?”

----- E que a planta de circulação, peça de acompanhamento do plano, deve ser tida apenas como elemento associado aos obrigatórios estudos de impacto de ruído, não

constituindo elemento fundamental do plano, podendo por isso sem recurso à alteração do plano de pormenor a circulação aí representada ser revista, designadamente a da Rua da Nossa Senhora do Amparo cuja fórmula de sentido único, caso não se tivesse verificado esta explicação, seria objeto de proposta de alteração do plano para representar e garantir o duplo sentido. -----

----- Foi com estes pressupostos que acabei de enunciar que a 3ª Comissão aprovou por unanimidade um muito sintético parecer, que não obsta a aprovação desta proposta nos termos em que foi submetida à Assembleia Municipal.” -----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “Está feita a apresentação do parecer, não há recomendações em especial para nenhuma alteração na especialidade, e portanto, a Mesa pergunta quem é que quer intervir?” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Drummond (PS):**-----

----- “Com efeito o Plano de Pormenor da Envolvente do Mercado de Benfica já datava de 1995 e carecia de alguma revisão e adaptação, sobretudo pela necessidade da transferência da edificabilidade, por impossibilidade de concretização dos investimentos previstos no plano agora em revisão. Verificou-se que de facto não se poderia fazer o desvio do Caneiro de Alcântara, e portanto, daí a necessidade de se adaptar este plano. -----

----- A CML aproveitou e bem a oportunidade que esta necessidade de revisão nos trazia, para enquadrar as novas necessidades, nomeadamente de estacionamento, criando cento e vinte e nove novos lugares de estacionamento, incluindo quatro para pessoas de mobilidade reduzida, também fez um enquadramento de novos equipamentos que a junta de freguesia fez em sede de apreciação do plano e mesmo em sede de comissão fez a recomendação de que pudessem ser equipamentos que fossem reconvertidos para idosos. Fez ainda a proposta de alargar a área de intervenção urbanística, enquadrando a nova realidade que foi a CRIL e requalificando toda a zona urbana que está em zonas expectantes, zonas de hortas, ferro-velho, requalificando toda aquela zona que carecia, de facto, de algumas alterações. -----

----- Também faz uma adaptação dos equipamentos desportivos, nomeadamente do Clube Futebol Benfica, às necessidades solicitadas pelo próprio clube, nomeadamente no que diz respeito ao estacionamento que está previsto na sua zona inferior. -----

----- Quais eram as preocupações da Junta de Freguesia de Benfica? Tinham a ver sobretudo com a necessidade de que não houvesse uma diminuição da área comercial do CFB e que a planta de circulação na Rua da Nossa Senhora da Amparo, não fosse de facto vinculativa. Tendo sido dadas estas garantias por parte do plano, de facto eram apenas meramente indicativas, este plano claramente é um plano importante para a Freguesia de Benfica, traz uma grande mais-valia e oportunidade de requalificação de toda a zona do plano de pormenor que está em análise.”-----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “A Mesa não regista mais pedidos de palavra, pelo que estamos em condições...ah, o Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves, faça favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves (PSD):** -----

----- “O PSD naturalmente revê-se quer no parecer da comissão, quer também naquilo que foi dito pela Presidente da Junta de Freguesia de Benfica, que representa todo o desenvolvimento que foi tido ao longo do processo deste plano, desta revisão deste Plano de Pormenor da Zona Envolvente do Mercado de Benfica e que no fundo satisfaz as necessidades objetivas da população da zona.-----

----- Portanto, repõe aquilo em termos de edificabilidade aquilo que é possível repor, atendendo às circunstâncias da impossibilidade de construir por cima do caneiro, portanto, penso que este, ao contrário de muitos outros que aqui têm vindo, é um bom plano e merece o nosso apoio, por isso o PSD vai votar favoravelmente.” -----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “A Mesa não regista mais pedidos de palavra, sendo assim, vamos pôr à vossa votação a Proposta 404/CM/2014, que tem a ver com a versão final da revisão do Plano de Pormenor da Zona Envolvente do Mercado de Benfica, já aprovado na generalidade por esta Assembleia Municipal e que vai ser agora posto à consideração, para uma votação final. -----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Proposta nº 404/CM/2014, “Versão final da revisão do Plano de Pormenor da Zona Envolvente ao Mercado de Benfica, nos termos da proposta”**, apresentada pela Câmara Municipal de Lisboa. A Proposta foi **aprovada por maioria**, com votos a favor de PS, PSD, PNPN, IND e abstenções de PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN e MPT. -----

----- Vamos passar adiante, com indicação de que o Parecer da 3ª Comissão tem que ser completado com o Parecer da Junta de Freguesia, o que será feito.-----

----- A Proposta nº 648/CM/2014 não podemos apreciá-la desde já, porque ela dependente da Proposta nº 112/CM/2014.” -----

----- **PONTO 6 – APRECIAR A PROPOSTA 661/CM/2014 – CELEBRAÇÃO DE UM CONTRATO DE PERMUTA COM A CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL, ANTERIORMENTE DESIGNADA CAIXA ECONÓMICA DE LISBOA, ANEXA AO MONTEPIO GERAL, ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS E A LUSITÂNIA – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A., NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA I) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO I À LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; (2 X GRELHA BASE – 68 M) E O PARECER DA 1ª COMISSÃO PERMANENTE SOBRE A PROPOSTA.** -----

----- (A Proposta nº 661/CM/2014 “*Celebração de um contrato de permuta com a Caixa Económica Montepio Geral, anteriormente designada Caixa Económica de Lisboa, anexa ao Montepio Geral, Associação de Socorros Mútuos e a Lusitânia – Companhia de Seguros, S.A., nos termos da proposta*” e o Parecer da 1ª Comissão Permanente sobre a mesma proposta, ficam anexados à presente Ata como Anexo V e Anexo V.I respetivamente e dela fazem parte integrante) -----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “Vamos então passar à Proposta 661/CM/2014 que é o ponto 6 da nossa ordem de trabalhos, que é uma proposta de celebração de um contrato de permuta com a Caixa Económica Montepio Geral e também com a Lusitânia Companhia de Seguros, de uns terrenos na zona da Praça de Espanha. -----

----- Não sei se a Câmara quer apresentar, se o Senhor Vereador Manuel Salgado quer fazer uma apresentação sumária da proposta? -----

----- Está à procura dela. É a Proposta nº 661/CM/2014, ponto 6 da ordem de trabalhos. -----

----- O Senhor Vereador irá fazer uma apresentação da proposta e depois eu irei pedir ao Senhor Deputado Relator, que é o Senhor Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo, que faça depois uma apresentação do parecer, mas primeiro o Senhor Vereador.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado:** -----

----- “Esta proposta diz respeito a um contrato de permuta entre o Município de Lisboa e o Montepio e a Companhia de Seguros Lusitânia. -----

----- O início desta situação remonta a Outubro de 1987, quando foi estabelecido um acordo de permuta de terrenos, entre os terrenos onde hoje estão instaladas as oficinas da CML nos Olivais por dois terrenos na Praça de Espanha. -----

----- O acordo na altura, portanto, era presidente o Senhor Presidente Nuno Abecassis e a proposta foi aprovada nesta Assembleia Municipal em Janeiro de 1990. Nos termos desse acordo, ao Montepio era assegurado uma edificabilidade de 15000m2 mais 6000m2, portanto, 21000m2 mais 3000m2 em estacionamento enterrado e à Companhia de Seguros Lusitânia 10580m2 mais 220m2, sendo que no caso da Lusitânia, os terrenos eram cedidos tendo como contrapartida uma dação em pagamento ao Município de Lisboa com a construção da Fundação Cargaleiro. -----

----- Sucede que entretanto os terrenos que foram cedidos pelo Município de Lisboa, ou transferidos pelo Município de Lisboa para estas duas entidades, até hoje nunca foi possível edificar nesses terrenos. Houve uma longa sequência de planos, começando por um plano elaborado pelo Arquitecto Siza Vieira e vários outros planos que ao longo dos anos foram feitos, e a verdade é que decorridos vinte e cinco anos, ainda não tinha sido possível o Município de Lisboa satisfazer o compromisso que tinha assumido para com estas duas entidades. -----

----- E daí que há cerca de dois anos propusemos a realização de uma Unidade de Execução, uma figura prevista no atual Plano Diretor Municipal, como forma de resolver esta situação. Essa Unidade de Execução foi aprovada a delimitar uma área de execução em Reunião de Câmara, foi feita a consulta pública mas o processo nunca foi concluído, porque entretanto, decorreu uma negociação com as duas entidades no sentido de definir exatamente qual era a edificabilidade que pretendiam neste momento e problemas relacionados com a implantação desses edifícios. -----

----- Recentemente o Montepio e a Companhia de Seguros Lusitânia propuseram ao Município de Lisboa, uma vez que o processo estava difícil de ser desbloqueado, a pura permuta dos terrenos dos quais eram/são proprietários, pelo terreno onde em tempos esteve previsto construir a Sede do Banco de Portugal e onde existiu há anos o

teatro, portanto, as instalações do Teatro Aberto. Quando esta proposta foi apresentada ela foi avaliada pelos serviços, portanto, do ponto de vista dos Serviços de Urbanismo como do Departamento de Património e chegou-se à conclusão que era uma solução vantajosa, porque permitia resolver de imediato esta situação que se arrasta há vinte e cinco anos, salvaguarda os interesses do Município de Lisboa, na medida em que os terrenos em que estavam inicialmente previstos para instalar o Montepio e a Lusitânia, o Município de Lisboa vai ganhar área de construção e simultaneamente isto não inviabiliza o seu projeto de construir um parque urbano no centro da Praça de Espanha, reduzindo o espaço que hoje está dedicado à circulação automóvel. -----

----- Em síntese, este é o fundamento e as razões da realização desta proposta. Todos os estudos de avaliação dos terrenos e de avaliação, exatamente, das condições da permuta constam dos anexos à proposta, e portanto, penso que a situação é clara.”-----

----- **A Senhora Presidente:**-----

----- “A Mesa vai dar agora a palavra ao Senhor Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo para apresentar o Parecer da 1ª Comissão sobre esta matéria, e registaremos naturalmente, pedidos de palavra a quem os fizer chegar à Mesa.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo (PS):**-----

----- “Conforme ficou expresso no parecer que foi ontem votado na 1ª Comissão, este é um problema que se arrasta há vinte e cinco anos e também ficou bem claro na intervenção que o Senhor Vereador Manuel Salgado aqui fez. -----

----- Não vos vou maçar a ler o parecer, só vos dar duas ou três notas.-----

----- Ele está estruturado com identificação daquilo que está em causa. Em termos de considerandos faz o enquadramento detalhado de toda a envolvente nesta matéria porque tem sido um tema que tem sido muito debatido, nomeadamente na Comissão de Urbanismo, mas também na 1ª Comissão, a propósito de outras propostas que já aqui vieram. E portanto, o parecer também faz a história daquela zona do ponto de vista urbanístico nos últimos vinte e cinco anos, até porque já há um entendimento entre as diferentes forças políticas, que eventualmente um dia destes será um tema a abordar no quadro das competências de acompanhamento das diferentes matérias, por parte da Assembleia Municipal, será um tema a abordar aqui em Plenário. -----

----- Depois de feito esse enquadramento detalhado, também são explicitados os diferentes termos da proposta, nomeadamente a avaliação patrimonial que é feita aqui no relatório está colocada alguma descrição detalhada sobre as diferentes matérias, e depois, aquilo que é relevante e sobre o qual esta Assembleia Municipal terá que deliberar, as condições da permuta. -----

----- Há dois aspetos significativos que têm a ver com contratos de arrendamento não habitacionais em vigor, um com a PSP e outro com o Restaurante Gôndola, também são descritas as condições de cessação desse contrato e também as condições de ressarcimento, e no fundo, de instalação da PSP e depois de extinção desse contrato de arrendamento com o restaurante. -----

----- Também está previsto um montante, e é aqui identificado, a receber pelo Município de Lisboa no decurso desta permuta, e há também aqui uma condicionante

em sede de licenciamento e a pedido do Montepio ou da Lusitânia ou de quem lhes suceder, se o Município de Lisboa aprovar um aumento de edificabilidade para a parcela de terreno transmitida no âmbito da operação de permuta, haverá pelo melhor aproveitamento do direito do Município receber correspondente compensação.-----

----- Por tudo isso o parecer considera que é positivo resolver este problema de vinte e cinco anos, que as diferentes condições estão claras e que a 1ª Comissão, à semelhança do que tem feito sobre outras matérias, deverá nos moldes e nas diligências que entender, continuar a acompanhar a execução desta permuta, até porque há matérias, que como eu próprio expressei e que estão detalhadas com as datas, com as responsabilidades de cada um no conteúdo do parecer, são matérias que irão resolver-se no futuro, e portanto, a esta Assembleia Municipal o que se propõe aqui no parecer é que vote hoje esta permuta, mas que continue a acompanhar o assunto.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Arruda (MPT):**-----

----- “Em relação à Proposta nº 661/CM/2014 que pretende aprovar o contrato de permuta de terrenos junto à Praça de Espanha, entre a CML, a Caixa Económica Montepio Geral e a Lusitânia Companhia de Seguros, o MPT pretende tecer algumas considerações.-----

----- Apesar de a Praça de Espanha estar rodeada de importantes pontos de interesse como a Fundação Calouste Gulbenkian, o Palácio de Palhavã, residência do embaixador de Espanha, o Teatro a Comuna, a Mesquita Central de Lisboa e o Instituto de Oncologia, estes pouco se relacionam entre si. Este facto é consequência dos diversos in sucedidos planos urbanísticos traçados para o local que se traduzem numa fraca qualidade urbanista, que assenta num espaço de passagem rápida a pé ou de veículo motorizado, causando desconforto para a população.-----

----- Relativamente à proposta em concreto e como já vem sendo recorrente por parte deste Executivo, pretende-se a provar um negócio quando ainda não se possui soluções consolidadas relativamente aos usos atualmente existentes, ou seja, os locais de venda junto ao IPO, o terminal de autocarros e a esquadra de Polícia.-----

----- Sobre os locais de venda localizados a Norte da praça junto ao IPO, todos nos recordamos das diversas tentativas de encerrar aquele espaço, tendo sido algumas informações sobre a indemnização e transferência dos vendedores, porém, ainda hoje o processo não está concluído.-----

----- No que diz respeito ao terminal de autocarros localizado a Sul da praça foi avançado que o mesmo iria ser concentrado em Sete-Rios, contudo, dado o espaço disponível nesse local e o volume de autocarros que atualmente utiliza esse terminal, duvidamos da viabilidade dessa solução.-----

----- Por fim, em relação à esquadra da PSP, de novo se verifica que aqueles homens e mulheres que zelam pela segurança da população em geral, vivem numa constante angústia sem saber para onde serão transferidos, dado que atualmente se encontram numa esquadra de visibilidade, com um parque de viaturas interno e boa acessibilidade. Face ao exposto, não se compreende a tomada de decisão da Câmara ao querer transferir a PSP para uma rua transversal, num prédio que decerto

necessitará de obras, sem parque de estacionamento para as viaturas e parca acessibilidade. -----

----- Caros colegas apesar de se ter cometido alguns erros no passado, este tipo de equipamentos devem responder a um conjunto de requisitos para a sua instalação, entre os quais a visibilidade e a acessibilidade. Seria importante saber em que estado está a negociação com a Direção Nacional da PSP sobre a transferência, nomeadamente, se já existe o aval para a situação supramencionada. -----

----- A somar aos factos enunciados, temos ainda a questão de escolha da Unidade de Execução como figura de planeamento para este local, fugindo à discussão neste Fórum. -----

----- Considerando todos estes fatores o MPT irá votar contra presente proposta.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV):** -----

----- “Através da Proposta nº 661/CM/2014 a Câmara pretende celebrar um contrato de permuta com a Caixa Económica Montepio Geral e a Companhia de Seguros Lusitânia, procurando resolver uma situação que se arrasta há vinte e cinco anos. -----

----- A Caixa Económica Montepio Geral e a Lusitânia têm estado impedidas de construir edifícios nas suas parcelas de terreno, que estiveram na base nos acordos então celebrados com o Município, não havendo condições para chegar a acordo com os proprietários privados das parcelas de terreno abrangidas pela Unidade de Execução. -----

----- Esta situação tem sido prejudicial para a Cidade e consideramos que se deve procurar uma solução com urgência, mas sustentável. -----

----- A proposta que agora analisamos, baseada num acordo entre as partes, tenta chegar a essa solução através de uma operação de permuta, em que a Caixa Económica transmitirá para o município o lote de terreno da Avenida Columbano Bordalo Pinheiro e a Lusitânia transmitirá ao município o prédio urbano da Praça de Espanha. -----

----- Em contrapartida, estas instituições receberão, em regime de compropriedade, uma parcela de terreno municipal localizada na Praça de Espanha, Avenida de Berna e Avenida Santos Dumont. -----

----- Quanto ao «Os Verdes», esta proposta peca nalguns aspetos, estando a desperdiçar-se uma oportunidade de finalmente se poder fazer algo naquela zona, que há muito carece de intervenção. -----

----- Em primeiro lugar, há intenção do Executivo de reformular a zona da Praça de Espanha, que está desarticulada, e para isso, delimitou uma unidade de execução em vez de elaborar um Plano de Pormenor, que teria sido preferível. -----

----- Segundo, parece-nos que esta proposta terá como preocupação os interesses dos particulares, mas acaba por não resolver cabalmente os problemas e desafios que aquela zona da cidade apresenta, pois esta proposta é omissa em relação a uma solução para a Praça de Espanha. -----

----- Em terceiro, além de não resolver os problemas já existentes, como é o caso dos terrenos do IPO, levanta outros problemas como é o caso da esquadra da PSP que, segundo esta proposta, deverá ser desativada. -----

----- Por estas razões, «Os Verdes» que consideram urgente a resolução do problema existente nesta zona da cidade, não podem acompanhar a proposta que a Câmara nos apresenta.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP):** -----

----- “Em 1988 o Município de Lisboa adquiriu uma parcela de terreno na Avenida Infante Dom Henrique, pagando parte do valor com a entrega de um lote de terreno na Praça de Espanha com 1461m<sup>2</sup>, 15000m<sup>2</sup> de construção acima do solo e 3000m<sup>2</sup> no subsolo.-----

----- Em 1989 a Lusitânia adquiriu um terreno na Praça de Espanha, dando como contrapartida a construção do Museu Fundação Cargaleiro, o terreno era de 1245m<sup>2</sup>, com construção de 10580m<sup>2</sup> acima do solo.-----

----- Negócios são negócios mas às vezes ficam para as calendas. -----

----- Passaram vinte e cinco anos e nada aconteceu, agora pretende-se mudar a situação. A Câmara abandonou a ideia de uma unidade de execução e pretende permutar as parcelas C e B, que transmitiu às duas empresas nas escrituras de 1988 e 1989, por uma parcela de terreno municipal situado a partir do Restaurante Gôndola até ao extremo onde está a esquadra da PSP. -----

----- A construção permitida será 31800m<sup>2</sup>, 21000m<sup>2</sup> para o Montepio, portanto, mais 6000m<sup>2</sup> que na situação anterior e 10800m<sup>2</sup> para a Lusitânia. A operação permitirá à Câmara encaixar uma edificabilidade de 31800m<sup>2</sup> e receber 11998000€ no ato de celebração, com a valorização de 6220m<sup>2</sup> na zona destinada ao Montepio e à Lusitânia.-----

----- O Município fica obrigado à desocupação do Restaurante Gôndola, pronto, lá se vai uma referência da nossa gastronomia e da esquadra da PSP até 2016. A esquadra não ficará tão central e vai para a Santos Dumont, sem as condições atuais como aqui já foi dito. -----

----- Sempre acompanhámos este processo defendendo que fosse elaborado um plano de pormenor para a zona, com a unidade de execução já prevista a Assembleia Municipal não se pronunciaria. -----

----- Para o PCP o que falta é uma visão de conjunto que integrasse o IPO e a praça no seu todo.-----

----- Por via de permutas, estamos a alienar um território do município que devia ser valorizado de outro modo e não peça a peça. Através de um plano de pormenor tudo ganharia unidade e mais valor e não em operações parciais e aos bocados, em situações desfasadas do que interessa à organização integrada desta zona, tão importante para a cidade. -----

----- Adia-se assim uma vez mais uma solução adequada para a Praça de Espanha. Resolve-se a questão dos interesses privados, mas não se resolve a questão da Praça de Espanha no seu todo. -----

----- Quais serão de facto os ganhos de edificabilidade dos dois interessados, o Montepio e a Lusitânia? É um potencial que não está quantificado. -----

----- Perguntamos à Câmara qual vai ser a altura das cérceas, para sabermos qual vai ser o futuro da Praça de Espanha?-----



----- Eles querem concentrar na Praça de Espanha as empresas, todos os serviços dispersos em vários edifícios da cidade, pois provavelmente vendem-nos, esses edifícios e ganham dinheiro obviamente com isso. -----

----- O IPO quer ter acesso direto à Praça de Espanha? Parece que sim. -----

----- Como vai ser resolvida a questão dos comerciantes? Foi enviada uma proposta de indemnização, isso sabemos, de acordo com o regulamento estabelecido, diz a Câmara. Eles querem direitos de antiguidade e alguns, até já aceitaram as indemnizações. -----

----- Porque sempre defendemos um plano de pormenor para a Praça de Espanha e não esta venda e troca por partes e ao retalho, a proposta terá o voto contra do PCP. -----

----- Estamos perante uma decisão de ordenamento localizado, para que é insuficiente a escala do PDM e que requer uma apreciação técnica e política de grande ponderação, a que a figura do plano de pormenor estaria em condições de corresponder, garantindo nomeadamente a possibilidade de participação pública para uma opção de planeamento urbanístico que ultrapassa muito os impactos locais, alargando-se a toda a cidade e à influência em equipamentos do IPO, a que recorrem populações de outros pontos do País.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves (PSD):** -----

----- “Já muito foi dito sobre esta permuta e sobre este problema da Praça de Espanha. É um problema que se arrasta há longos anos, e é um problema que não tem tido solução pela Câmara. -----

----- Curiosamente esta Câmara, este Executivo, que já vai em mais de sete anos de exercício e que tem uma fúria de planeamento permanente em relação à Cidade de Lisboa, não consegue resolver este problema de uma forma consistente, de uma forma enquadrada em tudo aquilo que é a Praça de Espanha, apenas, e tem a necessidade de utilizar a unidade de execução para fazer um remendo. -----

----- Portanto, quando uma Câmara, quando o Executivo passa o tempo a encher a boca de que está a planear, está a planear, está a planear, no fundo, na prática e objetivamente, está a remendar. E isto é mais um remendo, uma permuta para satisfazer naturalmente algum interesse de algumas entidades que têm sido lesadas ao longo dos tempos, mas em vez de resolvermos um problema que é aquele que há longos anos todos nós reclamamos, que é a requalificação da Praça de Espanha, apenas e só resolve um problema pontual de duas entidades que ao longo dos anos têm vindo a reclamar, justamente aliás, têm vindo a reclamar a satisfação daquilo que são os seus interesses. -----

----- Curiosamente quando se fala, por exemplo, nos feirantes que estão na Praça de Espanha e se pergunta, isto passou-se na reunião de Câmara, e se pergunta para se encontrar uma solução, a resposta do Senhor Presidente da Câmara é esta “Aí está uma boa ideia, mas talvez na Freguesia do Areeiro e Belém, talvez entre o Areeiro e Belém seja melhor, não, não, depois lembrei-me das novas fronteiras. Talvez entre o Areeiro e Belém seja melhor, seja melhor critério, mas no Areeiro, por acaso, no meio daquela barracada que o Senhor Ministro da Economia lá mantém montada, uma obra do Metro, era capaz também de ficar bem.”, é esta a resposta do Senhor Presidente da

Câmara em relação à resolução de um problema, que naturalmente é um problema que a todos naturalmente deve interessar, que é a dos feirantes que ocupam, desde há mais de trinta anos aquele espaço e que tem que ser requalificado necessariamente. -----  
----- Portanto, nós estamos na galhofa e no imprevisto a resolver problemas de planeamento. Isto não é solução. Por isso o PSD vai votar contra.” -----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “A Mesa não regista mais pedidos de palavra. -----

----- Palavra ao Senhor Vereador Manuel Salgado para responder às questões que foram suscitadas. -----

----- A Mesa informa entretanto que estamos a ver se conseguimos resolver uma solução alternativa para a questão das imagens, mas entretanto mandámos fazer cópias a cores das várias apresentações. Apenas uma por Grupo Municipal, porque não temos condições para fazer rapidamente para todos os Senhores Deputados Municipais, e portanto, se porventura não conseguirmos resolver a questão tecnológica, pelo menos todos os grupos terão acesso às imagens numa versão em papel.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado:** -----

----- “Eu vou tentar responder por ordem às questões que foram suscitadas. -----

----- Primeira questão, a transferência do Terminal de Camionetes para Sete-Rios. -----

----- O projeto de Sete-Rios está a ser elaborado e os autocarros estão previstos ficarem localizados onde hoje existe um parque de estacionamento da EMEL, por baixo do Viaduto do Eixo Norte-Sul. Esta localização é uma localização particularmente feliz, na medida em que permite fazer uma ligação direta à galeria do Metro, galeria pedonal que atravessa exatamente aquela zona. Está coberta por natureza, porque tem um viaduto por cima e bem servida nos acessos, na medida em que as saídas diretas do Eixo Norte-Sul, permitem que os autocarros entrem diretamente para aquela zona. -----

----- Segunda questão que foi levantada foi a questão da esquadra. -----

----- A esquadra está prevista localizar num edifício municipal, cujas obras estão a ser concluídas, na Avenida Santos Dumont, exatamente no lado oposto à localização onde ela hoje está. -----

----- Portanto, as preocupações que aqui foram postas de que a esquadra estava numa rua secundária, sem visibilidade, não é o caso, porque efetivamente aquilo que está, aquilo que foi considerado, foi a transferência para um edifício municipal que é exatamente do outro lado da rua. Houve de facto aqui um engano no texto da proposta inicial, mas a solução de facto é esta e é nesse sentido que está a ser trabalhada pelo Departamento de Património. -----

----- Depois, os Senhores Deputados Municipais conhecem certamente os vários planos que têm sido feitos ao longo dos vinte e cinco anos para a Praça de Espanha e se há uma constante nestes planos, é exatamente a construção de um edifício na fachada correspondente ao local onde esteve previsto o Banco de Portugal. E é exatamente essa a fachada onde se propõe, ou a faixa de terreno, onde se propõe neste momento construir fazendo a permuta com o Montepio e a Lusitânia, ou seja, nenhuma solução futura está comprometida porque não estamos a ocupar terrenos que

estivessem inicialmente previstos para outros usos. Não, aquela frente urbana sempre esteve prevista ser construída em todos os planos que foram feitos até hoje, no próprio Plano Diretor ela está indicada como uma área para construção, e portanto, fazendo aquela frente e é para essa frente que se propõe fazer a permuta. -----

----- Segunda questão, IPO. Aquilo que está previsto é efetivamente, que o IPO possa ter um acesso direto a partir da Praça de Espanha e essa proposta mantém-se, e é sobre essa base que estamos a trabalhar. Não obstante, e este aspeto é importante de referir, há aqui uma negociação que o Município tem que fazer com o IPO, porque os terrenos hoje ocupados por um estacionamento do IPO que fazem fronteira com a Praça de Espanha, são propriedade municipal e não do Ministério da Saúde. Portanto, há aqui um tema que tem de ser resolvido, isto sem prejuízo de ser contemplado sempre a entrada para o IPO através da Praça de Espanha. -----

----- A questão dos comerciantes ou feirantes, como se lhe quiser chamar, o Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves, referiu aqui um trecho pequeno da Ata da Reunião de Câmara em que efetivamente foi isso que foi dito, e é isso que está transcrito na Ata, mas não referiu a parte mais importante da Ata da referida Reunião de Câmara, que foi quando o Senhor Vereador Duarte Cordeiro referiu exatamente as negociações que tem tido com os representantes dos comerciantes e que, neste momento, há comerciantes que pretendem ser realocizados para outros mercados da cidade e outros, que por sua vez, pretendem ser indemnizados para abandonarem a atividade. Portanto, esse é que é o aspeto relevante e julgo que é a boa solução, e não manter aquele mercado com aquelas características, numa praça tão nobre como a Praça de Espanha, como aqui foi referido. -----

----- Por fim queria referir que com esta permuta, a premência de fazer um plano de pormenor ou de fazer uma solução de conjunto para a Praça de Espanha, fica ultrapassada, e nós estamos a trabalhar intensamente na Praça de Espanha. Uma das primeiras intervenções que vai ser feita no Plano Geral de Drenagem é precisamente na Praça de Espanha, e portanto, isso implica o redesenho da placa central daquela zona ajardinada e reorganizar aquele espaço, e portanto, nós estamos a fazer esse trabalho e em breve esse trabalho estará concluído e irá à Câmara, para depois se decidir qual é o seguimento que vai ter.” -----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “Senhores Deputados Municipais a Mesa não regista mais pedidos de palavra sobre a Proposta nº 661/CM/2014, e vamos portanto, pôr à votação a Proposta nº 661/CM/2014, permuta com a Caixa Económica Montepio Geral, anteriormente designada caixa Económica de Lisboa, anexa ao Montepio Geral e com a Lusitânia Companhia de Seguros. -----

----- Eu peço desculpa o Senhor Deputado Municipal pede a palavra para? É para intervir?-----

----- É importante os Senhores Deputados Municipais esclarecerem, se pedem a palavra para intervir ou se é para pedir esclarecimentos, porque como sabem os pedidos de esclarecimento têm um tratamento regimental aparte e não no vosso tempo, é só por isso.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP):** -----  
 ----- “É que eu perguntei e obviamente todos nós devemos ter uma ideia, de qual vai ser a cêrcea para aquela zona, porque obviamente que abrirá precedentes, não é? -----  
 ----- E o Senhor Vereador não respondeu. -----  
 ----- Queremos saber qual é a altura, digamos assim, prevista. Se é quinze, se é dez andares, enfim, se há ideia da parta da Câmara?” -----  
 ----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado:** -----  
 ----- “Senhor Deputado Municipal peço imensa desculpa, eu não respondi porque não ouvi a pergunta, eu peço desculpa. -----  
 ----- Aquilo que se fez neste caso foi definir um volume máximo e o que se disse foi, é preciso respeitar o alinhamento para a Praça de Espanha, é preciso respeitar o alinhamento da Avenida de Berna e respeitar o alinhamento da Santos Dumont. -----  
 ----- Em relação à profundidade de empena, fixaram-se as regras em relação ao afastamento de trás, e depois diz-se, não apostamos em condicionar as alturas, a altura que está condicionada é a altura que está definida, que é o teto para esta zona, que é a cota 145, só que é evidente, que se preenchessem aquele volume todo ultrapassavam largamente a área de construção que consta da permuta, e portanto, isso não é possível. -----  
 ----- O que é que isto permite? Permite que seja desenvolvida agora uma solução arquitetónica e que os edifícios possam ter uma parte mais alta, outra mais baixa e aquilo que pretendemos é que não seja uma fachada toda igual e toda corrida. -----  
 ----- Portanto, eu não estou a fugir a responder à sua pergunta, mas estou-lhe a dizer que de facto há aqui uma margem para em termos de projeto, que tem sempre que ser aprovado pela Câmara, se possa dar liberdade na conceção do próprio edifício.” -----  
 ----- **A Senhora Presidente:** -----  
 ----- “Estamos então em condições de votar a Proposta nº 661/CM/2014. A Mesa vai pôr a Proposta nº 661/CM/2014 à votação. -----  
 ----- Pedia que as pessoas que não são Deputados Municipais que se afastem da zona do Plenário. -----  
 ----- A Mesa vai pôr à votação a **Proposta nº 661/CM/2014, “Celebração de um contrato de permuta com a Caixa Económica Montepio Geral, anteriormente designada Caixa Económica de Lisboa, anexa ao Montepio Geral, Associação de Socorros Mútuos e a Lusitânia – Companhia de Seguros, S.A., nos termos da proposta”**, apresentada pela Câmara Municipal de Lisboa. A Proposta foi **aprovada por maioria**, com votos a favor de PS, PNPB e IIND, votos contra de PCP, PSD, BE, MPT, PEV e abstenções de CDS-PP, PAN e 5IND.” -----  
 ----- **(A DISCUSSÃO DO PONTO 3 FOI RETOMADA NESTE MOMENTO)**-----  
 ----- **A Senhora Presidente:** -----  
 ----- “Senhores Deputados Municipais dizem-me os serviços que já estamos em condições. Estamos ou não estamos? -----  
 ----- O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles do BE está-me a dar a indicação de que o BE irá apresentar uma Declaração de Voto. -----  
 ----- Estamos em condições? Podem pôr já a imagem no ecrã. -----

----- Senhores Deputados Municipais parece que já estamos em condições de retomar os trabalhos onde os tínhamos suspenso há pouco, na Proposta 112/CM/2014, Plano de Urbanização de Alcântara e a Mesa dá novamente a palavra ao Senhor Vereador Manuel Salgado, para vir fazer a apresentação da proposta.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado:**-----

----- “Eu há pouco referi que este processo iniciou-se em 2008 e em 2008 o panorama em Alcântara era este, que é o mesmo que se mantém hoje, ou seja, uma área com uma percentagem muito elevada de espaço demolido de antigas instalações industriais. -----

----- Portanto, logo em Novembro de 2010, aliás, em Março de 2008, foram aprovados os termos de referência e duas alternativas se colocavam, ou retomar um plano de pormenor, tal como tinha sido feito em 2004 e nunca tinha sido concluído ou fazer um plano de urbanização de uma área muito mais vasta que incluísse o Vale de Alcântara. Portanto, que abordasse em conjunto todo este território, não só a área sobre a qual existiam expectativas de urbanização, mas também, áreas que necessitavam de ser cuidadas, como é caso do Alvito velho, como é o caso das construções que se fizeram ao longo da Avenida de Ceuta, como é o próprio vale da Avenida de Ceuta, e nessa altura foi decidido que era este o caminho que se devia seguir, portanto, fazer o plano de urbanização de uma área alargada. -----

----- Este plano foi feito e em Novembro de 2010 foi enviado para a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, e em Março de 2011 feita a sua consulta pública. É preciso referir, como os Senhores Deputados Municipais sabem, que qualquer plano tem que integrar as orientações dadas pelos diferentes órgãos da Administração Central que sobre ele se pronuncia, e portanto, quando este plano foi feito o plano integrou, porque era o projeto que estava em cima da mesa, não só a ampliação do terminal de contentores de Alcântara, como a ligação ferroviária subterrânea que fazia a ligação da linha de cintura com a linha de Cascais e simultaneamente o escoamento de mercadorias do porto, bem como o projeto de expansão da linha do Metropolitano, que inclusivamente tinha sido, o plano geral tinha sido aprovado em reunião de Câmara, o plano geral de expansão do Metro, portanto, foi esta a versão do plano que foi para as entidades e que foi aprovada em Câmara em Setembro de 2011. -----

----- Entretanto, por razões óbvias que resultam do agudizar da crise, da queda do Governo e não da anulação, porque na realidade o projeto de enterramento da via-férrea continua a ser um a estar na lista dos projetos estruturantes, só que está em último lugar e deixou de ter prioridade, portanto, houve aqui uma alteração de circunstâncias muito significativa. Por isso em Setembro de 2012, foi aprovado em Câmara uma alteração ao plano, introduzindo uma solução simplificada do plano e nessa alteração simplificada do plano, aquilo que se fez foi identificar, eu vou passar o slide à frente porque esta era a proposta total do plano que estava inicialmente prevista e que previa, conforme eu referi, o túnel ferroviário de ligação da linha de Cascais à linha de Cintura, o novo viaduto ferroviário de ligação entre a Avenida de Brasília à Avenida de Ceuta, o reperfilamento da ligação da Praça General Domingos de

Oliveira à Ponte, a ligação à Ponte, a ligação rodoviária entre a Avenida de Ceuta e a Avenida da Ponte junto ao Viaduto Duarte Pacheco, as estações de Metro e as suas ligações à rede geral e a operação urbanística no terreno da REFER, previa ainda que na Estação do Alvito fosse construída uma centralidade. -----

---- O que é que acontece? Quando se fez esta versão do plano simplificado, não só algumas das soluções foram suprimidas, nomeadamente, dois microtúneis que estavam previstos para fazer a ligação da Avenida 24 de Julho à Avenida de Brasília, ali junto aos viadutos metálicos da Avenida Infante Santo. Esses já tinham sido suprimidos e principalmente adotou-se uma filosofia diferente que foi dizer, não vamos prever, porque não será certamente feito nas próximas décadas o enterramento da linha de caminho-de-ferro, mas não vamos inviabilizá-la, portanto, vamos deixar um corredor livre para que dentro de vinte, trinta anos ou o que for, se na altura se justificar fazer este enterramento, que ele possa ser feito. -----

----- Da mesma forma, o viaduto que estava previsto construir para ligar a Rua de Cascais e a Avenida de Ceuta à Avenida de Brasília, foi retirado de primeira prioridade e passou também para muito mais tarde, portanto, não ficou programado e em contrapartida foram propostas pequenas alterações aos viadutos metálicos, mantendo os viadutos metálicos em funcionamento. -----

----- Por outro lado, deu-se primeiro prioridade e é isso que está previsto, aliás, neste momento estamos a trabalhar exatamente sobre isto, à execução dos órgãos do Plano Geral de Drenagem que permitem atacar o problema das cheias na zona de Alcântara, que é a construção de dois grandes coletores ao longo do Caneiro de Alcântara. E deu-se prioridade à nova rede viária e requalificação da existente com o aproveitamento exatamente dos viadutos metálicos, como há pouco referi, à requalificação do Bairro do Alvito, às operações urbanísticas nos espaços a consolidar, portanto, para procurar que este espaço deixasse de estar ao abandono como está hoje, mas que fosse de facto um espaço que pudesse ser qualificado e à melhoria da Rua Prior do Crato e da Praça da Armada, aliás, esta intervenção é uma das intervenções que está no programa “Uma Praça em cada Bairro” e que temos estado a trabalhar com a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Estrela, e a criação da estrutura verde na zona baixa de Alcântara, a requalificação das encostas do Casal Ventoso e do Arco Carvalhal, e por outro lado, um trabalho que está a ser desenvolvido também no âmbito da requalificação e renaturalização do Vale de Alcântara. -----

----- Por outro lado temos um conjunto de intervenções que já estão previstas no âmbito do plano, nomeadamente a nova biblioteca que está neste momento em fase de projeto, a intervenção no Largo de Alcântara que já há pouco referi, um parque de estacionamento provisório que vai ser feito pela EMEL em parceria com os atuais proprietários do terreno de Alcântara XXI e a intervenção no Largo do Calvário e no Largo das Fontainhas. Tudo isto são intervenções que não sendo resultado do plano, são no entanto propostas que já se enquadram dentro daquilo que são as orientações definidas pelo plano e que nos permitem de facto começar a fazer uma intervenção com uma outra dimensão e com uma outra importância em Alcântara. -----

----- Eu admito que tenha havido aqui provavelmente um entendimento ou não tenha ficado claro esta questão do faseamento, porque havia um desenho que é exatamente a planta 41 que admito que não tenha sido vista por todos os membros da Comissão de Urbanismo, bem como o programa de execução que é o ponto 21.3 do relatório em que exatamente tudo isto estava discriminado, aquilo que fica apenas como corredores de reserva e aquilo que são obras para serem realizadas na primeira fase. ---

----- Gostava também de referir nesta introdução que este plano de urbanização, é efetivamente muito diferente na zona que diz respeito à parte mais baixa de Alcântara, relativamente àquilo que era o plano de pormenor que estava a ser desenvolvido em 2004, desde já porque o plano de 2004 tinha um índice 2 mas majorado em 25% conforme previa o plano diretor da época, portanto, tinha um índice de 2.5 e neste momento, a opção que se tomou em relação ao plano é um índice 1.7 que é dentro dos índices previstos nas polaridades urbanas, pode variar entre 1.7 e 2 e nós contivemo-nos no 1.7, porque achamos que efetivamente não se justificava nesta área sobrecarregar a densidade.-----

----- Por outro lado o plano, na medida em que foi elaborado todo ele antes da execução e da elaboração e aprovação do atual PDM, e portanto, teve pequenos ajustamentos depois, tem algumas medidas que são propostas, nomeadamente, quanto à profundidade da empena que são diferentes daquelas que constam no PDM, que prevê que tendo em conta que nós temos ali uma área de grandes armazéns, nomeadamente junto à Rua da Cozinha Económica e Largo do Calvário, armazéns com grande profundidade de empena, e portanto, a profundidade de empena de transição é fixada em dezasseis metros e não em quinze como está no PDM e adotou a regra do anterior PDM no que diz respeito às alturas, que são a Moda da cércea e não a Média da cércea, como está consagrado no atual PDM. Estes dois aspetos, aliás, vêm referidos na própria memória descritiva do plano, quando diz que revoga o artigo 42º e 43º do PDM porque é exatamente isto, um tem a ver com a profundidade da empena e o outro tem a ver com a adoção do critério da Moda da cércea e não da Média da cércea. -----

----- Era esta a apresentação que queria fazer, mas obviamente, que qualquer dúvida estarei depois na fase seguinte em condições de responder.” -----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “Vamos verificar em termos de inscrições, as inscrições que temos. -----

----- O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles julgo que também tem uma apresentação, portanto, eu pedia para os serviços prepararem a apresentação. -----

----- O Senhor Deputado Municipal diz que não é preciso baixar a luz neste momento, porque é apenas um slide que quer apresentar, portanto, não precisam de baixar a luz agora.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE):** -----

----- (A apresentação de imagens feita pelo Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles, fica anexada à presente Ata como Anexo III.I e dela fazem parte integrante) ---

----- “Realmente é um slide que queríamos mostrar perto do final, portanto, não se justifica escurecer a sala.-----

----- O Executivo Municipal anima sempre esta Assembleia Municipal com enormes surpresas. A situação que temos hoje, não sendo inédita, não deixa de nos surpreender.-----

----- Temos neste momento, enquanto iniciamos esta discussão, uma discussão sobre o PUA, de seguida e neste percalço de encadeamento de discussão de propostas, temos a avaliação, a discussão e a possível aprovação da hasta pública para a venda de um terreno com 20000m2 por 20000000€, mas a curiosidade desta situação é que a avaliação feita deste triângulo dourado é baseada no PUA que agora estamos a discutir e que ainda não está aprovado, e portanto, o Senhor Presidente António Costa, que não está presente...”-----

----- **A Senhora Presidente:**-----

----- “Oh Senhor Deputado Municipal desculpe interrompe-lo, a proposta de alienação não está neste momento em apreciação, está neste momento em apreciação o PUA.”---

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE):**-----

----- “Sim, sim, mas faz parte da ordem de trabalhos...”-----

----- **A Senhora Presidente:**-----

----- “Está bem, mas isso lá chegaremos se esta proposta for aprovada, se ela não for aprovada não chegamos lá.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE):**-----

----- “Mas eu posso pronunciar-me sobre ela, não só da ordem de trabalhos.”-----

----- **A Senhora Presidente:**-----

----- “Exatamente. Estou só a dizer que não é neste ponto da ordem de trabalhos.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE):**-----

----- “Com certeza, mas volto a dizer que está na ordem de trabalhos a apreciação de uma proposta de alienação de um terreno, cuja avaliação, o valor que vai a hasta pública é baseado na aprovação de este documento que temos em mãos neste momento.-----

----- Pronto, então estamos de acordo sobre isso e perfeitamente claros.-----

----- E portanto, entende o BE que mandaria o bom senso e com certeza o respeito democrático, que primeiro se fizesse esta discussão de forma equilibrada e sensata sobre o PUA que definirá as regras, é isso que faz o plano de urbanização sobre a ocupação daquele território de Alcântara que inclui o lote vinte milhões, e depois de aprovado ou não aprovado, se definissem os valores e as condições para a hasta pública do terreno, cuja proposta já está agendada, já a seguir a esta que agora deliberaremos.-----

----- Lamentamos o inconveniente, mas apesar da pressão que naturalmente existirá para viabilizar este negócio de vinte milhões, a proposta relativa ao plano de urbanização, tal como está, não tem condições para ser aprovada.-----

----- A proposta, no entender do BE, encerra dois erros graves.-----

----- Um, o primeiro entendemos nós, é um erro material e assumimos que se trata de um erro material.-----

----- O terceiro ponto da proposta propõe, passo a redundância e passo a citar, “a revogação das disposições relativas à altura máxima da fachada e profundidade dos



edifícios, contidas nos artigos 42º e 43º do PDM de Lisboa”, tal como referiu o Senhor Vereador na intervenção há pouco. A ser aprovado este ponto, significaria que em toda a cidade de Lisboa, deixariam de existir limites à altura máxima da fachada e à profundidade dos edifícios. Não há nenhuma menção de que seja limitada a este território. É um lapso, com certeza, aceitamos que sim, mas caso fosse aprovado tal como está teria consequências graves para a cidade e deve por isso ser eliminado este ponto da proposta. -----

----- O segundo erro é um erro político, esse achamos nós que é deliberado e achamos que é deliberado por ser uma estratégia deste Executivo, não é defeito é feitiço e a esse erro político, naturalmente opomo-nos. Este plano de urbanização é a continuidade, tal como já dissemos anteriormente, do urbanismo à medida dos interesses.-----

----- Recentemente tivemos outros exemplos. Muito recentemente o Plano de Pormenor do Eixo Luz-Benfica, o Plano de Pormenor do Campus de Campolide ou a alteração, esta a última a ser discutida nesta Assembleia Municipal sobre o Plano de Pormenor das Amoreiras. Este plano de urbanização, este em concreto, debruça-se maioritariamente, está nos seus objetivos, sobre a tentativa de encontrar soluções de qualificação e de regeneração urbana, assim como de coesão territorial em torno de um elemento central e determinante. Qual é? A alteração da ligação ferroviária e as restantes acessibilidades daquela zona, que são fulcrais para a cidade.-----

----- Mas, existe aqui um dado importante e novo, tal como referiu também o Senhor Vereador. O Governo e a REFER, o Presidente da REFER esteve na comissão e disse “este projeto só será possível concretizar após 2020, e terá como prazo de concretização sete anos”, portanto, concentrar soluções urbanas para um território, numa premissa de um projeto que não existirá na próxima década, é simplesmente adiar o problema e não responder ao que precisa de ser respondido com urgência, naquele território de Alcântara. -----

----- Sabemos o que nos diz o PS. Os planos foram feitos para serem alterados, e portanto, estamos disponíveis para alterar o que for necessário, quando for necessário, sabemos bem disso, não é novo, já o fizemos aqui antes. Como aliás vimos muito recentemente, com a alteração ao Plano de Pormenor das Amoreiras, onde o mercado não respondeu como devia ter respondido ao planeamento urbano, mude-se então o planeamento urbano. -----

----- O urbanismo não serve para responder às pessoas, serve para responder ao mercado.-----

----- Sabemos também que o Plano do Campus de Campolide, aqui aprovado há uns meses em Julho, tratava e trata, naturalmente, o campus universitário com certeza, mas sobretudo do gigantesco negócio dos terrenos do Estabelecimento Prisional de Lisboa, uma colossal operação de especulação imobiliária, como tão bem nos demonstrou o Senhor Deputado Municipal Nunes da Silva num *PowerPoint*, inaugurando essa excelente forma de ilustrar as apresentações nesta Assembleia Municipal.-----

----- Sabemos também, que o Plano de Pormenor do Eixo Urbano Luz-Benfica parecia feito à medida da Espírito Santo Saúde, para ampliar o Hospital da Luz, aliás, a

Espírito Santo Saúde fazendo jus ao seu nome, justiça lhe seja feita, anunciou em Fevereiro deste ano que ia aumentar em 40% a área construída do hospital e espantem-se, não é que acertou mesmo. Sabemos hoje que em Julho foi aqui aprovado plano de pormenor daquela zona e a hasta pública em simultâneo, onde estava incluído o único terreno para onde era possível expandir o hospital, o recente quartel de bombeiros, o mais moderno quartel de bombeiros da cidade. Sabemos também que a hasta pública que se realizou no dia 2 de Outubro, sem que tivesse aparecido um único interessado e que na passada sexta-feira, passados os sessenta dias, no final dos sessenta dias limite para apresentação das propostas de aquisição, alguém fez uma oferta de 1€ acima do valor base de licitação e ganhou. Adivinhem quem foi? Foi mesmo o Espírito Santo. ----- \

----- A lógica do sabemos que este plano não serve, mas é melhor aprovar e depois aprovamos o que houver a alterar, é a lógica do facilitismo e da opacidade e por isso não podemos aceitar. Não aceitamos porque não é assim que se faz a cidade para as pessoas e não aceitamos, porque percebemos que este Plano de Urbanização de Alcântara não serve para responder aos problemas de Alcântara, mas sim para tratar mais um negócio. -----

----- Agora sim apresento o nosso breve slide. Aqui está, não sei se conseguem ver? Mas algures naqueles terrenos abrangidos pelo PUA, refiro-me em especial a um projeto que alguns se recordarão com certeza, e quando lemos a tal norma revogatória que nos falava o Senhor Vereador sobre a altura máxima das fachadas, sabemos todos de que estamos a falar daquele triângulo dourado, não exatamente aquele, ligeiramente ao lado, algumas dezenas de metros ao lado. Já alguém o tentou fazer antes e este era o resultado dessa imaginação profícua. Fachadas sem limite daquela altura são com certeza, um filme de horror de que já vimos e que não queremos repetir. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara na altura, todos se recordarão com certeza, olhava para aquela maquete e dizia publicamente “é bom que tomemos este projeto como um ato de cultura, um ato de desafio à comunidade”. Sobre a cultura respeitamos com certeza a sua opinião conhecedora, sobre o desafio à comunidade? Tem toda a razão. Quando lemos a norma revogatória dos vinte milhões, sabemos de que Alcântara estamos a falar. Não estamos com certeza a tratar do Bairro do Alvito ou da Cascalheira e da fratura urbana provocada pela Avenida de Ceuta, estamos a falar dos vinte milhões. Não estamos a tratar do nó de ligação à Ponte 25 de Abril, estamos a tratar dos milhões. Não estamos a tratar da ligação dos bairros guetizados do Loureiro e da Cabrinha ao resto da cidade que tanto precisam, estamos a tratar dos milhões. Por isso, este plano de urbanização que temos à nossa frente para votar e que se chama de Alcântara devia chamar-se o plano do lote vinte milhões, porque e desse lote dos vinte milhões que o plano quer tratar.” -----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “Quero lembrar o seguinte. Esta proposta já esteve aqui em apreciação na Assembleia Municipal em Julho deste ano e nessa altura foi apresentado um parecer da 3ª Comissão, portanto, ela agora é exatamente a mesma proposta, não teve

alterações, a 3ª comissão não fez novo parecer, pede-me apenas para lembrar a todos os Senhores Deputados Municipais dois documentos importantes que foram entretanto, deram entrada na Assembleia Municipal e foram do conhecimento da comissão e que eu mandei distribuir por todos os Senhores Deputados Municipais. -----

----- Um é o parecer da junta de Freguesia de Alcântara, que não tinha sido ouvida quando nós estivemos aqui em Julho a apreciar este plano e por essa razão não foi votada a proposta. Esse parecer já veio e foi distribuído. -----

----- E em segundo lugar, são elementos de esclarecimento do Senhor Vereador Manuel Salgado que ele hoje voltou a apresentar, nomeadamente a questão do faseamento da execução e que respondem às dúvidas que tinham sido colocadas pela Junta de Freguesia de Alcântara. -----

----- Estes elementos estão no *site* da Assembleia Municipal, foram distribuídos por todos os Senhores Deputados Municipais, e portanto, não são propriamente um aditamento ao parecer, mas são dados novos que é preciso ter em conta na apreciação, neste momento, da proposta. -----

----- Eu queria também lembrar os Senhores Deputados Municipais que a Proposta 112/CM/2014, está nesta Assembleia Municipal seguramente se não há um ano, há quase um ano. Eu estou neste momento a aferir a data exata, e portanto, não estamos propriamente a ver uma proposta pela primeira vez, esta é uma matéria que já se arrasta há muitos meses na Assembleia Municipal.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra (PSD):**-----

----- (A apresentação de imagens feita pela Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra, fica anexada à presente Ata como Anexo III.II e dela fazem parte integrante)-----

----- “O Plano de Urbanização de Alcântara apoia-se na sistematização de três temas relacionados com as infraestruturas viárias, os transportes e o estacionamento, os quais, dependendo da REFER e da Carris abrangem três quartos do território. -----

----- Em sede de comissão, como já foi dito pelo Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles, foi ouvida a REFER que remeteu para 2020 a eventual execução destas obras, acrescentando mais sete anos para a realização das mesmas. -----

----- A Carris afirmou que não tinha meios financeiros para executar a obra, e portanto, nem sabe quando e que elas vão realizar-se. -----

----- Bom, nesta fase e eu disse-o em comissão, este plano lembra um bocadinho a estátua de Eça de Queirós no Largo Barão de Quintela, sobre a nudez forte da verdade o manto diáfano da fantasia, porque a verdade é que três quartos deste território caíram sob o manto diáfano da fantasia.-----

----- A nudez forte da verdade apoia-se em três questões. O espaço da antiga fábrica de açúcar, adquirido pelo grupo SIL em hasta pública, com uma viabilidade aprovada pelo então Presidente da Câmara Jorge Sampaio. Essa viabilidade veio a provar-se não ser compatível com os planos em vigor. -----

----- O segundo ponto que é a avançada degradação do tecido histórico que ainda caracteriza algumas zonas de Alcântara. -----

----- O terceiro ponto é com a necessidade que a Câmara tem de realizar ativos, vendendo em hasta pública o terreno municipal entre a Avenida da Índia, 24 de Julho e Rua de Cascais. -----

----- Nós estamos a ver ali aquele triângulo tal como é exposto agora. -----

----- Agora podemos passar para o slide seguinte e eu queria dizer o seguinte, para memória futura. Sobre este terreno têm existido diferentes opções políticas para a cidade, por exemplo em 2004, como o Senhor Vereador Manuel Salgado disse e na sequência daquilo que veio a ser na história da Arquitetura o Manifesto do Louisiana e volto a citar os princípios desse manifesto, “em nome do prazer de viver na nossa terra, temos de nos bater contra o urbanismo das zonas, das redes, dos territórios retalhados, contra esta podridão automática que anula a identidade das cidades, de todos os continentes sobre todos os climas. Temos que nos bater pelo contexto”.-----

----- Nesta sequência foi encomendado um projeto ao Senhor Arquiteto Jean Nouvel, previa-se um complexo de quatro edifícios destinados a habitação que tivesse em conta o contexto urbano da malha em que se ingeria. Atendendo à localização do terreno, entre vias de grande circulação, de grande poluição sonora e ambiental e entre vias chamadas estruturantes, Jean Nouvel entendeu que faria sentido um jardim que não confinasse com essas vias mas que fossem jardins interiores, que estariam devidamente protegidos por complexos habitacionais de quatro pisos, os quais teriam paredes e seriam estudados para ter uma devida insonorização dos espaços. A cada jardim corresponderiam diferentes temáticas como barreiras vegetais, o chamado coberto vegetal, também sustentável e que depois apareceu mais tarde noutras capitais, as quedas de água que é o seguinte slide, a vegetação de grande e pequeno porte, peço para passar para o slide seguinte, e finalmente espaços de restauração e lazer, prevendo também vias pedonais interiores, que recriavam a malha histórica envolvente. Nessas vias interiores recorrer-se-ia à calçada à Portuguesa e ao uso de azulejos, tão característicos da Cidade de Lisboa. -----

----- Jean Nouvel ganhou o prémio Pritzker em 2008, no ano em que precisamente o Executivo desta Câmara decidiu pôr de lado esta projeto.-----

----- Bom, este projeto tem sido sucessivamente citado como um exemplo da arquitetura de contexto e aconteceu ainda bem recentemente, na segunda-feira dia 24 de Novembro, no Porto, no Fórum do Futuro. Também é um dos projetos tipos do movimento SOS, que se chama "Species On Spaces" e que se bate exatamente pelo contexto e pela individualização do estudo urbano nas diferentes cidades. Estamos pois perante uma opção política completamente diferente, tanto em termos de desenho urbano, como em termos de uso. -----

----- É evidente que a maioria tem sempre a legitimidade para tomar as opções que entender, mas nós entendemos que este projeto deverá ser guardado para memória futura e as decisões deverão ser julgadas por aqueles que hão de vir. -----

----- Senhora Presidente da Assembleia Municipal eu peço que considere esta minha intervenção como constituindo a minha Declaração de Voto. -----

----- E finalmente deixo-vos com a seguinte consideração. Sabendo que a Câmara insistiu junto desta Assembleia Municipal, para a urgência de aprovação do Plano de

Urbanização de Alcântara de forma a viabilizar a hasta pública deste terreno até ao final do ano, eu quero perguntar à Câmara, se confirma que deu entrada em Maio de 2013, um PIP para o mesmo local para a construção de um hospital?”-----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada Municipal, o Senhor Vereador responderá devidamente.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Arruda (MPT):** -----

----- “Antes de iniciar a minha intervenção, quero partilhar a minha perplexidade sobre um assunto. -----

----- Não passa muito longe da área de intervenção do plano de urbanização hoje em discussão. Depois do circo montado sobre os brasões da Praça do Império, que ainda não acabou, não é passaram-se das palavras aos atos e foi autorizado a montagem de uma tenda de circo em frente ao Museu da Marinha, paredes meias com o Mosteiro dos Jerónimos. Como é possível tal autorização na área de proteção ao monumento? Tal imagem, que posso disponibilizar em fotos, é mais um atentado paisagístico ao espaço público da cidade à qual se soma a degradação do local, com a colocação de estacas e ocupação do espaço verde.”-----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “Senhores Deputados Municipais eu sei que já perceberam que o Senhor Deputado Municipal está a falar de um outro assunto que não o PUA.-----

----- O Senhor Deputado Municipal tinha-me pedido para no princípio da sua intervenção, fazer aqui uma chamada de atenção à Assembleia Municipal. -----

----- Como eu não posso interferir na intervenção, é o que o Senhor Deputado Municipal está a fazer e entrará, com certeza certamente, na matéria agora.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Arruda (MPT):** -----

----- “Relativamente à Proposta 112/CM/2014 que pretende aprovar a versão final do Plano de Urbanização de Alcântara (PUA), o MPT gostaria de dizer o seguinte.-----

----- A população de Alcântara já há muito que espera por este plano de urbanização, bem como por uma linha estratégica de desenvolvimento para aquele território. Ao longo do tempo que estes munícipes têm vindo a ser presenteados com projetos abortados e ou mal sucedidos. -----

----- Alcântara, como os Senhores Deputados Municipais bem se recordam, sempre foi uma zona onde a indústria prevaleceu durante décadas, contudo, desde a década de noventa que os seus habitantes começaram a deparar-se com o encerramento compulsivo de dezenas de fábricas, deixando ao abandono um conjunto significativo de edifícios e terrenos. -----

----- Do plano destacamos a prudência de fasear a sua execução em duas fases, pois numa altura em que o mercado imobiliário ainda se ressent e o investimento público é pouco significativo, torna-se essencial a distinção das ações onde existe menor grau de incerteza, mas que em princípio serão concretizáveis a longo prazo e com maior grau de incerteza. Torna-se pertinente preservar a manutenção do corredor que viabilizará a possibilidade de ligação entre a Linha de Cascais e Linha de Cintura, e a

manutenção do canal ferroviário para a estação do Metropolitano de Lisboa à estação de Alcântara.-----

----- O MPT destaca favoravelmente alguns aspetos, entre os quais, a melhoria de acesso da população do Alvito velho à restante cidade, o programa de requalificação dos espaços públicos desta zona da cidade, e por fim, a criação de um parque de estacionamento a dimensionar. -----

----- Em contrapartida receamos a forma de consolidação da zona residencial prevista para o aterro de Alcântara, mais especificamente, entre a Rua Rodrigues Faria e a Rua da Cozinha Económica, estando prevista a sua consolidação através de uma unidade de gestão, sem existir a necessidade de ser discutida nesta casa. -----

----- Esperamos que a reabilitação urbana não seja esquecida na implementação deste plano, uma vez que o seu núcleo urbano consolidado é proveniente de algumas décadas, carecendo de urgentes intervenções dado o seu estado de degradação. Será importante salvaguardar o património histórico e industrial, como forma de preservar a memória e a identidade local. -----

----- Não poderíamos deixar de saudar a construção de dezoito equipamentos tão necessários à população, como centros-de-dia, pavilhões gimnodesportivos, biblioteca, jardim-de-infância, unidade de cuidados primários, unidade de cuidados continuados, creches e parques de estacionamento para residentes. -----

----- Ainda sobre o plano é incontornável olhar para o terreno que será alienado em hasta pública e que vem hoje a esta Assembleia Municipal para ser votado, através da Proposta 648/CM/2014. Com uma área de 20763m<sup>2</sup>, aloja alguns serviços e um dos principais refeitórios municipais. -----

----- Na planta de proposta da primeira fase do plano, podemos verificar que grande parte da parcela será ocupada por espaços verdes, assim gostaríamos de esclarecer, se este facto está salvaguardado no processo de hasta pública, bem como o enquadramento previsto para o terminal de autocarros suburbanos, o Midwest do terreno supracitado? -----

----- Para terminar o MPT não poderia deixar de referir o compromisso do executivo, para realizar intervenções em todo o Vale de Alcântara de forma a minimizar os impactos das inundações, num território que frequentemente é fustigado por este tipo de fenómenos. -----

----- Esperamos e desejamos que o futuro de Alcântara seja promissor, e que se desenvolva dentro dos melhores indicadores de sustentabilidade.” -----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles pediu a palavra para uma interpelação à Mesa. Microfone ao Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE):** -----

----- “É só uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos. Entendo que decidi muito bem em não interromper o Senhor Deputado Municipal António Arruda, quando ele entendeu fazer uma menção ao circo de Belém. Os Senhores Deputados Municipais estão na sua liberdade de fazer menções nas suas intervenções,

sobre o circo de Belém, sobre a Feira-Popular ou sobre a patinagem no gelo, a Senhora Presidente fez muito bem em não interromper.-----

----- Esse critério deve-se alargar às outras intervenções dos outros Senhores Deputados Municipais.-----

----- Quando os outros Senhores Deputados Municipais fazem intervenções em que se referem à ordem de trabalhos também não devem ser interrompidos, não compete à Senhora Presidente interrompê-los, deve respeitá-los e conduzir os trabalhos de forma normal.”-----

----- **A Senhora Presidente:**-----

----- “A Mesa agradece naturalmente a interpelação, embora o Regimento diga que a Mesa pode chamar a atenção ao orador quando se está a afastar do tema, mas a Mesa não procura seguir essa norma regimental, a Mesa não procura.-----

----- Eu só o interrompi, para tornar muito claro que a Proposta nº 648/CM/2014 era diferente desta, mas se procedi mal peço desculpa, todos nós temos as nossas maneiras de fazer as coisas que nem sempre agradam a todos e nem sempre são feitas da melhor maneira possível.-----

----- Portanto, registei a interpelação e tomarei em devida nota.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Maria Luísa Aldim (CDS-PP):**-----

----- “Sobre o PUA o CDS não quer deixar de expressar a sua preocupação em relação a alguns dos pontos, que na nossa ótica deviam ter sido considerados e melhorados.-----

----- Nomeadamente que o plano assenta no pressuposto, de que a ampliação do terminal de contentores de Alcântara se vai efetuar nos termos do decreto-lei que aprovou a prorrogação do contrato de concessão à Liscont.-----

----- Ora, o mesmo decreto, como sabemos, foi revogado pela Assembleia da República, o que veio a inquinhar completamente toda a solução urbana para aquele local.

----- Alcântara é também uma zona de elevada sensibilidade e em especial a zona ribeirinha, que integra o subsistema de transição fluvial do estuário, e é uma área inundável e de risco sísmico. É a própria DMAU que afirma em parecer que estas questões são tratadas com pouco cuidado.-----

----- Para o CDS primeiro deve resolver-se o problema do Caneiro de Alcântara e só assim se pode tomar opção, em relação às demais estruturas viárias e ferroviárias que estão previstas para o subsolo, coincidindo com o seu traçado que é representado de uma forma ligeira no plano.-----

----- Todas as obras que influenciam o sistema hidrogeológico da zona devem ser analisadas e planeadas com elevado grau de rigor técnico, o que não acontece de todo na proposta deste plano. Tendo em conta também as últimas e recentes inundações diria que, esta é a maior prova desta mesma necessidade.-----

----- Estão previstas transformações no sistema viário e ferroviário, sem qualquer critério no faseamento e impacto que todas estas obras vão ter nos habitantes, comerciantes e nos futuros investidores de Alcântara.-----

----- Mais, o plano não está ainda em conformidade com o regulamento de ruído. Sabemos também que o valor estimado para o investimento na execução do plano é de

53 milhões de euros, na sua maioria, a cargo da CML. O que nos leva a questionar, onde é que na conjuntura económica e financeira, o Executivo vai obter recursos para realizar todas estas obras? -----

----- Questionamos também a lógica que presidiu à planificação dos vários meios de transporte, num interface difuso, dispersos pela área do plano, em vez de clarificar e estruturar um verdadeiro interface, além do mais, assenta no pressuposto de que se vão realizar as infraestruturas de transportes ferroviários, eléctrico rápido, metropolitano, rede viária, ascensores e também o funicular, sabendo que esta concretização não depende apenas da CML e não existindo um programa confiável para a sua execução e conclusão. -----

----- Mas neste plano nem tudo é mau e o CDS entende a necessidade de existir um plano para Alcântara e que esta necessidade é urgente. Colocadas estas dúvidas também é justo assinalar que após a discussão pública deste plano, a proposta apresentada inclui alterações que vieram ao encontro de algumas das críticas e sugestões do CDS. -----

----- E assim gostaria de salientar, o aumento do número de lugares de estacionamento público para residentes, que assim passam de 860 para 1410, não é ainda a capitação desejável, é verdade, mas consideramos que é já uma boa medida. -----

----- Em relação ao viaduto da Avenida Cascais, com grande impacto negativo para as habitações existentes, foi finalmente considerada a alteração do seu perfil no sentido de este terminar antes dos edifícios de habitação. -----

----- Também a manutenção do viaduto da Avenida Infante Santo e a anulação do túnel anterior previsto, entre a Avenida da Índia e a Avenida Brasília, vai diminuir o impacto financeiro das obras públicas previstas neste plano. -----

----- Com estas significativas alterações o CDS ponderou também a sua intenção de voto, pelo que posso anunciar que nos iremos abster na Proposta 112/CM/2014 para o Plano de Urbanização de Alcântara.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Gama (PS):**-----

----- “O Plano de Urbanização de Alcântara pretende responder à necessidade de requalificação de uma área da cidade que pela sua morfologia, confluência de vias e envelhecimento do parque edificado, apresenta problemas estruturais facilmente identificáveis. -----

----- A aprovação de um instrumento de gestão territorial, delineado sobre uma estratégia para o desenvolvimento sustentável do local que defina as regras e os princípios orientadores, permitirá a reconversão urbana pela qual esta área há tantos anos aguarda. -----

----- Nos objetivos propostos para o plano pela equipa de projeto em articulação com a CML, destaco os seguintes no âmbito da qualificação ambiental. -----

----- Promover uma estrutura ecológica contínua, que relacione o estuário do Tejo com o Vale de Alcântara e através deste com o Parque de Monsanto. -----

----- Propor soluções mitigadoras de situações de risco natural, designadamente sísmico e de inundações no âmbito da coesão territorial. -----



----- Favorecer a ligação entre os vários tecidos urbanos fragmentados, contribuindo para a integração social das áreas menos favorecidas. -----

----- Reforçar o relacionamento entre as duas margens do atual caminho-de-ferro, repensando o seu traçado.-----

----- Racionalizar a rede viária e equacionar a criação de novos espaços públicos estruturantes e de referência, que proporcionem uma melhor articulação desta zona da cidade com o rio.-----

----- No âmbito da regeneração urbana marcar uma nova centralidade urbana, promovendo a dinamização multifuncional da zona de Alcântara, através da introdução de equipamentos coletivos, de incentivos ao comércio, serviços e atividades económicas de base tecnológica, podendo adicionalmente viabilizar a instalação de novos equipamentos académicos e de investigação. -----

----- Por fim, assegurar um planeamento para a concretização das obras, definindo um faseamento baseado em subunidades operativas, com elevado grau de autonomia. -----

----- Para atingir estes objetivos emerge a necessidade de articular os diversos tecidos urbanos, presentemente muito fragmentados, estabelecendo relações que garantam uma efetiva coerência morfológica e que potenciem um ambiente inovador nas transformações da situação urbana existente.-----

----- As condicionantes, bem como os riscos inerentes aos cenários criados para analisar e definir planos, fazem parte do planeamento urbano. Uma leitura mais atenta dos documentos de referência permite verificar que foram definidas várias medidas mitigadoras, tendo em atenção uma execução desfasada de algumas das atividades planeadas. -----

----- É ainda de entender que os planos de gestão territorial não são imutáveis, se assim fosse, não seria necessário proceder às suas revisões e alterações, as quais estão consagradas nas dinâmicas dos planos. -----

----- Os planos devem ser elaborados tendo em atenção as circunstâncias existentes e uma perspetiva futura, sabendo-se que eventuais novas circunstâncias podem acarretar alterações pontuais, e eventualmente, obrigar à sua revisão, razão pela qual entendemos que a não concretização da infraestrutura ferroviária no horizonte temporal definido é apenas um motivo para a sua pontual revisão. -----

----- É de acentuar que o plano não se restringe à questão ferroviária, esta sendo importante, é apenas uma das questões que o plano pretende resolver, pelo que colocar em causa a aprovação do plano pela dificuldade de execução de uma das suas partes, com atores privados e públicos, seria abrir um precedente condicionante da aprovação de todo e qualquer plano na Cidade de Lisboa. -----

----- Não aprovar o PUA ou solicitar alterações que impliquem a sua profunda reestruturação, considerando que todas as formalidades foram cumpridas e que vários fóruns já ocorreram, em que todas as forças políticas e atores puderam exprimir as suas opiniões, as mais pertinentes entendidas na relação do plano, significa uma oposição clara ao desenvolvimento do qual, com o qual não podemos concordar. -----

----- Quando em 19 de Março de 2008, em reunião de Câmara, foi deliberado proceder à elaboração do PUA, esta era a resposta à necessidade de resolver um problema

urgente que durante anos se tinha arrastado. Certamente teria sido mais fácil manter a inércia vigente na gestão da CML, que entre 2001 e 2007, apenas aprovou dois planos em Assembleia Municipal. Com o atual Presidente de Câmara e a sua equipa de Vereadores, a nova dinâmica de trabalho que envolveu serviços e técnicos camarários, levou à aprovação em Assembleia Municipal de dezanove planos e quatro unidades de execução.-----

----- Percebemos que esta dinâmica seja estranha a algumas forças políticas, nomeadamente aquelas que deixaram números tão assustadores na gestão urbana da Câmara, mas é imperativo para o desenvolvimento do território e das cidades em particular, que os instrumentos de gestão urbanística sejam realizados por forma a permitir que todas as funções possam ocorrer de uma forma estruturada. A articulação das estratégias de ordenamento do território, determinado pela percussão dos interesses públicos com expressão territorial, impõe ao Estado e às Autarquias locais, o dever de coordenação das repetitivas intervenções em matéria de gestão territorial.---

----- Deverá o PUA, portanto, assegurar a coerência e os interesses da REFER, Porto de Lisboa e outros organismos da administração pública com os interesses da Autarquia, não deverá o PUA, contudo, estar refém da falta de estratégia para a dinamização da economia que assola o atual Governo.-----

----- Se Lisboa não faz parte da agenda do Governo, é uma opção que lamentamos mas com a qual temos de viver. Esperemos que o Governo também entenda que o PUA bem como outros instrumentos de gestão territorial e decisões desta CML, não podem estar reféns das usa políticas, sob pena de parar o desenvolvimento da cidade.--

----- Por fim o PS adotou a opinião que o plano deverá ser aprovado, face aos problemas que vem resolver e à concretização de todas as formalidades necessárias.”--

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP):**-----

----- “Quando recebemos desta Assembleia Municipal a Proposta 112/CM/2014 do Plano de Urbanização de Alcântara, foram mais os vazios de soluções adequadas, as questões meramente enunciadas, as falhas e indefinições em relação à avenida de Ceuta e áreas circundantes, ao acesso à Ponte 25 de Abril, em relação ao chamado triângulo de ouro da sempre ambicionada construção altamente especulativa e entre outros problemas e ausências notórias, que nos colocaram numa situação de grande responsabilidade da exigência de esclarecimentos e de soluções que não ficassem para as calendas e em nebulosas, que iriam trazer grandes perigos para toda a vasta zona do plano.-----

----- Talvez em relação ao Plano de Urbanização do Vale de Santo António se nos tivessem colocado as dúvidas profundas que agora tivemos de outro modo, perante o Plano de Urbanização de Alcântara carrega ainda maior responsabilidade e complexidades, por se situar bem no centro da cidade que foi e é de trabalho, de criação de riqueza, de evolução positiva da nossa economia e da vida de milhares de trabalhadores e das suas famílias. E que é hoje, sobretudo, objeto de projetos e mais projetos de elitização na construção de empreendimentos para quem tem muito dinheiro, contribuindo estes e outros executivos da Câmara para a abertura de portas a maior distribuição de tecidos sociais e identitários que ainda restam.-----

----- Quem conheceu a zona da Avenida de Ceuta, que era um lamaçal imenso no inverno. Quem viveu este calvário de inexistência de soluções de circulação e acesso à ponte para a zona em frente à estação do caminho-de-ferro, que veio a ter uma solução positiva e intermédia nos anos noventa. Quem sabe o que significa essa barreira enorme, criada só para o rei automóvel desses tempos na atual Avenida de Ceuta. Quem conhece a vida difícil e o cerco imposto para quem habita em cada lado da Avenida. Quem ambiciona soluções eficazes na mobilidade, na circulação e estacionamento nas vias principais, ruas, largos e praças, bem como na libertação libertadora ao porto, ao cais de contentores e à beira-rio. Quem acha positivo uma solução inovadora e séria para a ligação da Linha de Cascais à rede ferroviária circular de Lisboa. Quem não se contentou com promessas e mais promessas de que tudo estava bem, numa perspetiva cega de tudo ao molhe e fé em Deus, só pode congratular-se com todo o esforço que foi levado a cabo na Comissão de Ordenamento do Território, Urbanismo, Reabilitação Urbana, Habitação e Desenvolvimento Local, desde logo na apresentação de documentos que exigiam esclarecimentos sobre áreas e questões pouco ou nada claras, organização e planificação das etapas de cumprimento de objetivos e um debate aberto às populações das freguesias abrangidas, com a realização de pareceres da respetiva junta.-----

----- Aí sim, nesse posicionamento diferenciado mas concorrente para o futuro do nosso trabalho, se cumpriu e cumpre o papel desta Assembleia Municipal, na diversidade política que é a composição de cada comissão permanente ou eventual. E assim chegámos à retirada da proposta pela CML em Julho passado, para consideração das questões levantadas pela comissão na versão anterior inicial do seu parecer, agora completado e convém ler.-----

----- Nessa altura propusemos ao Senhor Vereador Manuel Salgado que se realizasse uma sessão em Alcântara, uma vez que a junta de freguesia ainda não se tinha pronunciado sobre a proposta e foi isso que aconteceu. Só que foi agendada para uma terça-feira, dia reunião desta Assembleia Municipal e isso não foi positivo para que pudéssemos estar presentes no debate, com os órgãos da freguesia e com a população.-

----- Daí decorreram questões levantadas e debatidas bem como um parecer da junta de freguesia, que embora demasiado sucinto, põe em questões na parte final que todos devemos ter em conta neste debate, na decisão e no acompanhamento que se impõe fazer por esta Assembleia Municipal, ao avanço e execução do plano nas suas diversas fases, ao longo dos meses e dos anos em perspetiva.-----

----- A documentação agora enviada pela CML à Assembleia Municipal e à Comissão permanente sobre o faseamento do plano, a necessidade de readequar as prioridades estabelecidas, a reserva com flexibilidade dos canais necessários à futura infraestruturação, o estudo de ligação entre a Linha de Cascais, o porto e a Via de Cintura, a criação de melhores acessos ao Bairro do Alvito, a requalificação da área localizada entre a Domingos Sequeira e a Praça da Armada, a resolução das áreas em ruína situadas nos aterros de Alcântara, a revitalização de áreas importantes e a progressiva execução de equipamentos e espaço público, são aspetos que ajudam a

esclarecer o que numa primeira fase serão as intervenções consideradas possíveis sobre a rede viária, Alvito, aterros de Alcântara, Prior do Crato, Praça da Armada, Casal Ventoso, Arco Carvalhão, bem como as que ficam a aguardar estudos, ligação com entidades responsáveis e decisões de mais longo prazo. -----

----- São descritas orientações para as áreas e projetos da primeira fase e qual é o plano de financiamento, custos para o Município e fontes de financiamento para infraestruturas e equipamentos sociais e outros. -----

----- Na nossa opinião e foi isso que transmitimos na ultima reunião da Comissão Permanente, a discussão da proposta devia voltar a subir ao Plenário desta Assembleia Municipal, para cada Grupo Municipal e os Senhores Deputados Municipais se puderem exprimir nas dificuldades, exigências de esclarecimento e decisões que levámos a cabo. -----

----- Poderia ser e deverá ser, matéria a resolver no sentido de começar a avançar na execução do plano de urbanização, acompanhando sempre cada projeto e áreas prioritárias, bem como aquelas matérias e problemas que deverão ser enfrentados ao longo dos próximos anos.-----

----- É nessa perspetiva crítica, positiva e ambiciosa que nos colocamos, sem acompanharmos mais arrastamentos e visões de ou tudo ou nada. Ao longo dos anos fizemos o que nos foi possível para incluirmos propostas positivas em cada versão do plano. Continuámos a fazê-lo perante esta proposta na CML e na Assembleia Municipal. Em certos aspetos e problemas, temos hoje situações mais positivas e esclarecedoras, noutros, falta ainda fazer o acompanhamento, o estudo, a influência e as propostas necessárias, caso a caso, nos seus desenvolvimentos faseados e concretos. Aí estaremos como sempre estivemos, na defesa do progresso e do bem-estar das populações de cada freguesia e em toda a zona. Convirá que todos trabalhem nesse sentido, na Câmara, na Assembleia Municipal e nas freguesias, para que este PUA não vá ficar por aqui e ainda vai trazer-nos muitas inquietações, problemas e também a descoberta e o combate por soluções que irão contribuir para uma melhor qualidade de vida nas freguesias abrangidas e na cidade.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV):** -----

----- “Desde Março de 2008 que a CML vem sucessivamente avançando e recuando no redesenho e afinação de uma proposta referente ao Plano de Urbanização de Alcântara. -----

----- Em primeiro lugar, «Os Verdes» defendem que poderia ter sido elaborado um plano de urbanização para todo o Vale de Alcântara, não concordando, por isso, com a atual restrição na delimitação territorial contemplada na proposta. Ou seja, consideramos que seria mais vantajoso um enquadramento do território mais abrangente, que englobasse, para além da área de intervenção do atual plano, a Pedreira e o Bairro do Alvito. Tal opção permitiria uma intervenção mais coerente ao longo da unidade que constitui o Vale de Alcântara, bem como a reconversão de antigas instalações industriais e armazéns obsoletos, a fixação dos índices e parâmetros urbanísticos e um traçado integrado para a estrutura da rede viária e das restantes infraestruturas de mobilidade e acessibilidades. -----

----- Por outro lado, o Plano de Urbanização do Vale de Alcântara poderia estabelecer, pelo menos, duas subunidades operativas de planeamento e gestão que servissem de base ao desenvolvimento de dois Planos de Pormenor: um incidindo na área da Pedreira e do Bairro do Alvito visando desenvolver, aprofundar e materializar a sua requalificação paisagística e ambiental, e um outro Plano de Pormenor, para a zona de Alcântara com a finalidade de proceder à sua regeneração urbana e à melhoria das acessibilidades nas áreas adjacentes à centralidade da capital.-----

----- Quanto ao regime de usos do solo previstos no Plano de Urbanização de Alcântara, «Os Verdes» têm sérias reservas relativamente à operação urbanística prevista para a área compreendida pelos arruamentos Avenida da Índia, Avenida 24 de Julho e Rua de Cascais. Esta área, designada no plano por “Triângulo de Ouro”, prevê edifícios com uma elevada volumetria face aos edifícios pré-existentes. Pelo que questionamos se não teria sido preferível que parte daquela área fosse destinada à criação de um parque ou jardim urbano, incluindo uma bacia de retenção e integrando, assim, a Estrutura Verde da cidade.-----

----- Para além do mais, tratando-se de uma zona bastante vulnerável à ocorrência de inundações, em que a criação de uma bacia de retenção associada a um parque ou jardim urbano permitira ainda, para além da diminuição dos riscos de inundações através da redução dos caudais de ponta de cheia, permitiria, dizíamos, o seu usufruto pelas populações residentes como uma zona de recreio e lazer, plenamente integrada no tecido urbano envolvente.-----

----- No Estudo de Impacto Ambiental é mencionado expressamente que o projeto de desnivelamento ferroviário em Alcântara terá que envolver um conjunto de intervenções que melhore as condições de saneamento existentes, ao nível da drenagem pluvial e doméstica, a jusante do chamado “Túnel de Alcântara” que implicará, inclusive, a duplicação da secção no troço final do Caneiro desde o início da Rua Cascais, para além da necessidade de construir a montante dois reservatórios enterrados na zona de Campolide e nas imediações do Bairro da Liberdade.-----

----- Já aqui muitas interrogações foram colocadas por outros Grupos Municipais e «Os Verdes» reconhecem que é necessário proceder a uma intervenção nesta zona da cidade. Porém, o conteúdo desta proposta faz-nos permanecer com um conjunto de dúvidas e questões diversas que passamos a colocar ao executivo.-----

----- Permitirá o projeto ferroviário previsto para Alcântara a ligação e circulação de comboios de passageiros entre as estações na Linha de Cintura, mas mantendo na Linha de Cascais as estações de Santos e Cais do Sodré?-----

----- Será possível que os comboios urbanos da Linha da Azambuja possam vir a ter como término a estação do Cais do Sodré?-----

----- Porque não se clarifica as consequências da previsível expansão dos transportes públicos, designadamente, do Metropolitano e do elétrico rápido ou de outras formas de mobilidade suave até Alcântara?-----

----- Não poderá o projeto de desnivelamento ferroviário de Alcântara implicar uma maior frequência de ocorrências de inundações nesta zona da cidade de Lisboa?-----

----- Quem será a entidade responsável pela construção e exploração do Funicular ou Elevador do Alvito previsto no plano? Será a Carris, a CP, a CML ou uma entidade privada? -----

----- E, finalmente, quem será ou serão as entidades responsáveis pela execução das propostas para reabilitação do Caneiro de Alcântara e da execução do Plano de Drenagem da Cidade de Lisboa previstas para esta área urbana? -----

----- Ficamos a aguardar os esclarecimentos do Senhor Vereador.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN):** -----

----- “A atual proposta trazida a esta Assembleia Municipal preconiza um programa mínimo de construção de acessibilidades rodoviárias que em nada contraria a proposta inicial do PUA. Pelo contrário, deixa em aberto várias contradições já anteriormente assinaladas em detrimento de soluções mais sustentáveis, como por exemplo, dar prioridade ao transporte público e seu financiamento, em vez de continuar a financiar o transporte individual.-----

----- É uma das características que menos nos agrada. Cremos que este plano devia ir no sentido de um conceito de cidade sustentável, baseado na proximidade, diversidade e densidade no desenho urbanos, com a preocupação de devolver ao espaço de Alcântara uma vivência urbana, com mais tráfego pedonal e maior uso de transportes públicos.-----

----- Essencialmente cremos que não é o plano que gostaríamos de ter visto, no entanto reconhecemos, que parte daquilo que está previsto vai ser benéfico para a zona de Alcântara. Mas porque existem demasiadas questões, com as quais não concordamos e acreditamos que vão ser detrimenais, o nosso voto irá no sentido da abstenção.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND):** -----

----- “Estamos aqui hoje para discutir o PUA, que como sabemos tem um historial grande nesta Assembleia Municipal e na CML também, desde 2008, desde que se aprovou deliberá-lo e aprovaram os respetivos tempos de referência, até 2011 em que foi de facto deliberado o seu envio para discussão pública deste plano, decorreu muito tempo. -----

----- Sabemos também, e isto era um ponto positivo, que existiu um período de discussão pública de facto, entre Maio e Junho de 2011, com uma série de sugestões que foram incluídas na versão final da proposta de alteração do plano, que foi decorrente desta fase de concertação e discussão pública. E depois, em Setembro de 2011 foi aprovada esta versão final do PUA, no entanto a revisão do PDM, obviamente obrigou a este envio da PUA à Assembleia Municipal através de uma nova proposta, que obviamente por ter mudado o mandato, obrigou entretanto a uma alteração em 2013 relativamente à adequação à legislação em vigor. -----

----- Portanto, temos perante nós uma versão final do plano que já inclusivamente foi discutida nesta Assembleia Municipal. Foi debatido na 3ª Comissão que emitiu, como aqui foi dito, um parecer. Gostaríamos de saltar para além das conclusões desse parecer, até porque a proposta que voltou a esta Assembleia Municipal é igual, no entanto, uma iniciativa que para nós foi importante, como disse, foi a discussão

pública em si, até porque, fez incluir nesta fase um conjunto de alterações ao faseamento da execução do plano que o ajudaram, obviamente, a adequar a um contexto gerado pela incerteza, ou melhor, eu diria até impossibilidade de alguns investimentos públicos acontecerem a curto, a médio e alguns até a longo prazo.-----

----- Obviamente já foi também falado aqui, falo obviamente do enterramento da linha férrea, da extensão do metro, da localização da estação interface do Alvito ou do viaduto que liga a Avenida do Brasil à Rua de Cascais e Avenida de Ceuta.-----

----- Obviamente que foi também importante o envio a esta Assembleia Municipal dos elementos deste reforço de informação, que consideramos importante e que agradecemos. Até porque como disse, este processo de discussão pública veio levantar algumas questões e que permitiu distinguir e incluir num faseamento do plano, entre as ações que se podem concretizar a curto prazo e as a longo prazo, que têm estes níveis de incerteza ou impossibilidade relativamente a fatores que são externos à Câmara e muitos deles ligados obviamente a investimentos do Governo. Até porque se confirmaram entretanto, desde esta discussão pública em 2011 até agora, uma série de cortes significativos no investimento público, e portanto, obrigaram a este faseamento da sua execução que considerámos bastante positivo. -----

----- Julgamos que este contributo que foi dado em discussão pública, que está também incluído neste plano, permitiu reservar estes canais necessários a uma futura infraestruturização, o que é obviamente claro que é, nesta primeira fase não serão construídas, aliás, como foi aqui ressaltado pelo Senhor Vereador Manuel Salgado o túnel ferroviário, o viaduto ferroviário e reperfilamento da Praça General Domingues com a Ponte, ou a ligação rodoviária entre a Avenida de Ceuta e a Ponte, ou mesmo as estações de metro, ou o viaduto pedonal de acesso à Gare Marítima de Alcântara. No entanto, ao reservarem-se os espaços canais e se preverem uma série de intervenções que a curto prazo levarão ao ordenamento daquela zona, gostávamos no fundo de dizer que apesar de termos tido algumas dúvidas que fomos levantando nesta Assembleia Municipal e apresentámos em sede de comissão e nas audições havidas, após as repostas também que fomos recolhendo, e os elementos e a nossa análise, achamos que o PUA, por estas razões que apontámos, reúne estas condições necessárias mínimas para ser aprovado. -----

----- No entanto, gostaríamos aqui de deixar ainda uma ressalva, porque achamos importante a chamada de atenção do BE, relativamente ao ponto 3 da Proposta 112/CM/2014, porque de facto se for um erro material ele deve ser corrigido. Esperamos pelo esclarecimento do Senhor Vereador Manuel Salgado, no entanto, gostávamos aqui de declarar que se se mantiverem as dúvidas relativamente a este terceiro ponto, que pediremos o destaque na votação, se se mantiverem as dúvidas. Porque não poderemos, obviamente, votar a favor deste ponto se não estiver esclarecido, ainda que o façamos relativamente aos outros dois. -----

----- Por fim apenas uma nota também, apesar de acharmos positivo este apontamento do BE, também gostaria de referir que trouxeram aqui um *PowerPoint* com uma imagem relativamente àquela zona. Eu gostaria de lembrar que o Senhor Deputado Municipal Fernando Nunes da Silva trouxe aqui de facto uma imagem e inaugurou

esta forma de intervenção, tentou expressar na altura a sua opinião sobre um plano em particular, no entanto, mostrou sobre a zona e foi uma simulação específica sobre o que se estava a propor e foi mostrado ali, não foi a zona que se estava a propor nem uma simulação específica sobre o que discutimos aqui. Portanto, também gostava de deixar esta ressalva, apesar de termos inaugurado esse esquema e achamos muito bem, também achamos que ele deve ser feito com algum rigor.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves (PSD):** -----

----- “Esta assunto, este plano de urbanização há muito que vem a ser discutido, quer em termos de Câmara, quer em termo de Assembleia Municipal.-----

----- Sobre ele muitos se pronunciaram e ainda hoje foram levantadas um conjunto grande de críticas e de deficiências, que este plano de facto exhibe, mas esta fúria de planeamento que a Câmara têm vindo a ter nos últimos anos ressalta que aquilo que era fundamental, no conjunto daquilo que são os planos de urbanização, os planos de pormenor, muitos deles já aprovados, que seria a requalificação, os equipamentos, as melhorias em termos de espaços verdes, etc. -----

----- Praticamente nada ao longo destes sete anos foi realizado, pelo contrário, ainda agora verificámos há dias que relativamente a um plano, a uma alteração de um plano de urbanização que foi o Plano das Amoreiras, o que aconteceu foi que por força daquela alteração, a Associação dos Bombeiros Voluntários de Campo de Ourique que há noventa e oito anos que exercem a sua missão humanitária, estão em vias de ser despejados, em vias de acabarem a sua função, por força de um plano, para quê? Para valorizar a ativos!-----

----- Aquilo que se verifica na maior parte dos planos é uma tentativa de valorizarem os ativos. Ativos municipais, ativos bancários, ativos não sei se bons se maus, não interessa, mas é isso que é o objetivo fundamental que esta Câmara tem perseguido, valorização de ativos. -----

----- Aquilo que é a concretização do plano, aquilo que é a execução do plano são os próprios responsáveis, técnicos responsáveis da Câmara, que têm a responsabilidade de urbanismo, que nos dizem que de facto é muito complicado executar os planos, que têm imensa dificuldade em executar os planos. -----

----- Os planos não são bons ou são maus só porque estão no papel, os planos são bons ou serão maus se forem devidamente executados, se representarem aquilo que são as soluções adequadas para defesa dos interesses da população. -----

----- Este plano é megalómano, este plano é uma abstração criativa do Senhor Vereador Manuel Salgado, não tem nada a ver com a realidade, e depois se eventualmente, agora se vem com uma noção de faseamento, eu chamo a atenção a outro plano de pormenor que foi aprovado e que com a aprovação desse plano, se calhar, vai ser expulsa outra associação humanitária que é a da Luz/Benfica e que naturalmente, a Associação Humanitária O Companheiro é natural que também venha a ser desalojada daquele local, sem alternativa. -----

----- E mesmo por exemplo os Bombeiros Voluntários de Campo de Ourique, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique disse numa reunião da Comissão Permanente de Urbanismo, que numa reunião de Câmara com a direção dos



bombeiros se tinha acordado que a Câmara, iria naturalmente, providenciar no sentido da reconstrução do quartel dos bombeiros já que foi do interesse da Câmara, por uma questão mais uma vez de negócio, que os bombeiros mudariam de localização. Mas depois foi aqui dito pelo Senhor Vereador, que nem pensar. Afinal em que é que ficamos? Em relação ao Companheiro vai acontecer a mesma coisa.-----

----- Portanto, a Câmara no fundo, em vez de planear no sentido de valorizar aquilo que é a resposta social de várias entidades e de várias freguesias, no fundo, está apenas preocupada em valorizar ativos e é mais uma vez este o caso. A Câmara quer valorizar um ativo.-----

----- A Câmara de certa maneira concordou com a 3ª Comissão, que iria produzir alterações ao PUA, mas a Câmara não o fez.-----

----- A Câmara disse que precisava de ouvir a Junta de Freguesia de Alcântara. A Câmara escolheu uma terça-feira à tarde, como aqui já foi referido, para fazer essa reunião, essa assembleia. Eu por acaso fui lá, e as críticas que ouvi e que todos que lá foram ouviram, de facto, não têm nada a ver com aquilo que neste momento o Senhor Vereador nos pretende sujeitar à aprovação.-----

----- Mesmo a resposta da junta de freguesia, apesar de muito suave, é crítica, e portanto, nós estamos perante um plano que não tem nada a ver com a realidade, o único objetivo, creiam, é resolver este problema concreto deste “Triângulo Dourado”. Ainda por cima, sem definir de uma forma objetiva para onde vão os serviços, para onde vão os trabalhadores que ali estão. Ah, irão ser espalhados por algures. Nada disto está feito. É tudo feito de uma forma insipiente, só pela urgência de que é preciso vender aquele terreno e assim encaixar não sei quantos milhões de euros, aliás, que já estão predestinados. Segundo se ouve dizer, já estão predestinados, aliás, como o concurso do quartel dos bombeiros sapadores, também já estava predestinado e ainda há dias via que já foi entregue, portanto, à Espírito Santo Saúde.-----

----- Isto é a prova daquilo que é o planeamento que perante uma frase, perante um objetivo, que à partida parece grandioso, vamos planear a nossa cidade, vamos criar formas de que a cidade se desenvolva harmoniosamente em todos os locais, e afinal a preocupação é valorizar os ativos.-----

----- E depois o Senhor Vereador introduziu uma informação, onde falava no faseamento e também falava no financiamento, além do faseamento que já aqui foi referido, o Senhor Vereador também falava no faseamento e o faseamento, plano de financiamento, só isso é que eu vos vou ler, “O programa proposto no Plano de Urbanização de Alcântara, apresenta um custo global de 53967350€, distribuído por três grandes tipologias de ações que englobam rede viária, espaços públicos e jardins e equipamentos de apoio à população. A grande maioria das ações propostas enquadram-se na tipologia de projetos, passíveis de recolher apoio nos sistemas de incentivos em vigor no atual Quadro de Referencia Estratégica Nacional, QREN. Destes sistemas e de incentivos, o Programa Operacional Regional de Lisboa para o período de programação 207/213, é o que se apresenta como mais provável financiador das ações preconizadas.”-----

----- É aqui que o Senhor Vereador vai buscar o dinheiro para os equipamentos, para a condição do espaço público, é aqui, ao QREN, já acabou.”-----

----- **A Senhora Presidente:**-----

----- “Senhores Deputados Municipais, o Senhor Deputado Municipal que vai falar é Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara. Temos mais um Senhor Deputado Municipal do PS inscrito e a Mesa pergunta se haverá mais inscrições? Para depois podermos ter a resposta da Câmara.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Davide Amado (PS):**-----

----- “A sessão que houve na terça-feira na Junta de Freguesia de Alcântara acerca do PUA foi participada, estiveram cerca de duzentas pessoas, portanto, parece-me que foi uma sessão muito útil para o esclarecimento de dúvidas que ainda existiam na freguesia.-----

----- Em relação à questão do PUA. Estamos aqui a discutir, mas a aprovação do PUA hoje não se vai traduzir no início de uma série de obras no dia de amanhã em Alcântara. O Senhor Vereador referiu na sessão que teve na Junta de Freguesia de Alcântara de que a CREL, o plano de urbanização onde estava prevista a CREL, foi aprovado há mais de cinquenta anos. Significa o quê? Significa que nós, junta de freguesia, obviamente percebemos a importância e percebemos a preocupação, que nós próprios temos e que muitos de vós têm, no que concerne ao PUA.-----

----- Agora, nós vamos votar favoravelmente o Plano de Urbanização do Vale de Alcântara, por três motivos. Porque permite resolver, não sei se os Senhores Deputados Municipais sabem, mas aí acerca de duas eu estive numa reunião com a Simtejo e a Simtejo aguarda uma informação da Câmara, para a construção de dois coletores na margem direita e outro na margem esquerda do caneiro de Alcântara, que estão a aguardar uma informação da Câmara, que a Câmara só poderá dar após a aprovação deste plano. Porque permite, porque se traduz num ganho de dezoito equipamentos para a freguesia. E caras e caros Senhores Deputados Municipais, porque permite unir. O PUA vai permitir unir uma zona que está separada na freguesia, há mais de quarenta anos, desde a construção do acesso da Ponte.-----

----- Agora, isto não significa que a Junta de Freguesia de Alcântara não tenha as suas preocupações, isto não significa que não estejamos atentos, como sempre referimos ao Senhor Vereador, na execução do PUA.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Saldanha (PS):**-----

----- “De facto houve aqui Grupos Parlamentares que vieram falar de tudo menos do plano, e estamos a falar é de um plano. O Plano Urbanístico para Alcântara, o PUA. ---

----- E de facto tentar desfazer, tentar deslocalizar a questão central, que é o esforço que a câmara fez, finalmente, e já lá iremos a factos. Passado, não como foi aqui dito, desde 2008 mas desde 2005, na vereação do anterior Senhor Presidente da Câmara Pedro Santana Lopes, já lá iremos a esses factos, do famoso projeto Alcântara XXI, falaremos também sobre isso. O certo é que esta Câmara tenta resolver os problemas, e o facto é, quando tenta resolver os problemas há alguns Grupos Municipais, não sei porquê? Se calhar sabor dos tempos, estão na oposição, porque não têm outra coisa

para dizer, deslocalizam para questões de segundo plano e não se centram, de facto, no essencial. -----

----- Um plano é para melhorar, alimenta sempre problemas, mas é para melhorar, nunca para prejudicar. Quando levantam aqui questões que os objetivos dos planos são valorizar ativos, não, não são para valorizar ativos, obviamente são para valorizar a cidade, para regulamentar a cidade, isso é que é importante. As pessoas utilizam esses instrumentos na tribuna que lhes permite dizer estas coisas, de facto é importante também, que todos saibamos o que se passou no passado. -----

----- O que de facto também não é verdade, e aqui também é importante repor a verdade, que a Comissão de Urbanismo, da qual também faço parte, tenha proposto alterações ao plano, não propôs nada, o que simplesmente fez foi uma recomendação à Câmara, e bem, a dizer que era necessário monitorizar o faseamento do projeto de execução, e caso necessário, caso necessário, então sim alterá-lo. Foi isso que foi dito na comissão não foi mais nada, portanto, não vamos aqui desmistificar questões que não existem, isto é importante para repor a verdade dos factos. -----

----- Quanto à questão do famoso Alcântara XXI. O Alcântara XXI, na altura o Senhor Presidente disse uma coisa importante, que e passo a citar, vou passar a citar “A estruturação urbanística para Alcântara, poderá começar dentro de uma semana”, isto foi em 2005, “com intervenção simultânea de todos os promotores, segundo o protocolo hoje celebrado pela CML. O que este protocolo tem de diferente, é que estabelece a concertação entre a CML, os privados, as entidades públicas para a reconstrução da zona, que está agora numa fase”, numa fase, repito, já em 2005, “desagradável de demolições.”. Dito pelo Senhor Presidente da Câmara na altura. Continua dizendo que “O objetivo deste projeto, este projeto de Alcântara XXI”, e é um bom projeto sem dúvida, que agora a CML com outro plano, com outro instrumento, está efetivamente a tentar resolver o problema, porque na altura não se conseguiu, continua dizendo que “O objetivo é que o processo se inicie a todo o tempo, simultaneamente os privados com a CML. Se a intervenção não fosse feita programadamente, ficava num estado de convulsão durante um tempo injustificado”, ouçam as expressões, isto foi citado pelo Senhor Presidente da Câmara na altura, “Este protocolo”..., e estas declarações foram proferidas no âmbito de um estudo urbanístico, um estudo urbanístico que penso que há aqui Deputados Municipais que na altura pertenciam à Vereação ou então à Assembleia Municipal que sabem perfeitamente o que estou a dizer, o Alcântara XXI. -----

----- Mas foi ainda dito pela Senhora Vereadora do Urbanismo na altura, que a zona predominantemente ocupada por fábricas obsoletas e hoje continuam obsoletas porque nada mudou, passavam a ter 60% de habitação e o restante comércio e serviços, estimando-se que podia atrair 15000 novos habitantes. Alcântara era uma das zonas mais necessitadas de reformulação, porque estava altamente degradada e com uma ocupação obsoleta. Quem disse? A senhora Vereadora Eduarda Napoleão. -----

----- O protocolo que foi assinado e é importante também referir com quem, com a Carris, a Sil Loge e Mirandela, proprietárias dos terrenos, prevendo que os privados

participassem na construção de infraestruturas com investimento total previsto de 23 milhões, cabendo na altura à Câmara 12% deste investimento.-----

----- E continua dizendo, todos os projetos têm equipamentos públicos como creches, lares, piscinas, zonas verdes públicas que ficavam a cargo dos promotores, dos Promotores disse a Senhora Vereadora na altura. Estes projetos, continuo a relembrar, foram recomendados em 2014 por um grupo de trabalho, que dirigido pela Ambelis, Agencia para a Modernização de Lisboa, integrava o Ministério das Obras Públicas da altura, não me recorda agora a memória de quem é que era o Governo na altura, mas era 2014, fazer as contas, a CML, a administração do Porto de Lisboa, a REFER, a Carris, o Metro e a Simtejo, ora, perante estes factos, Senhores Deputados Municipais vamos ser justos e realistas, é importante e toda a gente já percebeu tecnicamente o projeto para Alcântara. -----

----- A proposta da Câmara para Alcântara é uma boa proposta, tem problemas, todos os projetos têm. Só quem não tenta fazer é que de facto nunca se fará nada, e mais tentou-se fazer em 2005, e aí tiro o chapéu, não sei porque é que não se conseguiu, tinham a maioria e não o conseguiram fazer. De facto, o famoso projeto Alcântara XXI, que hoje está mais atual porque se passaram nove anos e ainda se degradou mais a situação, a Câmara quer resolver o problema e espante-se todos, e muitos dos Senhores Deputados Municipais estão aqui a dizer que há questões de interesses financeiros, ativos financeiros por trás disto tudo. -----

----- Por amor de Deus, vamos ser realistas, vamos ser justos. O que está em causa é um plano para uma zona da cidade, que só quem não conhece é que não poderá dizer isto, está degradada. Isto tem que se resolver, a Câmara tem que resolver e é importante que tentem, por isso é que o PS vai votar a favor.” -----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “Julgo que não temos mais Senhores Deputados Municipais inscritos, portanto, está na hora de dar a palavra ao Senhor Vereador Manuel Salgado para responder.” ----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado:** -----

----- “Eu começaria por um ponto para que não restem nenhuma dúvidas e que é o seguinte. Qualquer instrumento de gestão territorial seja um plano de urbanização, seja um plano de pormenor, seja um plano de salvaguarda, deve referir quais os artigos do PDM que são alterados na sua área de intervenção. Mas para que não restem dúvidas, eu proponho que no ponto 3 da proposta, no final se acrescente que esta medida da revogação das disposições, relativas à altura máxima da fachada e profundidade dos edifícios contidas nos artigos 42 e 43, se referem para a área de intervenção do PUA, e portanto, para que não haja qualquer dúvida sobre esta matéria.

----- O segundo ponto que eu gostava de referir e admito, que sendo o plano constituído por um conjunto de documentos muito extenso, que de facto nem todos os documentos tenham sido lidos pelos Senhores Deputados Municipais. Mas no ponto 21.3 em que fala sobre faseamento, logo na primeira página no terceiro parágrafo, diz assim “por exemplo, a eventual substituição da infraestrutura ferroviária subterrânea, proposta pela REFER, por uma solução também sobre carris mas mais ligeira e flexível, o chamado *tram-tram*, que foi proposta durante o período de inquérito

público, constitui um desafio que poderá ser analisado sem preconceitos, embora num âmbito e sede de discussão diferente. Ou seja, neste documento está exatamente referido, porque se optou por definir aquilo que era possível realizar no curto prazo e aquilo que ficaria como espaços de reserva para o futuro.-----

----- Depois, achei interessante que no meio deste debate, talvez nem todos os Senhores Deputados Municipais se tenham apercebido, mas foram citados e mostradas imagens de intervenções de dois prémios Pritzker, porque efetivamente o Arquiteto Jean Nouvel é Pritzker. Mas a torre que foi apresentada aqui pelo BE é um projeto do Arquiteto Álvaro Siza Vieira, que também é Pritzker. E é curioso também que o projeto apresentado da autoria do Arquiteto Jean Nouvel eram de facto quarteirões com praças e com jardins lá dentro, muito provavelmente os chamados condomínios fechados e além disso, por baixo era tudo impermeabilizado o que hoje em dia seria completamente inaceitável, tudo aquilo no corte que mostrou era um grande parque de estacionamento, era uma espécie de um navio, ali depositado. De facto não é essa a solução que a gente defende, nem é essa a solução que este plano preconiza. -----

----- Depois perguntou a Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra, se existe um PIP, e eu respondo-lhe. Como sabe, porque conhece bem a legislação urbanística, eu posso meter um PIP para uma propriedade sua e a Senhora pode meter um PIP para uma propriedade minha e não tem que pedir autorização a ninguém. Portanto, a legitimidade para meter um PIP não existe. Qualquer cidadão pode apresentar uma proposta para um terreno de quem quer que seja, para saber o que aí se pode fazer. Foi efetivamente o que aconteceu. -----

----- Outro aspeto que queria referir é que, e eu julgo que há aqui umas imagens que foram acrescentadas, perguntava julgo que foi o Senhor Deputado Municipal do PAN, sobre as áreas verdes. E exatamente uma das coisas que resulta deste plano é que as áreas verdes aumentam, por exemplo através da alteração do perfil dos arruamentos. Tem por exemplo a fotografia do que está em cima e aquilo que é a proposta apresentada e proposta no plano, e que por exemplo, a ligação... ah as imagens não estão a passar, peço imensa desculpa porque pensei que isto funcionava e pelos vistos também não funciona... bom, mas para lhe dizer que de facto o plano propõe um conjunto de espaços verdes públicos, fora das malhas, para serem de facto utilizados para usufruto da população e propõe soluções viárias que reduzem a oferta de espaço para o transporte individual e privilegiam de facto o transporte público. Por exemplo, quando assenta numa solução, num T, em que a Avenida 24 de julho entronca na Avenida de Cascais e não vem junto à estação, permite de facto, começar a reduzir o trânsito que circula na marginal, e portanto, dar uma outra acessibilidade à margem do rio.-- -----

----- Queria também referir que é uma das obrigações impostas no plano, o recurso ao modelo hidrogeológico estudado pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil, para permitir de facto avaliar o impacto da construção proposta pela REFER. Que esse estudo hidrogeológico existe, tem um modelo, e que, qualquer projeto aprovado aqui tem que pedir o parecer ao LNEC para certificar que efetivamente responde. -----

----- A questão do financiamento. Efetivamente o plano tem cerca de 50 milhões de investimento, mas conforme lá está escrito, há investimento da REFER, há investimento do Metropolitano do Lisboa, há investimento do Ministério da Saúde, há investimento da SIMTEJO, há investimento da APL e há investimento do QREN com certeza, porque na altura em que o plano foi feito existia QREN, agora não há QREN há fundos comunitários no âmbito, porque o plano demorou estes anos todos a fazer e está previsto que venha a ter exatamente financiamento público. -----

----- Perguntou a Senhora Deputada Municipal do CDS, julgo que foi a Senhora Deputada Municipal do CDS, se ficava garantido a questão ferroviária, ou se não foi do CDS peço desculpa, se mantinham a estação de Santos...então não foi? Mas algum dos Senhores Deputados Municipais levantou essa questão. É evidente que o plano não tem qualquer possibilidade de definir como é que vai ser gerida a linha do Estoril, porque isso inclusivamente, fala-se que vai ser concessionada, e portanto, não nos cabe a nós definir.-----

----- Eu queria só terminar com dois pontos. -----

----- Primeiro porque o debate na Junta de Freguesia de Alcântara foi um debate muito vivo, foi um debate com a população, esteve lá o Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves, mas o objetivo do debate não era debater com os Deputados Municipais mas sim debater com a população, foi para isso que ele foi feito e foi promovido pela junta. Foi um debate muito vivo e em que, como foi respondido, as preocupações ficaram contempladas. -----

----- Mas eu gostava também de referir o seguinte. O Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves veio aqui defender a solução que tinha sido desenvolvida nos anos de 2004, e a propósito disso eu queria lembrar que a chamada intervenção do Alcântara Rio que está construída, nem sequer loteamento foi. E sabe o que é que isto significa? Foi aprovada a peça, sem cedências de terreno e sem pagamento de compensações. Há época era de facto a prática que era seguida, hoje não é assim, os índices são muito mais baixos e ou há cedências ou obrigatoriamente têm que pagar. A diferença do índice é substancial, o índice deste empreendimento anda entre 2.5 e 3, Alcântara Rio, e neste momento o índice máximo é 1.7, e portanto, a diferença é muito significativa. -

----- Além disso, é evidente que estes debates são muito interessantes, mas também não vale a pena vir com demagogia. Eu já o disse aqui, ninguém vai deixar cair os Bombeiros Voluntários de Campo de Ourique, mas a CML não assume o compromisso de construir o quartel dos BVCO, como não assume o compromisso de construir o hospital dos Lisbonenses, nem dos da Ajuda, nem de nenhuns bombeiros, porque não é esse o papel da Câmara, o papel da Câmara é ceder terrenos, conforme já fez, é apoiar, mas não é construir novos quartéis, porque também neste caso não é necessário construir um novo quartel. -----

----- E queria terminar que em relação ao “Companheiro”, o Senhor faz um juízo de valor sobre “O Companheiro”, mas até lhe posso dizer, “O Companheiro” até tem um terreno que está previsto no plano que foi aprovado por esta Câmara Municipal. E está lá previsto o terreno para “O companheiro” e será assegurada a situação e a

viabilidade da instalação do “Companheiro”, quando essa necessidade vier a ser posta em cima da mesa.”-----

----- **A Senhora Presidente:**-----

----- “Senhores Deputados Municipais chegámos então ao fim da discussão da proposta.-----

----- O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira e a Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra, pedem a palavra para? -----

----- Uma interpelação à Mesa. -----

----- E a Senhora Deputada Municipal é para? Um pedido de esclarecimento.-----

----- Portanto, a interpelação tem precedência, portanto, o microfone ao Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD):**-----

----- “Relativamente às informações prestadas agora pelo Senhor Vereador, especificamente quanto ao facto de que o regime que está definido se aplica exclusivamente ao PUA, que não está expresso no regulamento do plano, isso nós entendemos como uma alteração substantiva, e como tal, entendemos que deve ser remetida à Câmara para aprovação por escrito. E distribuída a nova redação aqui nesta Assembleia Municipal.”-----

----- **A Senhora Presidente:**-----

----- “Senhor Deputado Municipal a Mesa regista o seu pedido de interpelação, mas vamos lá clarificar o que é que foi sugerido pelo Senhor Vereador. Aliás, a meu pedido porque eu estava a telefonar daqui, estava a telefonar daqui para o Senhor Vereador para que isto ficasse claro.-----

----- O BE levantou dúvidas sobre a redação da proposta, o BE e Independentes, levantaram dúvidas na redação da proposta, relativamente à revogação dos artigos 42 e 43 do PDM e o Senhor Vereador o que disse, foi que evidentemente que a revogação dos artigos 42 e 43 do PDM a que esta resposta se refere, diz exclusivamente respeito à zona de intervenção do plano. E aquilo que eu iria propor...Desculpe mas não é uma alteração à proposta, é uma precisão, a proposta é rigorosamente a mesma, nós já tínhamos subentendido na discussão que fizemos numa das comissões que evidentemente, que esta revogação era apenas para a área do plano. Portanto, é para ficar bem claro que isto é apenas para a área do plano, não é uma proposta nova Senhor Deputado Municipal.-----

----- Lamento, se quiser recorrer da decisão da Mesa eu vou perguntar ao Plenário. Fui eu que pedi ao Senhor Vereador para tornar isto muito claro, e para que fique muito claro porque houve dúvidas, quer dos Independentes quer do BE, o BE já tinha levantado este problema na comissão, se esta revogação era para toda a cidade. E portanto, para que fique muito claro que esta revogação é apenas para a área de intervenção do PUA, é um simples aditamento no ponto 3, onde se diz “aprovar a revogação das posições...tais...tais” será “aprovar a revogação para a área de intervenção do PUA das disposições...tais...tais”, é apenas o aditamento de “para a área de intervenção”, é só isto.-----

----- Isto não é uma nova proposta Senhores Deputados Municipais, peço muita desculpa mas isso não é uma nova proposta. Se os Senhores Deputados Municipais entenderem reclamar da decisão que eu estou aqui a tomar, façam favor de o fazer e eu porei à votação do Plenário se consideram uma nova proposta ou não.-----

----- A Mesa não considera uma nova proposta, a Mesa considera um aditamento e naturalmente, naturalmente...vamos lá, deixem-me terminar...naturalmente que se pusermos à votação a proposta, será com a condicionante da CML ratificar a decisão, acrescentando este aditamento no ponto 3 da proposta. Fica desde já claro que é este o entendimento e solicitamos à Câmara que ratifique no ponto 3 da proposta. -----

----- Portanto, a Mesa está a fazer a sua interpretação, o Senhor Deputado Municipal se quiser reclame da interpretação da Mesa. Portanto, a interpretação da Mesa é muito simples, é um aditamento que o Senhor Vereador aceita, nós votamos no pressuposto que este aditamento faz parte da proposta, e como já inúmeras vezes fizemos nesta Assembleia Municipal, a proposta é ratificada pela CML na sua próxima reunião acrescentado esta frase e fica tudo claro. -----

----- Não havendo dúvidas vou passar à Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra que tinha um pedido de esclarecimento ao Senhor Vereador Manuel Salgado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra (PSD):**-----

----- “Senhor Vereador eu fiz duas perguntas muito simples e agradecia-lhe duas respostas muito simples. -----

----- Entrou efetivamente um PIP para o terreno que vai a hasta pública? -----

----- E esse PIP prevê ou não a instalação de um hospital nesse terreno?” -----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “O Senhor Vereador Manuel Salgado quer responder? -----

----- O Senhor Vereador Manuel Salgado está a esclarecer com os serviços se está em condições de responder ou não.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado:**-----

----- “Estão aqui a dar-me a informação dos serviços que entrou um PIP para aquele terreno e que propõe localizar ali um hospital, que estava inicialmente previsto noutra malha do PUA e que no fundo vêm perguntar à Câmara se poderá ser ali. -----

----- Entrou sim senhor.”-----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “Está clarificado. -----

----- Senhores Deputados Municipais estamos em condições de pôr à votação a Proposta 112/CM/2014, condicionada naturalmente àquele aditamentozinho que a Câmara depois terá que ratificar se for aprovada. -----

----- Vamos votar? Vamos por à votação a Proposta 112/CM/2014, Plano de Urbanização de Alcântara.-----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Proposta nº 112/CM/2014, “Plano de Urbanização de Alcântara, nos termos da proposta”**, apresentada pela Câmara Municipal de Lisboa. A Proposta foi **aprovada por maioria**, com votos a favor de PS, PNP e IND, votos contra de PSD, BE, PEV e abstenções de PCP, CDS-PP, MPT e PAN. -----



----- Portanto, o plano foi aprovado por maioria, com a votação que acabámos de fazer e condicionada ao aditamento da expressão que eu acabei de citar, na área de intervenção do PUA, no ponto 3 da proposta. -----

----- Os Senhores Deputados Municipais do BE pedem a palavra para? -----

----- Uma Declaração de Voto.-----

----- Muito obrigado, este anfiteatro tem o problema de não ser semicircular, portanto, como a minha visão não atinge, eu às vezes perco um pouco a visão das zonas mais extremas e peço desculpa. -----

----- Vamos portanto registar que o BE quer fazer uma Declaração de Voto.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** apresentou posteriormente a seguinte Declaração de Voto: -----

----- “1— Sobre o Ponto 1 da Proposta n.º 112/CM/2014. -----

----- *O Plano de Urbanização de Alcântara, aprovado pelo ponto 1 da Proposta n.º 112/CM/2014, representa um desvio a política de edificabilidade do Município de Lisboa, definida no seu PDM. Pretende-se com esta proposta desregulamentar a altura e profundidade máxima das edificações, o que é particularmente grave nos traçados urbanos C. -----*

----- *O artigo 21.º, n.º 7 do Plano de Urbanização de Alcântara prevê que, relativamente a espaços urbanos consolidados: -----*

----- *“Nos traçados urbanos C — as obras de alteração, ampliação e construção estão sujeitas às seguintes regras: -----*

----- *a) Para os edifícios de tipologia em banda, a cêrcea máxima obedece ao alinhamento das cêrceas existentes; -----*

----- *b) Nos edifícios isolados a cêrcea máxima será definida em função de estudos de integração urbanística a submeter a opinião da estrutura consultiva prevista no artigo 6.º deste Regulamento;-----*

----- *c) A configuração geral de coberturas aplica-se a alínea b) do número anterior;” -----*

----- *Estas disposições são ainda aplicáveis aos espaços urbanos a consolidar, nos termos do artigo 29.º, n.º 2 do Regulamento do Plano de Urbanização de Alcântara. --*

----- *Assim, deixa de ser um instrumento de planeamento urbanístico a definir a altura máxima dos edifícios, extinguindo-se o controlo democrático da Assembleia Municipal sobre esta matéria, sendo tal competência atribuída a estruturas consultivas “**compostas por técnicos municipais, por personalidades de reconhecido mérito nas matérias em apreciação e/ou entidades e organismos tecnicamente qualificados**”, nos termos do artigo 6.º do Regulamento do Plano de Urbanização de Alcântara. -----*

----- *A cidade é dos lisboetas, devendo as decisões estruturais sobre a mesma serem tomadas pelos seus legítimos representantes e não por uma qualquer estrutura de “sábios e técnicos”, desprovida de qualquer responsabilidade política perante os lisboetas. -----*

----- Com esta proposta de Plano de Urbanização de Alcântara abrem-se portas ao regresso de projetos como as famigeradas “Torres de Alcântara”, propostas por Siza Vieira. -----

----- Acresce ainda que, transformada que está a Câmara Municipal de Lisboa numa agência imobiliária, através de uma irresponsável política de alienação de imóveis, não se estranha a coincidência da proposta de aprovação do Plano de Urbanização de Alcântara com a Proposta n.º 648/CM/2014 que propõe a alienação de um terreno sito na Avenida 24 de Julho e abrangido por este Plano de Urbanização de Alcântara. -----

----- O Plano de Urbanização de Alcântara não serve os melhores interesses da cidade e representa a capitulação perante os interesses imobiliários privados e a prioridade expressa pela maioria PS que suporta António Costa na privatização de bens imobiliários municipais. -----

----- II — Sobre o Ponto 3 da Proposta n.º 112/CM/2014. -----

----- A Proposta n.º 112/CM/2014 aprova a revogação das disposições relativas à altura máxima da fachada e profundidade máxima dos edifícios contidas nos artigos 42.º e 43.º do Regulamento do PDM de Lisboa. E fá-lo, na sua versão ate ao momento da votação, para todo o concelho, e não apenas para a área abrangida pelo Plano de Urbanização de Alcântara! -----

----- Ponto 3 da Proposta n.º 580/2011<sup>1</sup> - Revogar na área abrangida pelo PUA as disposições relativas à cêrcea máxima e profundidade dos edifícios contidos na Secção IV do Título III do Regulamento do PDM em vigor (de 1994), bem como as áreas de cedência previstas no artigo 120.º, e o Índice de Utilização Bruto definida no artigo 74.º; revogar na área de intervenção do Plano, as prescrições de cálculo da área de estacionamento constantes dos artigos 106.º, 107.º/1 e 109.º e de cálculo das necessidades de estacionamento constantes dos artigos 115.º/1, todos do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Lisboa de 1994. -----

----- Ponto 3 da Proposta n.º 112/CM/2014<sup>2</sup> - Aprovar a revogação das disposições relativas à altura máxima da fachada e profundidade dos edifícios contidas nos artigos 42.º e 43.º do regulamento do Plano Diretor Municipal de Lisboa, aprovado pela Assembleia Municipal de Lisboa em 24 de julho de 2012 e publicado no Diário da Republica, 2ª série, n.º168, de 30 de agosto de 2012, ao abrigo do disposto no n.º3 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro.-----

----- Justificou-se como um erro, de uma omissão, atendendo ao conteúdo da Proposta n.º 580/2011, nesta matéria.-----

----- Ora, o artigo 63.º do Regulamento do Plano de Urbanização de Alcântara prevê a revogação expressa dos artigos 42.º e 43.º do Regulamento do PDM na área abrangida por esse Plano.-----

----- Sendo o Regulamento objeto de aprovação pelo ponto 1 da Proposta n.º 112/CM/2014 e forçoso concluir que a revogação contida no ponto 3 da Proposta n.º 112/CM/2014 respeitaria a todo o território do Município. -----

----- Feito este alerta pelo Bloco de Esquerda, o Vereador Manuel Salgado propôs a alteração do ponto 3 da proposta, circunscrevendo-a à área do Plano de Urbanização de Alcântara. É lamentável que, apesar da alteração efetuada, esta proposta tenha chegado na sua versão inicial até ao momento da votação, ilustrando a falta de cuidado na elaboração da proposta. Não fosse a chamada de atenção do Bloco de Esquerda e seria aprovada uma deliberação catastrófica para a qualidade de vida no Município. -----

----- Ainda assim, conclui-se que por via da aprovação do Plano de Urbanização de Alcântara se revogam para esse território as disposições do PDM de Lisboa relativas à altura máxima das fachadas dos edifícios e a sua profundidade. Uma vergonhosa desregulamentação urbanística que permitirá a selvajaria urbana! E tudo por mão do Vereador Manuel Salgado, com o voto favorável do Presidente António Costa e da sua maioria socialista! Mas também com a abstenção do CDS, do PSD e do PCP na Câmara Municipal<sup>3</sup>... -----

----- III — Por todas estas razões, os Deputados Municipais eleitos pelo Bloco de Esquerda na Assembleia Municipal de Lisboa declaram votar contra a Proposta n.º 112/CM/2014. -----

----- <sup>3</sup>Ver ata disponível in <http://www.am-lisboa.pt/documentos/1405703615F6mYU8z/2Qi01NEOpdf> -----

----- **PONTO 5 – APRECIAR A PROPOSTA 648/CM/2014 – LANÇAMENTO DE UMA HASTA PÚBLICA PARA A ALIENAÇÃO DO PRÉDIO SITO NA RUA DO JASMIM, N.ºS 11 E 11A, BEM COMO DA PARCELA DE TERRENO, DESTINADA A CONSTRUÇÃO, COM A ÁREA DE 20.763,48 M2, SITUADA NA AVENIDA 24 DE JULHO, NOS TERMOS DO N.º 2 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA I) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO I À LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; (2 X GRELHA BASE – 68 M) E O PARECER DA 1ª COMISSÃO PERMANENTE SOBRE A PROPOSTA.** -----

----- (A Proposta n.º 648/CM/2014 “*Lançamento de uma hasta pública para a alienação do prédio sito na rua do jasmim, n.ºs 11 e 11a, bem como da parcela de terreno, destinada a construção, com a área de 20.763,48 m2, situada na avenida 24 de julho, nos termos do n.º 2 da parte deliberativa da proposta*” e o Parecer da 1ª Comissão Permanente sobre a mesma proposta, ficam anexados à presente Ata como Anexo VI e Anexo VI.I respetivamente e dela fazem parte integrante) -----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “Vamos passar à Proposta 648/CM/2014 que é uma hasta pública para alienação de um prédio na Rua do Jasmim e de uma parcela de terreno, que é precisamente esta que estivemos aqui agora a analisar também junto com o plano, situada na Avenida 24 de Julho, os outros pontos da Proposta 648/CM/2014 não são da competência da Assembleia Municipal. -----

----- A Mesa quer no entanto chamar a atenção da Câmara para um erro material, que não precisa de voltar à Câmara porque é um erro material, queria chamar a atenção do

Senhor Vereador e dos serviços. No considerando 12 da Proposta 648/CM/2014, peço que procurem nos vossos documentos o considerando 12, diz “os resultados alcançados, justificam a apresentação aos competentes órgãos municipais de um segundo primeiro conjunto”, não é um segundo primeiro conjunto, eu julgo que é um segundo conjunto e a palavra primeiro está a mais. Ou é segundo ou é primeiro, o primeiro já foi, portanto é segundo. -----

----- Temos razão, é um erro material, foi identificado pela comissão, será corrigido, não carece de deliberação. -----

----- A outra questão que nós queríamos suscitar, também não carece de deliberação da Assembleia Municipal, mas carece de uma retificação depois em Câmara. Na votação na Ata em minuta, diz que a proposta foi aprovada por pontos, depois na transcrição da Ata, diz que foi posta à votação por pontos, houve uma alteração da numeração dos pontos. Resultado? Na proposta acabou por ficar uma alínea e) a seguir ao ponto n.º3, que não se percebe se pertence ao ponto n.º2 ou ao ponto n.º3. Terá que pertencer ao ponto n.º3, uma vez que o ponto n.º3 é competência da Câmara e o ponto n.º2 é competência da Assembleia Municipal. Simplesmente não se pode chamar alínea e), porque é a única alínea que existe no ponto n.º3, portanto, nós pedíamos também para fazerem essa correção material, porque não é competência da Assembleia Municipal, mas escusa de ficar um ponto n.º3 com uma única alínea chamada e), e seria um erro depois de interpretação disto tudo. -----

----- Consideradas estas retificações que foram suscitadas pelo Senhor Relator desta proposta na 1.ª Comissão e que eu penso que estão clarificadas agora. Agora sim estamos em condições de ouvir a apresentação da CML sobre esta matéria. -----

----- A seguir à apresentação da Câmara. Não se esqueçam que primeiro costuma haver uma apresentação e depois há um parecer. -----

----- Senhor Vereador Manuel Salgado tem a palavra para fazer a apresentação. -----

----- Não sei se quer vir à tribuna ou se faz daí? -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado:** -----

----- “Portanto, aquilo que está nesta proposta, aquilo que está em votação e apreciação por esta Assembleia Municipal é de facto a venda em hasta pública do edifício da Rua do Jasmim, portanto, que é a sede da antiga Junta de Freguesia das Mercês e o terreno chamado “triângulo dourado”, localizado na área do acabado de aprovar Plano de Urbanização de Alcântara. -----

----- O prédio na Rua do Jasmim, portanto, teve as avaliações normais a um edifício deste tipo, e portanto, a proposta e os elementos que acompanham a proposta apresentam os valores, portanto, tem duas avaliações. Uma da empresa Right-Value de 1470000€ e outro da Engivalor de 1050000€, e entendeu-se que o edifício devia ser colocado em hasta pública por um valor que é a média dos dois, portanto, 1250000€. --

----- Relativamente ao terreno localizado na Avenida 24 de Julho e que hoje está parcialmente ocupado por serviços do município, mas que no fundo já está relativamente pouco ocupado, comparando com aquilo que era a sua ocupação há uns anos atrás. É um terreno que a Câmara já há muitos anos que têm a possibilidade e

tem encarado a hipótese de o alienar, aliás, como se mostrou pelo estudo feito em 2004 e que previa transformá-lo em edifícios de habitação.-----

----- Neste momento foram solicitadas avaliações para este terreno, considerando duas situações diferentes. -----

----- Uma é a avaliação para a hipótese de um edifício de equipamento, quer dizer equipamento mas como sabem no nosso PDM, equipamento, serviços ou habitação podem ser localizados em qualquer local, não há restrições, portanto, não é um equipamento de uso público. -----

----- E outro para uma avaliação com base num uso diferente, que é o uso da habitação. -----

----- Resultou que a avaliação mais vantajosa é a que resulta da média das avaliações feitas para um edifício, neste caso de equipamento e que dá 20350000€. É o valor médio, e portanto, foi este o valor que foi adotado para promover a hasta pública, sendo que, como referi, este terreno pode vir a ser utilizado para construção de um equipamento de saúde privado, para escritórios, para habitação ou para o uso que assim se entender, dentro do âmbito, exatamente, das possibilidades que o plano abre.”-----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “Vamos agora ouvir o Senhor Relator que é o Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira, que fez um trabalho bastante exaustivo sobre a proposta e fez um parecer também bastante cuidadoso, que foi ontem apreciado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD):**-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. Como se lembrará, as conclusões iniciam-se por considerações específicas que a Senhora Presidente já referiu, mas para não estar a censurar uma parte das conclusões eu vou lê-las da forma como estão produzidas.-----

----- As conclusões são as seguintes:-----

----- N.º1- Será necessário clarificar se é lapso a referência a três avaliações do prédio da Rua do Jasmim n.ºs 11 e 11-A, como foi referido em sede de discussão de Câmara Municipal.-----

----- N.º2 - Há que confirmar também se foi votado e aprovado em sede de Câmara Municipal, o conteúdo da alínea e) do n.º 2 ou do n.º 3 das deliberações da proposta, na medida em que a alínea d) foi transformada no ponto 3 e alínea e) não sofreu alteração, e portanto, embora esteja tudo incluído no n.º 2 como competência da Assembleia Municipal a Senhora Presidente entende, penso que bem, que é competência exclusiva da Câmara Municipal.-----

----- N.º 3 - É relevante saber quando e em que circunstâncias ficará decidido o destino dos trabalhadores ora em serviço nas instalações camarárias, e refira-se que são trezentos e trinta e três ou mais, implantadas no terreno acima referido, assim como dos materiais e equipamentos que aí se guardam ou recolhem. -----

----- N.º 4 - Representando o edificado que venha a implantar-se no terreno em causa, a primeira linha construtiva a partir da margem do rio, em terrenos aliás recuperados ao rio, considera-se que poderá ser excessiva a altura de fachada implícita na

proposta, adveniente dos termos de referência do PUA em resultado do elevado índice de construção permitido, superior ao determinado no PDM.-----

----- Do qual resulta uma recomendação que diz. Recomenda-se à CML que seja especialmente acautelada a apreciação de qualquer projeto urbanístico que seja proposto para este local, dado que a rentabilização e valorização dos ativos imobiliários da Câmara não podem nem devem ser obtidos à custa da descaracterização da Cidade de Lisboa.”-----

----- **A Senhora Presidente:**-----

----- “Eu gostaria depois de solicitar ao Senhor Vereador quando na sua resposta, que clarifique se o índice do Plano de Alcântara é superior ao determinado pelo PDM ou não, que clarifique esse ponto. A leitura que se fez na Comissão é que era superior e por isso está aqui, mas o Senhor Vereador clarificará.-----

----- Vamos dar a palavra aos Senhores Deputados Municipais inscritos.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Arruda (MPT):**-----

----- “A Proposta 648/CM/2014 pretende aprovar o lançamento de uma Hasta Pública para a alienação do prédio sito na Rua do Jasmim, n.ºs 11 e 11-A, bem como da parcela de terreno destinada a construção com a área de 20763 m<sup>2</sup>, situada na Avenida 24 de Julho.-----

----- Este processo surge na sequência de uma clara aposta do atual executivo na rentabilização e valorização dos ativos imobiliários municipais não estratégicos, através da sua alienação em hasta pública, tendo em Outubro último realizado o primeiro conjunto destas. Porém, seja na primeira fase, seja nesta segundo fase, ainda não há sinal da conclusão do inventário do património municipal prometido pelo Executivo.-----

----- O imóvel da Rua do Jasmim n.ºs 11 e 11-A é constituído por 3 pisos, cuja área se traduz em 965,5 m<sup>2</sup>. Outrora chegou a ser a antiga sede da Junta de Freguesia das Mercês, encontrando-se atualmente desocupado em virtude da reforma administrativa. Numa área tão consolidada, estranhamos que este edifício não possa ser reconvertido num equipamento de apoio à população. Contudo, damos o benefício da dúvida, partindo do pressuposto que essa solução foi estudada pelo município e pela junta de freguesia.-----

----- O MPT ao analisar o conteúdo da Proposta 648/CM/2014, mais especificamente o que diz respeito à parcela de terreno da Avenida 24 de Julho, parecia que estava a ter *um deja vu*, ora vejamos.-----

----- No passado dia 29 de Julho, esta Assembleia aprovou a Proposta 348/CM/2014 que pretendia alienar em hasta pública um terreno onde se situava o quartel de Carnide do RSB, junto ao Hospital da Luz, que dependia da alteração do Plano de Pormenor do Eixo Urbano Luz-Benfica. Foi também garantido que o processo de transferência iria ser conduzido com a maior transparência e equidade, e que o mercado imobiliário estaria em condições de absorver a oferta. Apesar da hasta pública de 2 de Outubro ter ficado vazia, o terreno foi vendido ao único interessado, espante-se, o Grupo Espirito Santo, por um euro acima da licitação.-----

----- Analogamente temos presente uma proposta que depende da aprovação de um Plano, Plano de Urbanização de Alcântara, e onde também estão instalados alguns serviços municipais, entre os quais uma cantina municipal que confeciona o maior número de refeições do município, e ainda a presença de um total de trezentos e trinta e três trabalhadores.-----

----- Na última Assembleia Municipal destinada à Informação Escrita do Senhor Presidente, o MPT mencionou esta hasta pública, uma vez que à semelhança do negócio de Benfica, também esta parece ter dono sugerido, que inclusive já apresentou um projeto, para instalação no local de um Centro Hospitalar de dimensões consideráveis. Como a situação deste parceiro é bastante mais estável, o negócio deve ficar fechado à primeira. Esperamos que desta vez existam mais propostas e que tudo ocorra com a máxima transparência.-----

----- Em relação às implicações da proposta, o MPT tem bastantes reservas, nomeadamente no que diz respeito ao destino a dar aos trezentos e trinta e três funcionários e aos vários serviços municipais instalados neste edifício, caso esta hasta pública seja aprovada.-----

----- O discurso do senhor Vice-Presidente em reunião de Câmara vem cimentar as nossas preocupações, pois tal como nos bombeiros, não existe alternativas claramente definidas. Foi transmitido que está previsto a transferência de depósito de materiais para os Olivais, deixando vago que só nos próximos meses terão decisão final quanto à realocação dos trabalhadores, ignorando também a questão do refeitório municipal, não avançando com qualquer proposta.-----

----- O Partido da Terra defende que seja criada uma solução que possibilite a manutenção nesta região da cidade de uma estrutura da Câmara que mantenha em funcionamento um refeitório, pois serve toda a zona ocidental da cidade. Uma solução de deslocalização dos serviços para outra área da cidade ainda vai prejudicar, não só os trabalhadores, mas também a cidade e os seus habitantes.-----

----- Reconhecemos a necessidade de reconversão urbanista daquele espaço e concordamos com a criação de um espaço verde previsto, contemplado no Plano de Urbanização de Alcântara, neste mesmo terreno. Porém, discordamos frontalmente de soluções que ainda não estejam devidamente consolidadas, onde já se esteja a vender, sem dar solução a quem ainda utiliza aquele espaço. Aconteceu no terreno de Benfica e acontece aqui, no terreno da 24 de Julho.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE):** -----

----- “A proposta em apreço consiste na inclusão na hasta pública a ter lugar até ao final de 2014 de ativos imobiliários não estratégicos, ou seja, todos aqueles que esta Assembleia Municipal de Lisboa autorizou no âmbito da aprovação do seu orçamento para 2014. Independentemente deste facto e não por acaso, o BE votou contra o orçamento.-----

----- Quer no plano urbanístico e estratégico ou não estratégico, é uma discussão estruturante para a cidade que está por fazer, para que não sejamos confrontados por esta leviandade política de considerar não estratégico o terreno do “triângulo

dourado”, contido no PUA, que podem não ser considerados estratégicos para a estruturação urbanística da cidade. -----

----- Como pode isto ser? -----

----- Pelo que dizemos e repetimos que em relação às alienações que nos têm sido sujeitas, e algumas como os terrenos contíguos ao Hospital da Luz, em hasta pública por um euro acima da base de licitação, com carácter mais do que duvidoso, pois todos nós sabíamos que o resultado final era este e esta Assembleia Municipal assobiou para o lado.-----

----- À mulher de César não lhe basta parecer, é preciso demonstrá-lo. -----

----- E agora com os terrenos da Avenida 24 de julho, não basta parecer, é preciso demonstrá-lo. -----

----- Finalmente, de sublinhar que a questão de fundo dessa condicionante imperativa, substantiva, que é de esperar que se torne eficaz o PUA antes de lançar e publicitar a hasta pública, se destina a assegurar uma maior valorização possível desses terrenos. Aliás, as avaliações efetuadas já preveem essa valorização, por via do alargamento dos usos e dos índices de edificabilidade definidos no PDM. Chamo aliás a atenção do disposto no artigo 63º do PUA, que prevê a revogação expressa do artigo 42º e 43º do regulamento do PDM na área abrangida a este plano.-----

----- Assim sendo, conclui-se que por via da aprovação do PUA se pretende revogar disposições do PDM de Lisboa, relativas à altura máxima das fachadas dos edifícios e à sua profundidade. Como a Senhora Presidente colocou, esta foi uma questão que nós colocámos, se era para Lisboa no âmbito deste plano, já foi clarificado isso na intervenção anterior do Senhor Vereador.-----

----- Portanto, esta é uma questão importante que tem a ver com a questão da valorização destes terrenos, que tem a ver com os índices de edificabilidade definidos no PDM, mas que o regulamento do PDM revoga. -----

----- Concluindo então, estamos perante uma proposta que em conjunto com outras transforma a CML numa agência imobiliária, através da irresponsabilidade política da alienação de imóveis, não servindo da melhor forma os melhores interesses da cidade e representa a capitulação perante os interesses imobiliários privados e a prioridade na privatização de bens imobiliários municipais. -----

----- É importante igualmente saber-se quando ficará definido o destino dos trabalhadores, que espero que agora o Senhor Vereador fale na sua intervenção final, ora em serviço nas instalações camarárias implantadas no terreno acima referido.-----

----- A rentabilização e a valorização dos ativos imobiliários da Câmara, não podem nem devem ser obtidos, à custa da descredibilização da Cidade de Lisboa e da sua zona ribeirinha ao arrepio dos melhores interesses da cidade e da regulamentação aprovada. Isto estou a citar a parte do parecer. A cidade é dos lisboetas e não para servir os mercados, e esta proposta não serve os melhores interesses da cidade e representa uma capitulação perante os interesses imobiliários privados, derivado à privatização dos bens imobiliários municipais.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Maria Luísa Aldim (CDS-PP):**-----



----- “Relativamente à realização desta hasta pública na Avenida 24 de Julho constante na Proposta 648/CM/204, o CDS apresenta ainda algumas reservas. -----

----- Reconhecemos e partilhamos a preocupação deste Executivo relativamente à situação financeira da Câmara e sabemos a ajuda que representa para o equilíbrio das contas do município. Reconhecemos também, que o património que não seja utilizado pela CML deverá ser valorizado por quem lhe dê bom uso, assumindo uma política de privatização em vez de se deixar ao abandono. -----

----- No entanto, continuamos há largos meses a pedir e a aguardar, o envio do inventário da cidade. Pedido diversas vezes e sempre prometida a receção para breve por este executivo, a verdade é que ele nunca chegou. Aproveito para questionar se esta brevidade tem data à vista? Acredito que seria benéfico para a cidade que todos tivéssemos conhecimento do que existe, podendo analisar as propostas com mais clareza e transparência. -----

----- Sabemos também que a realização desta hasta obriga a uma transferência dos serviços camarários, compostos atualmente por cerca de trezentos e trinta funcionários, já aqui referido, que ainda não sabem para onde vão nem como continuarão a cumprir as suas funções. Tem que ser encontrada uma solução para acomodar todos estes funcionários, bem como assegurar que o cumprimento das suas funções não seja penalizado por manifesta indefinição do Executivo camarário. Mais uma vez e à semelhança do que sugerimos aquando da transferência de competências para as juntas, recomendamos prudência na ação. -----

----- Por último o CDS questiona também, se nos dias que correm o Executivo se sente confortável a trabalhar com um regulamento de património realizado nos anos sessenta? Que naturalmente não prevê soluções informáticas que garantam maior eficiência e transparência dos processos de hastas públicas. Tendo em conta a política seguida de venda em massa do património de Lisboa, estranhámos que até à data, não tenha existido qualquer proposta de atualização e modernização do regulamento do património. -----

----- Por estes motivos e em consciência, entendemos que a votação do CDS-PP não pode ser outra se não o voto contra.” -----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada Municipal, mas chamo-lhe a sua atenção que há um novo regulamento ali na secção de património municipal, que foi aprovado no mandato anterior. -----

----- Não se chama regulamento de património, é regulamento ali na secção de património municipal, portanto, está aprovado. -----

----- É um regulamento novo.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Lobo (PS):** -----

----- “Deixaria algumas notas muito breves sobre esta hasta, que naturalmente iremos votar favoravelmente. -----

----- Referir que se trata de dois ativos que já se encontravam no plano de ativos não estratégicos que a câmara Municipal se propunha a alienar, por conseguinte, era algo que já era do conhecimento da Assembleia Municipal. -----

----- Referir enfim, como já aqui outros oradores abordaram, portanto, que com a aprovação do PUA, que obviamente era uma condição *sine qua non* para que um dos terrenos possa obviamente ser colocado em hasta. -----

----- Fazer a referência, mas já também foi feita pela Senhora Presidente e também pelo Senhor Deputado Municipal Relator, da existência das avaliações necessárias à proposta, e como também disse a oradora que me precedeu, referir a importância das verbas em causa para as finanças do município e para, enfim, o desenvolvimento da sua atividade. -----

----- Queria também deixar aqui uma nota, que e a propósito da intervenção do Senhor deputado Municipal do MPT, no que diz respeito ao edifício da Rua do Jasmim as indicações que tenho é que se trata de um prédio em muito mau estado, muito degradado, e que desde o final do mandato passado terá já sido feita a transferência do polo que ali funcionava da Junta de Freguesia da Misericórdia, para um outro edifício na Rua de São Marçal. Nesse edifício estarão também instaladas duas associações, que já estariam no anterior e está também previsto a receção por parte dessas instalações de um novo equipamento social. Portanto, o *feedback* que tenho é que as condições são muito melhores atualmente nas novas instalações, e portanto, este *feedback* quer da população, quer da junta de freguesia.” -----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “Oh Senhora Deputada Municipal agora já está aqui no palco, havia um pedido de esclarecimento do Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira ao Senhor Deputado Municipal Hugo Lobo. -----

----- A Senhora Deputada Municipal não se importa de esperar, porque eu tenho que dar precedência ao pedido de esclarecimento? -----

----- Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira era tão bom que o PSD utilizasse o telefone para fazer estes pedidos à Câmara, é que com os braços no ar e com a agitação que às vezes há na sala a gente às vezes não consegue ver. -----

----- Microfone ao Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira se faz favor. -----

----- É o único Grupo Municipal que não utiliza o telefone de sala, não percebemos porquê.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD):** -----

----- “Eu posso explicar-lhe o porquê. -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado Municipal Hugo Lobo pelas explicações que nos deu e sobretudo pelas informações, relativamente ao facto de que os serviços que existiam nesse prédio da Rua do Jasmim n.º 11 e 11-A estão ainda melhor instaladas, ficamos felizes. -----

----- Só perguntar-lhe se por acaso tem lembrança de que esse prédio é todo revestido a azulejo de muita elevada qualidade, que entrará com certeza nos registos do Programa de Investigação e Salvaguarda dos Azulejos de Lisboa e se de que forma estará assegurada a conservação desses mesmos azulejos. E que não seja objeto de uma mera demolição sem considerar o valor patrimonial, não só dos azulejos como do próprio prédio.” -----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “O Senhor Deputado Municipal Hugo Lobo quer responder?” -----  
----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Lobo (PS):**-----  
----- “Muito obrigado pela questão. -----  
----- Devo confessar que não tinha efetivamente conhecimento do valor e da qualidade dos azulejos que refere, mas estou absolutamente convencido que a entidade privada que eventualmente vier a adquirir o imóvel, certamente no interesse da valorização do mesmo, não deixará de ter o maior dos cuidados na preservação desse património.” ----  
----- **A Senhora Presidente:**-----  
----- “E agora sim a Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira, peço-lhe desculpa.” -----  
----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV):**-----  
----- “Nos últimos tempos a Câmara tem, dentro de uma estratégia de alienação de património, lançado um conjunto de hastas públicas de edifícios e terrenos, e esta proposta vai precisamente nesse sentido, pretendendo o executivo arrecadar 22,5 milhões de euros até ao fim do ano. -----  
----- «Os Verdes» consideram que esta alienação levanta alguns problemas e não garante que estejam salvaguardados os interesses municipais.-----  
----- Relativamente ao terreno da Avenida 24 de Julho, cujo preço base de licitação é de 20350000€, temos muitas reservas, uma vez que neste lote estão instalados serviços da Direção Municipal de Ambiente Urbano.-----  
----- Antes de mais, importa saber como será resolvida a situação dos trabalhadores e dos serviços aí desenvolvidos. -----  
----- Estamos a falar de mais de trezentos trabalhadores e de uma área onde se guardam materiais e equipamentos. O Executivo apontou como solução a possibilidade de se proceder à transferência para os Olivais, Baixa e Campo Grande, mas não apresentou nada de concreto. -----  
----- Um outro aspeto prende-se com o facto de o terreno em causa estar situado numa zona da cidade que é bastante vulnerável à ocorrência de inundações, e em que o Plano de Urbanização de Alcântara prevê edifícios com uma elevada volumetria face aos edifícios pré-existentes. -----  
----- «Os Verdes» têm sérias reservas relativamente à operação urbanística prevista para a área compreendida pelos arruamentos Avenida da Índia, Avenida 24 de Julho e Rua de Cascais, designada no plano por “Triângulo de Ouro”, defendendo que parte daquela área fosse destinada à criação de um parque ou jardim urbano, que permita a diminuição dos riscos de inundações, através da redução dos caudais de ponta de cheia e o seu usufruto pelas populações residentes como uma zona de recreio e lazer, plenamente integrado no tecido urbano envolvente.-----  
----- Uma vez que consideramos que não se pode alienar património municipal sem mais nem menos, importa ver esclarecidas e asseguradas as seguintes questões, que são para nós fundamentais: -----  
----- Primeiro, que fará a autarquia com os trabalhadores, com os serviços prestados e com os equipamentos? Irá depois a Câmara arrendar um espaço com esse fim, porque decidiu alienar este terreno?-----

----- Segundo, a concretizar-se uma transferência de serviços e trabalhadores para outros locais, que custos terá esta transferência para o município? -----

----- Terceiro, não considera a Câmara que a valorização do património pode e deve passar por outras operações que não apenas a sua alienação? -----

----- Por último, falando numa zona tão crítica em relação a cheias como é Alcântara, ponderou sequer o Executivo transformar aquele terreno num espaço verde ou acha mesmo que o que aquela zona precisa é de mais construção? Ainda por cima, uma construção com uma altura de fachada elevada, de acordo com os termos de referência do Plano de Urbanização de Alcântara, que será incompatível com o determinado no Plano Diretor Municipal de Lisboa.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves (PSD):** -----

----- “Verificámos hoje aqui nesta Assembleia Municipal, que de facto aquilo que interessava, aquilo que era o objetivo deste Executivo, era exatamente este que se consubstancia nesta proposta, já que o resto é um mero pretexto para que esta proposta pudesse ser votada. -----

----- E por causa de uma unidade hospitalar, que já fez um pedido de informação prévia, que já tem um plano para um hospital, que retirou o interesse do outro lado, estamos a falar do Grupo Mello, que retirou o interesse do outro lado onde era a antiga fábrica do açúcar, para este, porque naturalmente considera que será mais económico para esse grupo, construir aí o edifício a que se propõe. Por via disso, por este interesse perfeitamente indicado, nós estamos a fazer uma hasta pública, que não é mais do que uma venda direta. -----

----- Aliás, isto não é a primeira vez que acontece. Recordam-se todos quando foi a discussão e a aprovação do Plano de Pormenor Luz-Benfica e a grande discussão que houve à volta. Também aqui o interesse e o objetivo, era imediato, era pôr à venda o terreno onde está atualmente o quartel do Batalhão de Sapadores Bombeiros. Na altura por foça das circunstâncias que ocorreram com o Grupo Espírito Santo, com o grupo mau ou com o grupo bom, já não sei, acontece que não foi possível essa hasta pública porque mais ninguém estava interessado, obviamente ficou vazia, mas agora já se concretizou porque já foi reabilitado, esse Espírito Santo Saúde foi entretanto reabilitado. -----

----- Nós estamos em face de uma coisa objetiva, ir ao encontro. Eu acredito no planeamento, eu acredito que se possa melhorar esta cidade, mas não usem truques mais ou menos corretos, legais, para fazer estas coisas, porque de facto isto entra pelos olhos dentro. Eu não vou dizer mais. Além disso isto é um hospital com três caves numa zona de aterro, onde não se prevê...eu estou à espera quando é que as bolsas de retenção previstas no PUA vão ser executadas mais o plano de drenagem, se não daqui a algum tempo e se entretanto for construído o hospital pode ocorrer uma desgraça, que é a inundação daquela zona sem que...e somos nós, todos vós, que aprovaram esta proposta e a anterior, são naturalmente também responsáveis e nas vossas consciências também ficará esse crime, quase crime ambiental que eventualmente vier a ocorrer. -----

----- Eu aproveitava, tenho aqui o Correio da Manhã, não é um jornal muito lido nem muito recomendável para muitas pessoas, mas ele traz um suplemento que se chama Calvin & Hobbes, eu não me importava, se a Senhora Presidente mo permitisse, eu ia ler o que ele hoje diz, aplicasse aqui perfeitamente, coincidências. Diz o Calvin “Há muita gente que não tem princípios, mas eu tenho, sou uma pessoa que dá muito valor aos princípios!”, “Vivo de acordo com um princípio e nunca desisto dele!” continua a dizer o Calvin e o Hobbes diz “Qual é o teu princípio?”, “Preocupa-te contigo mesmo e esquece os outros”.-----

----- **A Senhora Presidente:**-----

----- “Apenas para refrescar a memória desta Assembleia Municipal, lembrar que a venda deste terreno que estamos neste momento a discutir a hasta pública, estava incluída no orçamento municipal para 2014, página 24.-----

----- Peço desculpa, não é a página 24 é a página 25, para não ficar incorreto na Ata.---

----- O Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves é convidado a ler a página 25 do orçamento municipal, aprovado por esta Assembleia Municipal para 2014.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP):**-----

----- “Na discussão da Proposta nº 648/CM/2014, para além dos aspetos que se prendem com as questões urbanísticas já referidas pelo meu camarada Modesto Navarro no âmbito da discussão do PUA, saliento alguns aspetos que merecem a nossa apreciação negativa.-----

----- Esta proposta insere-se no conjunto de ações de alienação e rentabilização do património, visando o cumprimento das metas estabelecidas no orçamento municipal 2014 neste caso, e a compensação da diminuição das receitas.-----

----- A alienação dos terrenos da Avenida 24 de Julho levanta problemas para os quais ainda não obtivemos resposta. Trata-se de um lote de terreno onde estão instalados serviços da Câmara, pelo que a primeira questão que se coloca prende-se exatamente com a resolução da situação dos trabalhadores, cerca de trezentos e trinta, dos serviços que aí se desenvolvem e do equipamento. A solução para este problema é crucial, pois podemos correr o risco de alienar um património e a câmara ter que vir a alugar espaços para albergar o serviço, os trabalhadores e os equipamentos.-----

----- O sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa foi ouvido nesta questão? É uma dúvida, portanto, é uma interrogação que aqui deixamos.-----

----- Sem vermos resolvida esta questão a proposta não pode merecer o nosso voto favorável.-----

----- O PCP está de acordo com a alienação de património desde que não tenha valor estratégico para a cidade, mas neste caso concreto consideramos que este lote e terreno tem esse valor, até porque alguns argumentos que já foram hoje aqui debatidos nesta Assembleia Municipal.-----

----- Outra questão a merecer a nossa discordância é a forma como se perspetiva o preço base, a partir de uma média das avaliações solicitadas. Não ficaria o município a ganhar com a opção pela proposta mais elevada?-----

----- Face ao referido, iremos votar contra esta proposta.”-----

----- **A Senhora Presidente:**-----

----- “A Mesa não regista mais intervenções, portanto, tem a palavra o Senhor Vereador Manuel Salgado para esclarecer e responder.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado:** -----

----- “A Senhora Presidente lembrou e bem que a venda deste ativo está prevista no orçamento de 2014, e portanto, não é uma novidade. Mas eu gostava de referir mais que isso, é que a venda deste ativo está prevista desde o início dos anos 2000 e não vale a pena andar aqui com sofismas.-----

----- Em 2000 no chamado “triângulo dourado” estavam localizados dois mil postos de trabalho, mais a tipografia municipal e grande parte dos edifícios já foram demolidos. Hoje estão lá trezentos trabalhadores do município e algumas áreas de armazenagem, portanto, esta redução da ocupação daquele espaço vem de 2000 e já desde essa altura que a intenção do município era alienar este “triângulo dourado”, portanto, não se caia agora das nuvens a dizer que foi uma invenção de última hora e que o plano foi feito para alienar este “triângulo dourado”. Não foi isso, não, isto está previsto. Estava previsto no orçamento e obviamente o plano, não diz o que é que é vendido ou o que é que não é vendido, mas define os usos.-----

----- A segunda nota que queria dar é que se refere que o índice é mais alto que o índice do plano. Como eu já há pouco referi o índice do plano é 1.7, que corresponde às polaridades urbanas, poderia ter sido majorado até 2, mas não foi, ficou no 1.7 e o índice é medido à subunidade operativa. O que é que isto significa? Que é medido desde da Avenida da Índia, da fachada da Avenida da Índia inclui este terreno com a zona verde, que ocupa cerca de 40% da área e que tem que ser obrigatoriamente cedida para o município para fazer um jardim e uma bacia de retenção, portanto, da parcela total 45% é cedido ao município para construir um jardim e mais uma bacia de retenção e é calculado incluindo este terreno mais a área do pinhol, com o índice 1.7 e é efetivamente isso que está previsto e que está previsto no plano que esta Assembleia Municipal acabou de aprovar.-----

----- A terceira nota que vos queria dar é que nos termos do contrato que está previsto para o lançamento da hasta pública e que consta dos documentos distribuídos, está previsto um ano a partir da data da assinatura do contrato, para o município realocar os trezentos funcionários e serviços que lá estão instalados. E desde já está a ser feito um estudo, exatamente para se verificar aonde é que eles serão localizados, sendo que uma parte significativa irá para os Olivais. -----

----- A quarta nota que queria dar, que foi perguntado porque é que não foi feito o regulamento do património. Eu queria dizer que está a ser feito a revisão do regulamento do património, está a ser levado ao efeito, mas todas as hastas públicas têm umas condições gerais e umas condições especiais, que são aprovadas com a mesma proposta e que desenvolvem efetivamente e especificam, aquilo que está no regulamento e que serão adotadas e estão a ser adotadas na revisão do regulamento que está a ser feita.-----

----- Queria referir também porque este exemplo foi dado, que exatamente uma das normas previstas nestas hastas públicas é que num período subsequente à realização da hasta pública, será feito um novo ato com nova publicação em Diário da República,

nova publicação nos jornais, para que efetivamente seja completamente transparente e qualquer pessoa que queira concorrer durante esse período pode fazê-lo, seja uma, seja duas, sejam três, sejam quatro propostas, a base de licitação é a mesma e é isso que está previsto no regulamento e no texto das propostas que foram enviadas.-----

----- Foi também aqui referido o preço base e referido que era melhor pôr um preço base mais alto. Pois nós achamos exatamente o contrário, o preço base é a base para iniciar a licitação, ninguém sabe se aparece um, se aparece dois, se aparecem quatro, e portanto, o preço base a partir daí é o que interessa ao município, obviamente é valorizar o seu património, mas se puser um preço base que é inatingível, então também não interessa fazer hastas públicas é melhor ficar com a casa vazia.-----

----- Como referi já há pouco, da área do terreno e isto era uma preocupação, 45% da área deste terreno é cedida para o município, volta à posse do município para o domínio público, hoje é domínio privado volta para o domínio público, para fazer um espaço verde, um jardim público onde ficará, de acordo com o plano, localizada uma bacia de retenção.”-----

----- **A Senhora Presidente:**-----

----- “Há um pedido de palavra do PSD e há um pedido de palavra do BE.-----

----- Portanto, são dois Senhores Deputados Municipais do PSD ou é um? É o Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves.-----

----- Microfone ao Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves é aí na segunda fila do PSD, depois já damos o microfone ao Senhor Deputado Municipal José Casimiro.”

----- **O Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves (PSD):**-----

----- “Senhora Presidente e Senhor Vereador, nós solicitamos em primeiro lugar que faça a votação separada daquilo que é da Rua do Jasmim e aquilo que é da Rua 24 de Julho, portanto, fazer as duas votações porque nós temos votos diferentes para um caso e para o outro.-----

----- Relativamente áquilo que o Senhor Vereador Manuel Salgado nos acabou de dizer, é evidente que nós estamos de acordo e nós até ficamos satisfeitos com o êxito que a Câmara teve relativamente à alienação de alguns ativos, com vista a reforçar o orçamento da Câmara. Não pode deixar em hasta pública, como é óbvio, não pode deixar de mentir.-----

----- O Senhor Doutor António Furtado eu dei-lhe os parabéns pelo êxito que ele teve na venda de alguns imóveis que entretanto foram vendidos e bem vendidos, não é isso que está causa. Agora isto é uma hasta pública orientada, isto é quase uma venda direta, isto é uma venda direta, como foi a outra, aliás viu-se, e é tudo feito à pressa.---

----- Portanto, quando o Senhor Vereador diz que é pelo valor mais baixo, já sabe que só vai haver um concorrente, portanto, se está a favorecer, pelo menos se não sabe devia suspeitar. Se não sabe abertamente que só há um concorrente, devia suspeitar que só há um concorrente, e portanto, quando poem um valor mais baixo está a favorecer esse concorrente. E se ele já pediu, ele quer fazer ali um hospital, não pode fazer no outro que é mais caro, quer fazê-lo desse lado, no lado das instalações municipais, é evidente que ele está orientado. Agora se é assim que se defende o interesse da Câmara, eu acho muito bem que se venda e que se arranje meios

financeiros para a Câmara, que bem precisa deles. Aliás, fui eu que sugeri aqui que nós nos debruçássemos sobre a forma como os municípios devem ser financiados, atendendo às alterações que se preveem. Até hoje ainda não foi realizado esse debate específico, mas é um debate que eu não me importo e o PSD não se importa de participar. Agora isto é uma coisa orientada, e depois vem dizer, ah tem que ser baixo para haver mais propostas, é óbvio que não vai haver, vai haver uma como houve no outro lado. Isto é igual, portanto, isto é fantasia e para fantasia nós não damos nada.” --

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “Não foi propriamente um pedido de esclarecimento, mas como o PSD tem tempo a Mesa considerou uma intervenção e foi descontado no tempo do PSD. -----

----- O BE para? Intervenção ou pedido de esclarecimento? -----

----- É um pedido de esclarecimento, portanto, é contado o tempo aparte.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE):** -----

----- “Pedido de esclarecimento que é o seguinte.-----

----- Quem lê esta proposta sabe que o índice de edificabilidade é de 1.7 e não de 2, nós vimos isso ontem.-----

----- O esclarecimento que foi pedido e que não foi obtido, não só pela Senhora Presidente como por mim próprio. Foi porque é que...eu chamei a atenção na minha intervenção que para o disposto do artigo 63º do regulamento do Plano de Urbanização de Alcântara, que prevê a revogação expressa dos artigos 42º e 43º RPDM. E portanto, aquilo que eu queria saber, era porque é que se faz esta revogação das normas expressas do RPDM?”-----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “Oh Senhor Deputado Municipal eu creio que se está a referir a uma proposta que nós já votámos com o aditamento, mas de qualquer maneira o Senhor Vereador esclarecerá se assim é.-----

----- E havia mais um pedido de palavra da Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra do PSD.-----

----- É para um pedido de esclarecimento ou para intervenção? -----

----- Eu peço desculpa, é que os pedidos de esclarecimento têm uma contagem de tempo diferente, é por isso que a Mesa pergunta.-----

----- Um pedido de esclarecimento da Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra (PSD):**-----

----- “Eu bem sei que a pessoa pode pedir um PIP quando quiser, mas a pergunta é a seguinte.-----

----- Caso o Grupo Mello venha a ganhar este concurso e este PIP venha a ser aprovado, ele pode automaticamente meter um pedido de licenciamento, ganhando um ano e meio em relação a todos os concorrentes, é ou não é verdade?-----

----- Porque a aprovação do PIP permite imediatamente a entrada de um processo de licenciamento? É uma pergunta? -----

----- Confirma ou não confirma este raciocínio?”-----

----- **A Senhora Presidente:** -----



----- “O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira pede a palavra para?-----  
 ----- Pedido de esclarecimento. Mas o Senhor Deputado Municipal ainda tem tempo, pode pedir no tempo do seu partido tem ainda dez minutos pode usar dele.” -----  
 ----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD):**-----  
 ----- “Nós ouvimos aqui o Senhor Vereador explicar que a verba que foi admitida como preço base, não era alta era a verba correspondente, ao facto de e foi mais valorizada pelo facto de ser um equipamento.-----  
 ----- Presumindo que esse equipamento, e penso que é uma presunção possível de tomar, que esse equipamento será o próprio hospital que se está a falar, o Hospital da CUF que irá para aquela zona, pretendo fazer este pedido de esclarecimento ao Senhor Vereador.-----  
 ----- Sabe o Senhor Vereador que aquela zona em que se irá implantar o hospital, é uma zona de aterro conquistada ao rio? -----  
 ----- Sabe o Senhor Vereador que essas zonas são sujeitas a liquefação em caso de fenómeno sísmico? -----  
 ----- Sabe o Senhor Vereador que um hospital nessas circunstâncias, as suas fundações podem entrar em zona de liquefação e simultaneamente ser inundado por qualquer fenómeno, que isso impedirá que quaisquer das pessoas que estejam internadas naquele hospital sejam evacuadas em condições? -----  
 ----- Sabe o Senhor Vereador quais são os perigos de colocar ali um hospital, que são evidentes para todos os que conhecem o problema?” -----  
 ----- **A Senhora Presidente:**-----  
 ----- “Senhor Vereador Manuel Salgado tem a palavra para responder aos pedidos de esclarecimento que foram feitos, também à intervenção se assim o entender.-----  
 ----- A Mesa entretanto informa que o pedido de separação em pontos do PSD é um pouco difícil na medida em que a alínea é a mesma para a venda dos dois terrenos, mas em todo o caso a Mesa poderá partir a alínea ao meio e votarmos metade da alínea e depois a outra metade da alínea.-----  
 ----- Há mais um pedido de esclarecimento. Muito bem, então damos a palavra ao Senhor Deputado Municipal Ricardo Saldanha.” -----  
 ----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Saldanha (PS):**-----  
 ----- “Senhor Vereador é só um pedido de esclarecimento.-----  
 ----- O que estamos a ouvir aqui hoje é grave e o Senhor Vice-Presidente há de responder, não nos cabe a mim, a nós, estar a responder a estas insinuações. -----  
 ----- Eu só queria que me explicasse, porque eu sou advogado não sou arquiteto, mas sei que há determinadas normas e determinadas regras, que quando se apresenta projetos urbanísticos para aprovação de um hospital, de uma escola, de uma casa, há determinadas regras que têm que ser cumpridas, regras essas que são uma panóplia de legislação que não vou aqui reproduzir.-----  
 ----- Eu só gostaria de saber, se obviamente nestes projetos ou em quaisquer outros projetos, a Câmara, parece que aqui está a ser insinuado que nestes casos não vai verificar a Lei, que eu acho que isso é que é inadmissível. Parece que sim, porque estão a dizer que parece vai haver projetos que vão ser aprovados sem se verificar a

legislação em curso, não, essas legislações permite verificar precisamente essas questões que foram aqui levantadas. Eu só queria que o Senhor Vereador nos explicasse, se cumprem integralmente em qualquer projeto, ou não, a Lei em vigor, e se quem for o autor do projeto assume o termo de responsabilidade ou não.”-----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “Agora sim Senhor Vereador para responder. -----

----- Vamos agora o Senhor Vereador Senhores Deputados Municipais, vamos ouvir o Senhor Vereador. -----

----- O Senhor Vereador vem à tribuna. Eu pedia ao Senhor Deputado Municipal Ricardo Saldanha algum silêncio, e o Senhor Vereador vem à tribuna esclarecer. -----

----- Senhor Deputado Municipal aqui na Assembleia Municipal vamos estar com atenção aos oradores e usamos da palavra quando nos é dada”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado:** -----

----- “Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira sei tudo aquilo que o Senhor disse, e não só sei, como já fiz um projeto em que tive que atender a tudo isso, nomeadamente o CCB. Onde todas as questões que tinham a ver com risco sísmico, fundações, aterro, liquefação de areias, tudo isso foi tido em consideração.-----

----- Que eu saiba está lá e está de boa saúde, não tem rachas, nem apresenta fissuras, e portanto, não acredito que o Senhor Deputado Municipal venha agora descobrir aquilo que está a pôr. -----

----- Mas há mais exemplos, há mais exemplos Senhor Deputado Municipal. Olhe, a torre inclinada da APL na entrada da barra, nesse aspeto ainda tem situações geológicas mais difíceis do que qualquer destes edifícios. -----

----- Queria-lhe dizer também e há pouco já referi, que todo e qualquer projeto feito na área de Alcântara, tem que ser submetido a avaliação do modelo hidrogeológico construído pelo LNEC, para efeitos de cálculo da possibilidade de construir o túnel enterrado da via-férrea. Existe, está no regulamento e tem que ser seguido. -----

----- Respondendo agora às outras perguntas que foram colocadas, gostava de referir o seguinte. -----

----- Primeiro, as avaliações que foram feitas variam entre, 23000000€ a mais alta e 15000000€ a mais baixa, e há duas avaliações pelo meio, uma de 19528000€ e outra de 19577000€. A opção que se fez, foi o valor médio, não foi o valor mais baixo, foi valor médio.-----

----- Alguém perguntou porque é que não era o valor mais alto, porque de facto não faz sentido ser o valor mais alto, em qualquer hasta pública entendemos que faz sentido, é de ser o valor médio. -----

----- Pergunta o Senhor Deputado Municipal do BE porque é que se alterou o artigo 42º e 43º. Eu há pouco já referi, não sei se o Senhor Deputado Municipal estava distraído? O artigo 42º diz respeito à profundidade da empena, e como eu expliquei, porque existem ainda em Alcântara situações de armazéns muito profundos, em vez dos quinze metros do PDM, adotou-se dezasseis, para permitir uma transição mais fácil com os edifícios que existem. E em relação ao artigo 43º que tem a ver com as alturas, em vez de se adotar a Média da cêrcea, adotou-se a norma que constava do

plano de 1994, que é a Moda da cércea, mas isso não significa que os edifícios sejam mais altos, mas sim que o cálculo de altura dos edifícios em relação à vizinhança é feita por uma técnica diferente.”-----

----- **A Senhora Presidente:**-----

----- “O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira pede a palavra para?-----

----- Desculpe, não houve resposta à Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra, Senhor Vereador. A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra está a chamar-me a atenção que não houve resposta à pergunta dela.”

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado:**-----

----- “Sim senhor, Senhora Deputada Municipal a reposta é fácil. -----

----- Eu já há pouco referi que nós temos um ano, o município tem um ano para entregar o espaço, mal de nós se num ano não conseguíssemos licenciar qualquer construção que para ali seja proposta.”-----

----- **A Senhora Presidente:**-----

----- “A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra pede a palavra para? O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira também pediu. -----

----- É pedido de esclarecimento ou é intervenção?”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra (PSD):**-----

----- “Senhora Presidente não foi isso que eu perguntei. -----

----- O que eu perguntei é se tendo o PIP aprovado...”-----

----- **A Senhora Presidente:**-----

----- “Senhora Deputada Municipal desculpe. É um pedido de esclarecimento ou é uma intervenção?”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra (PSD):**-----

----- “Não Senhora Presidente, eu não fui esclarecida em relação à pergunta que fiz, portanto gostava de insistir. -----

----- Porque o que eu perguntei é se tendo um PIP aprovado, caso o Grupo Mello vença este concurso, tem ou não direito a ter logo um projeto de licenciamento ganhando, portanto, um ano e tal em relação aos outros concorrentes. -----

----- A pergunta é muito simples, é isso. -----

----- Por causa de ter o PIP, tem ou não direito a meter logo um pedido de licenciamento?”-----

----- **A Senhora Presidente:**-----

----- “E o Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira também pediu a palavra para? -----

----- Pedido de esclarecimento. -----

----- Eu pedia para o PSD que tem ainda dez minutos, se querem intervir e pedir esclarecimentos façam o favor de o fazer, para nós podermos realmente avançar nos nossos trabalhos.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD):**-----

----- “Verifiquei que tomou como padrão de estanqueidade o túnel ferroviário, que se previa passar inicialmente sob todos aqueles arruamentos, no sentido Norte na Avenida de Ceuta. -----

----- Eu gostava de lhe fazer uma pergunta e é esse o meu pedido de esclarecimento. ---  
----- Se tem noção da diferença entre a estanqueidade de um sistema fechado, como é um túnel nesse caso, e de um sistema aberto como são as caves por baixo de um sistema hospitalar.”-----

----- **A Senhora Presidente:**-----

----- “A Mesa pergunta se há mais pedidos de esclarecimento? Nomeadamente ao Grupo Municipal do PSD.-----

----- Não vejo pedidos de palavra. O Senhor Vereador faça favor.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado:**-----

----- “Primeiro tomei como padrão a competência do LNEC, essa é que eu considero que é importante, não são as congeminções que o Senhor Deputado Municipal faz relativamente a túneis e a caves de hospitais.-----

----- Relativamente à pergunta colocada...eu também dispenso as suas Senhor Deputado Municipal.-----

----- Relativamente à pergunta da Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra, aquilo que entrou foi um PIP, o PIP não foi aprovado, não foi nenhum PIP aprovado. E eu se fosse promotor e quisesse instalar um hospital num sítio qualquer, também metia um PIP para saber se é viável ou não.”-----

----- **A Senhora Presidente:**-----

----- “Senhores Deputados Municipais não vejo mais pedidos de palavra, vamos então passar à votação.-----

----- Senhores Deputados Municipais é competência da Assembleia Municipal apenas o n.º2 desta proposta. O n.º1 da proposta foi aprovado pela Câmara que tem competência para o efeito, o n.º3 da proposta foi aprovado pela Câmara que tem competência para o efeito. A alínea e) que está no fim do número três, presumimos que a Câmara terá que aprovar ou clarificar se já a provou, porque também é competência da Câmara, e portanto, fica-nos o n.º2 que tem quatro alíneas.-----

----- Primeira alínea é a alienação do prédio da Rua do Jasmim e deste terreno na Rua 24 de Julho, depois a segunda alínea sobre os valores base de licitação, a terceira sobre as peças escritas e desenhadas em hasta pública, a quarta sobre a admissão do pagamento do preço em duas modalidades, e são estas quatro alíneas.-----

----- Pede-me o PSD que em relação à primeira alínea, a alienação do prédio da Rua do Jasmim e do terreno da 24 de Julho, que seja votado em duas partes, o prédio e depois o terreno. Isto está numa só alínea, portanto, se os Senhores Deputados Municipais não virem oposição eu porei à votação o n.º2 todo sem a alínea a), depois pego na primeira parte da alínea a) e depois a segunda parte da alínea a). Se acharem bem votamos assim, para que todos possam exprimir a sua vontade, conforme entenderem.-----

----- Não vejo objeções e é assim que vamos fazer.-----

----- A Mesa vai pôr à votação do n.º2 da Proposta nº 648/CM/2014, as alíneas b), c) e d), com as duas subalíneas da alínea d), as alíneas b), c) e d) do n.º2.-----

----- A Mesa vai pôr à votação as **alíneas b), c) e d) da Proposta nº 648/CM/2014, “Lançamento de uma hasta pública para a alienação do prédio sito na rua do**

*jasmim, n.ºs 11 e 11a, bem como da parcela de terreno, destinada a construção, com a área de 20.763,48 m2, situada na avenida 24 de julho, nos termos do nº 2 da parte deliberativa da proposta*”, apresentada pela Câmara Municipal de Lisboa. A Proposta foi **aprovada por maioria**, com votos a favor de PS, PNPN e IND, votos contra de PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT e abstenção do PAN. -----

----- Eu pedia ao Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves que se sentasse na bancada do PSD porque está a votar, e já agora... Senhor Deputado Municipal, por favor, seja um bocadinho disciplinado como os seus colegas, senta-se na sua bancada quando estamos a votar.-----

----- Vamos então pôr à votação agora, peço a vossa atenção, vamos pôr à votação a primeira parte da alínea a), e eu vou ler, “alienação, em hasta pública, do prédio sito na Rua do Jasmim, n.ºs 11 e 11ª...”-----

----- A Mesa vai pôr à votação a **primeira parte da alínea a) da Proposta nº 648/CM/2014, “alienação, em hasta pública, do prédio sito na Rua do Jasmim, n.ºs 11 e 11ª...”**, apresentada pela Câmara Municipal de Lisboa. A Proposta foi **aprovada por maioria**, com votos a favor de PS, PNPN e IND, votos contra de PCP, BE, CDS-PP, PEV e MPT, abstenção de PSD e PAN.-----

----- Vamos pôr à votação o restante da alínea a), ou seja, e eu vou ler, portanto, é a alienação em hasta pública, “...bem como da parcela de terreno, destinada a construção, com a área de 20.763,48 m2, situada na Avenida 24 de Julho, neste caso, condicionada à prévia aprovação pela Assembleia Municipal do Plano de Urbanização de Alcântara;”. Esta segunda parte já está resolvida, portanto podemos votar. Vamos pôr à votação esta segunda parte da alínea a) do n.º2 da Proposta 648/CM/2014.-----

----- A Mesa vai pôr à votação a **segunda parte da alínea a) da Proposta nº 648/CM/2014, “...bem como da parcela de terreno, destinada a construção, com a área de 20.763,48 m2, situada na Avenida 24 de Julho, neste caso, condicionada à prévia aprovação pela Assembleia Municipal do Plano de Urbanização de Alcântara;”**, apresentada pela Câmara Municipal de Lisboa. A Proposta foi **aprovada por maioria**, com votos a favor de PS, PNPN e IND, votos contra de PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT e abstenção do PAN.”-----

----- **O Grupo Municipal do BE** apresentou posteriormente a seguinte Declaração de Voto:-----

----- “Proposta 648/CM/2014-----

----- *O Município de Lisboa é detentor de um vasto património imobiliário na cidade. É certo que:*-----

----- *a) Os constrangimentos financeiros do Município impedem que esse património esteja no seu melhor estado de conservação e uso;*-----

----- *b) O decréscimo das receitas municipais aconselha a uma prudente gestão patrimonial;*-----

----- *c) A dispersão territorial do património dificulta muito a sua conveniente gestão.*

----- *As alienações de património que nos são propostas, pela sua dimensão financeira e localização aconselhariam a um estudo prévio, relativamente a totalidade do património imobiliário do Município e a perspectivas para a sua*

utilização. De outra forma, não estaremos perante decisões estratégicas para a cidade, mas tao só perante uma política casuística de alienações, ao sabor dos interesses momentâneos e da premência financeira. -----

----- Sem este estudo, sem uma estratégia integrada aprovada, a política de alienações de património imobiliário do Município de Lisboa é um mau serviço à cidade, e em especial às gerações futuras.-----

----- Assim, entendemos que deve ser elaborado previamente um estudo exaustivo sobre o património imobiliário do Município de Lisboa, onde sejam considerados, entre outros, fatores como o estado de conservação e as potencialidades do mesmo. ---

----- Para a estratégia de gestão e alienação do património imobiliário municipal devem ser consideradas ainda as seguintes necessidades: -----

----- a) Existência de uma bolsa significativa de habitação para arrendamento a custos controlados, permitindo desta forma controlar a especulação imobiliária que tantos jovens afasta da cidade; -----

----- b) Existência de uma bolsa de imóveis destinados a habitação social e que permitam a integração dos seus beneficiários na cidade, não confinando a habitação social a bairros construídos para o efeito; -----

----- c) Existência de uma bolsa de imóveis destinada a facilitar a instalação de empresas, em especial microempresas e empresas de iniciativa de jovens e pessoas desfavorecidas que busquem o autoemprego; -----

----- d) Existência de uma bolsa de imóveis destinada a instalação de equipamentos sociais e ONG's; -----

----- e) Definição de localização dos serviços municipais, evitando-se o recurso ao mercado de arrendamento;-----

----- f) Interesse histórico e patrimonial dos imóveis;-----

----- g) Reabilitação e dinamização do espaço urbano, permitindo o seu repovoamento e evitar dinâmicas de abandono e desertificação de pessoas e serviços. -----

----- A nosso ver, todas estas bolsas de imóveis, para além da resposta imediata, devem possuir reservas necessárias para necessidades futuras, evitando assim privações e sujeições a pressões do mercado imobiliário no futuro. -----

----- Aliás, se o património imobiliário disperso do Município de Lisboa, como reconhecemos, cria dificuldades acrescidas à sua gestão, não é menos verdade que as suas potencialidades estratégicas na definição de políticas de dinamização dos espaços urbanos são incomparavelmente superiores.-----

----- Entendemos, assim, que esta política de alienações casuística põe irremediavelmente em causa estratégias futuras de desenvolvimento da cidade, abrindo antes caminho à pressão da especulação imobiliária, e privando o Município de meios efetivos para o combate a essa realidade. -----

----- Por último, entendemos que o momento atual de retração económica e de baixa dos preços do imobiliário não aconselha a esta política de alienação, tanto mais que os valores não são significativos para o Orçamento Municipal. -----

----- *A proposta do Orçamento do Estado para 2015 em discussão no parlamento, aprofunda a asfixia financeira do poder local. Centraliza recursos financeiros e restringe a autonomia das autarquias.* -----

----- *Por todas estas razões, os Deputados Municipais eleitos pelo Bloco de Esquerda na Assembleia Municipal de Lisboa declaram votar contra a Proposta n.º 648/CM/2014.* -----

----- *O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda*” -----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “Senhores Deputados Municipais vamos então continuar a nossa ordem de trabalhos, penso que teremos hoje tempo para a concluir, na medida em que todo o pacote das competências...temos duas propostas ainda para votar, e portanto, eu pedia aos Senhores Deputados Municipais...” -----

----- A Senhora Deputada Municipal desculpe? A Senhora Deputada Municipal pede a palavra para?” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra (PSD):**-----

----- “Senhora Presidente eu já tentei há bocado dizer isso, mas que conste em Ata, eu não tive resposta à pergunta que fiz.” -----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “Certamente ficará em Ata porque fica o registo e a Senhora Deputada Municipal certamente interveio nesse sentido.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra (PSD):**-----

----- “Mas que não tive resposta.” -----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “Oh Senhora Deputada Municipal interveio nesse sentido e isso ficará registado em Ata. -----

----- Vejo alguns Senhores Deputados Municipais a sair da sala, nós temos ainda duas propostas para votar. -----

----- Chamar a vossa atenção que o pacote das freguesias passa para o dia 9, porque ele só vai ser apreciado pela comissão esta semana, são propostas importantes, mas não estamos em condições de as podermos apreciar hoje. -----

----- Portanto, temos pendentes a Proposta 720/CM/2014, que é a alienação à Santa Casa da Misericórdia daquele edifício na Rua Ferreira Borges e a Proposta 707/CM/2014, que é a lista de candidatos a juízes. Penso que teremos com certeza tempo para ver estas duas propostas e assim o faremos.” -----

----- **PONTO 7 – APRECIAR A PROPOSTA 720/CM/2014 – REVOGAÇÃO PARCIAL DA DELIBERAÇÃO 185/AML/14, TOMADA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SOBRE A PROPOSTA 342/2014, NA PARTE QUE RESPEITA À ALIENAÇÃO EM HASTA PÚBLICA DO IMÓVEL MUNICIPAL SITO NA RUA FERREIRA BORGES, N.º 122 E ALIENAÇÃO DO MESMO IMÓVEL À SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, NOS TERMOS PROPOSTOS NO PONTO 2 DA PARTE DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO ARTIGO 142º DO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO E DA ALÍNEA I) DO N.º 1 DO** -----

**ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO I À LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO (GRELHA BASE – 34 M); (PACOTE RELATIVO A DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS PARA FREGUESIAS – APRECIACÃO CONJUNTA DOS PONTOS 8 A 13 DA ORDEM DE TRABALHOS) E O PARECER DA 1ª COMISSÃO PERMANENTE SOBRE A PROPOSTA.**-----

----- (A Proposta 720/CM/2014 “*Revogação parcial da Deliberação 185/AML/14, tomada pela Assembleia Municipal sobre a Proposta 342/2014, na parte que respeita à alienação em hasta pública do imóvel municipal sito na Rua Ferreira Borges, n.º 122 e alienação do mesmo imóvel à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, nos termos propostos no ponto 2 da parte da parte deliberativa da proposta*” e os seus respetivos anexos mais o Parecer da 1ª Comissão Permanente sobre a mesma proposta, ficam anexados à presente Ata como Anexo VII e Anexo VIII.I respetivamente e dela fazem parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente:**-----

----- “Vamos agora então apreciar a Proposta 720/CM/2014.-----

----- Pergunto se o Senhor Vereador Manuel Salgado quer apresentar a proposta?-----

----- Eu penso que ela é simples, é do conhecimento dos Senhores Deputados Municipais.-----

----- Chamo a vossa atenção que na redação da nossa ordem de trabalhos, a revogação envolve não apenas a alienação em hasta pública do imóvel, mas também a revogação parcial da deliberação que a Assembleia Municipal tomou no sentido de colocar este prédio em hasta pública. Portanto, temos de revogar a parte dessa deliberação que disse que este prédio ia para hasta pública, uma vez que surgiu esta possibilidade de o alienar diretamente à Santa Casa da Misericórdia.-----

----- Há inscrições?-----

----- Tem um parecer da comissão sim senhora. Temos um parecer da comissão que é apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Pedro Cegonho.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Cegonho (PS):**-----

----- “A Primeira Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos apreciou a presente proposta.-----

----- Começou por delimitar os pontos deliberativos da mesma, conforme disse, revogar parcialmente a deliberação 342/2014 no que diz respeito ao lançamento em hasta pública da alienação do prédio municipal na Rua Ferreira Borges e submeter à Assembleia Municipal, a alienação desse mesmo imóvel à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.-----

----- Procedeu-se à análise da proposta, tendo em conta todo o histórico da mesma desde o ano de 2003, e por último em jeito de conclusão, verificou-se as avaliações e o valor do imóvel fixado em 1672500€, submetendo esta proposta a esta Assembleia Municipal para a autorização da alienação e verificou-se que a transmissão direta à SCML do imóvel, garante por um lado a reabilitação do mesmo e por outro a sua alocação ao funcionamento de um equipamento social, que corresponde a uma necessidade e velho anseio de Campo de Ourique. Isto implica obviamente a



revogação parcial da deliberação que pressuponha a venda deste imóvel em hasta pública. -----

----- Por último, face ao exposto a comissão verificou cumpridos os prazos regimentais aplicáveis, verificando estar em condições da mesma proposta ser apreciada e votada neste Plenário, tendo sido o parecer aprovado por unanimidade, tal como a proposta originalmente foi aprovada por unanimidade na CML a 12 de Novembro de 2014.” -----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “A Mesa não regista pedidos de palavra. -----

----- Chamo a vossa atenção que primeiro teremos que votar a revogação parcial da deliberação 185/AML/14, a Câmara revogou a parte da Câmara, mas nós temos que revogar a nossa e só depois é que poremos à votação a alienação à SCML. -----

----- Portanto, a primeira coisa que vou pôr à votação é a revogação parcial da deliberação 185/AML/14. -----

----- A Mesa vai pôr à votação a “*Revogação parcial da Deliberação 185/AML/14, tomada pela Assembleia Municipal sobre a Proposta 342/2014, na parte que respeita à alienação em hasta pública do imóvel municipal sito na Rua Ferreira Borges, n.º 122*”, apresentada pela CML. A Proposta foi **aprovada por maioria**, com votos a favor de PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, PNP, IND e abstenção do MPT. -----

----- Agora sim podemos pôr à votação o n.º 2 da proposta da CML, que esse sim é que tem a ver com a alienação do imóvel da Rua Ferreira Borges. -----

----- Vamos pôr à votação o n.º 2 da proposta da CML. -----

----- A Mesa vai pôr à votação o ponto n.º 2 da proposta “*alienação do mesmo imóvel à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, nos termos propostos no ponto 2 da parte da parte deliberativa da proposta*”, apresentada pela CML. A Proposta foi **aprovada por maioria**, com votos a favor de PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, PNP, IND e abstenção do MPT.” -----

----- **PONTO 14 – APRECIAR A PROPOSTA 707/CM/2014 – LISTA DE CANDIDATOS A JUÍZES SOCIAIS PARA O BIÉNIO 2015-2016, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO 36º DO DECRETO-LEI N.º 156/78, DE 30 DE JUNHO E DA ALÍNEA K) DO N.º2 DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; (GRELHA BASE – 34 M) E O PARECER DA 6ª COMISSÃO PERMANENTE SOBRE A PROPOSTA.** -----

----- (A Proposta 707/CM/2014 “*Apreciar a Proposta 707/2014 – Lista de candidatos a juízes sociais para o biénio 2015-2016, nos termos da proposta*” e o Parecer da 6ª Comissão Permanente sobre a mesma proposta, ficam anexados à presente Ata como Anexo VIII e Anexo VIII.I respetivamente e dela fazem parte integrante) -----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “Sendo assim vamos agora apreciar a última proposta que temos hoje pendente que é a Proposta 707/CM/2014, que é o ponto 14 da ordem de trabalhos. Tem a ver com a lista de candidatos a juízes sociais para o biénio 2015/2016. -----

----- Não sei se a Câmara quer fazer alguma apresentação?-----  
----- Não há apresentação pelo lado da Câmara. -----  
----- Vou pedir então ao Senhor Deputado Municipal relator que faça a apresentação do parecer. É o Senhor Deputado Municipal Miguel Santos. Ele está?-----  
----- Senhor Deputado Municipal Miguel Santos quer fazer uma apresentação do parecer?-----  
----- Pensa que já toda a gente leu e não será necessário fazer apresentação do parecer, dispensa a apresentação do parecer.-----  
----- Um Senhor Deputado Municipal inscrito faça favor.” -----  
----- **O Senhor Deputado Municipal José Alberto Franco (IND):** -----  
----- “Uma brevíssima intervenção, só para fazer uma nota de congratulação da parte dos Senhores Deputados Municipais Independentes, relativamente à apresentação desta proposta da Câmara.-----  
----- É evidente que há uns que poderão dizer que não temos que nos congratular ou que felicitar porque as instituições funcionam. Essa é uma visão formalista e empobrecedora da democracia, digo eu, dizemos nós. E como esta figura dos juizes sociais, instituída já lá vão quase quarenta anos de um Decreto-Lei de 1978, se trata de uma figura que demorou tempo a afirmar-se e achamos que mesmo hoje, digamos, a importância que a existência destes juizes se entoga como alguma imprensa simpaticamente os designou, ou seja, elementos da sociedade civil, portanto, cidadãos que são designados, que são escolhidos a partir de propostas que as Câmaras Municipais devem formular.-----  
----- Cidadãos esses que vão coadjuvar a justiça formal em determinadas matérias, em particular na área dos processos ligados a menores, é certo que a lei inicial previa a intervenção dos juizes sociais em assuntos ligados a arrendamento rural e algumas questões sociais, mas essas vertentes não chegaram ainda a afirmar-se.-----  
----- De qualquer modo na área em que tem funcionado, nos processos tutelares educativos e de proteção de menores têm desempenhado um papel bastante interessante, e portanto, é por acharmos isto que nos congratulamos por esta iniciativa da câmara. Volto a dizer, uma iniciativa que cabe à Câmara. E portanto, se nem sempre funcionou atempadamente é pena, mas agora vai funcionar.-----  
----- Temos em anexo à proposta que estamos a apreciar a lista dos sessenta candidatos efetivos e os sessenta suplentes, portanto, é o número que na lei está previsto para a Comarca de Lisboa e que nos cabe a nós município indicar.-----  
----- Queremos também sublinhar e aplaudir o facto de a Câmara, o Pelouro dos Direitos Sociais que tem liderado este processo, ter procedido a uma consulta alargada para recolher e consolidar a lista dos candidatos, portanto, além de obviamente as vinte e quatro juntas de freguesia, terem sido consultados parceiros da rede social de Lisboa, comissões de proteção de crianças e jovens, e também sabemos que foram consultadas outras instituições que não estão citadas expressamente no preâmbulo da proposta, como seja, três dos conselhos municipais que estão em atividade e os beneficiários do Programa BIP/ZIP.-----

----- Portanto, através deste processo a Câmara chegou a esta lista de nomes que nós saudamos, e portanto, votamos favoravelmente relativamente a esta proposta.”-----

----- **A Senhora Presidente:**-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado Municipal, teve algum tempo cedido pelo PS, mas pouco porque também já estava no fim.-----

----- Senhores Deputados Municipais não temos mais pessoas inscritas, vamos então e também lembrando e também lembrando o pedido da Senhora Juíza Presidente do Tribunal da Comarca de Lisboa, que desde 2002 que o Município de Lisboa não renovava a sua lista de juízes sociais, estando em falta numa obrigação que é obrigação do município.-----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Proposta nº 707/CM/2014 “Apreciar a Proposta 707/2014 – Lista de candidatos a juízes sociais para o biénio 2015-2016, nos termos da proposta”**, apresentada pela CML. A Proposta foi **aprovada por unanimidade**.----

----- Senhores Deputados Municipais terminámos os nossos trabalhos.-----

----- Dia 9 temos o pacote de freguesias e eu irei ver junto das comissões se já temos alguma petição, com os pareceres em condições de ser também apreciados, porque estão pendentes para nossa apreciação.-----

----- Há um pedido de palavra do Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira para?-----

----- O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira pede uma interpelação á Mesa, os Senhores Deputados Municipais não podem ausentar-se porque os trabalhos ainda não terminaram, temos um pedido de interpelação à Mesa do Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD):**-----

----- “É muito rápido. É só porque relativamente à Proposta nº 599/CM/2014, não foi a leitura das conclusões do parecer respetivo.-----

----- Como tinha sido eu o relator, não quis atrasar os trabalhos da Sessão.”-----

----- **A Senhora Presidente:**-----

----- “Para a próxima vez lembre-me isso na altura, que foi um lapso da Mesa e cá estamos nós para tentar corrigir os lapsos, agora já é tardiamente, em todo o caso esse parecer estava disponível desde a Sessão anterior.-----

----- Boa tarde Senhores Deputados Municipais e muito obrigado.”-----

----- A sessão terminou eram dezanove horas e vinte e dois minutos.-----

----- Eu \_\_\_\_\_, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014.-----

-----A PRESIDENTE-----